Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br QUINTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2023 Nª 25.365 Preço banca: R$ 3,50

Novo Pronasci terá R$ 700 milhões em ações de segurança pública

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) foi relançado na quarta-feira (15) pelo governo federal e já tem R$ 700 milhões previstos para investimento em ações sociais de segurança pública, em prevenção, controle e repressão da criminalidade.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, explicou que o Pronasci fortalece a área de segurança garantindo a presença do Estado não apenas com polícia, mas com ações de promoção da cidadania.

"Com a recuperação desse programa a gente passa para sociedade a ideia de que o papel do Estado é o de cuidar das pessoas, antes de cometer qualquer delito, mas cuidar depois que a pessoa comete na perspectiva de fazer essa pessoa voltar a ter uma convivência social e tranquila."

"Sobretudo, temos que trabalhar na perspectiva de salvar a periferia desse país. É na periferia que está grande parte da nossa juventude, grande parte das pessoas com potencial cultural e profissional extraordinário que não tem condições de sobreviver porque são pegos de surpresa por bala perdida ou são pegos por ocupação policial", disse Lula.

O Pronasci está estruturado em cinco eixos prioritários e estabelece políticas sociais e ações de proteção às vítimas de violências com promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate aos preconceitos de gênero, etnia, orientação sexual e diversidade cultural. Investir em equipamentos e serviços de segurança também está previsto no programa. Página 3

MPF vai investigar uso de sistema da Abin para monitorar celulares

Página 4

Equipe econômica monitora possíveis impactos da crise no Credit Suisse

Página 3

Bolsa cai para menor nível desde agosto com crise no Credit Suisse

A crise no banco europeu Credit Suisse e os reflexos da quebra de dois bancos norte-americanos provocaram turbulências no mercado financeiro. A bolsa de valores caiu na quarta-feira (15) para o menor patamar desde agosto.

O índice Ibovespa, da B3, fechou a quarta-feira aos 102.675 pontos, com queda de 0,25%. O indicador chegou a cair 2,18% por volta das 12h, aproximando-se dos 100 mil pontos, mas reagiu durante a tarde e quase zerou as perdas. Mesmo fechando praticamente estável, o indicador, que acumula cinco perdas consecutivas, está no menor nível desde 1º de agosto.

O dia também foi tenso no mercado de câmbio. O dólar comercial encerrou esta quarta vendido a R$ 5,294, com alta de R$ 0,037 (+0,7%). A cotação disparou até o início da tarde, chegando a R$ 5,32 na máxima do dia, pouco antes das 14h, mas arrefeceu perto do fim das negociações.

A moeda norte-americana está no maior nível desde 5 de janeiro, quando era vendida a R$ 5,35. A divisa acumula alta de 1,32% em março e de 0,27% em 2023. Até a terça-feira (14), o dólar acumulava queda no ano.

O mercado financeiro teve um dia tenso em todo o planeta, após o banco Credit Suisse anunciar "debilidades significativas" nos balanços e nos controles nos últimos dois anos. A crise na instituição financeira ocorre dias após dois bancos norte-americanos ligados a empresas de tecnologia falirem e terem os depósitos dos clientes garantidos pelo Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano).

Ao longo da tarde, dois fatores arrefeceram a instabilidade no dólar e na bolsa: o anúncio do Banco Central suíço de que pode socorrer a instituição financeira, se necessário, e a confirmação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de que o novo arcabouço fiscal será anunciado antes da viagem oficial à China, prevista para a última semana deste mês. (Agencia Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,29
Venda: 5,29

Turismo
Compra: 5,42
Venda: 5,51

EURO
Compra: 5,60
Venda: 5,60

Tragédia em Mariana: processo no Reino Unido chega a 700 mil autores

Foto/Antonio Cruz/Abr

Página 4

STF derruba lei que obrigava sala de descanso para enfermeiros em SP

Página 9

Portal da Dívida Ativa permite parcelamento de débito do IPTU de 2022

Página 2

Esporte

Kartismo: GP Dia Internacional da Mulher reunirá várias categorias

A terceira etapa do campeonato AKSP de kart amador vai comemorar o Mês das Mulheres fazendo uma bela festa no Kartódromo de Interlagos (SP/SP), na noite desta quinta-feira (16). A programação tem início oficial as 20h30, com o II GP Dia Internacional da Mulher, seguida das provas da Light, Sênior, Graduados e Elite.

Depois de duas etapas, e partindo para a metade do primeiro turno, os líderes na tabela de pontuação são Douglas Pecoraro (Elite), Alexandre Porche (Graduados), Thiago Rocha (Light), Marcelo Carvalhaes (Sênior) e Natália Eufrásio (Mulheres em Ação Graduadas). Página 10

Foto/ Emerson Santos

A *terceira etapa da AKSP deve reunir cerca de 100 pilotos*

André Baran confirma favoritismo e é campeão do Circuito Alto Giro de Beach Tennis

Dois torneios, dois títulos. O início da temporada de 2023 está sendo de muita comemoração para o catarinense André Baran, número 1 do Brasil e quinto do mundo. No domingo (12), jogando ao lado do também catarinense Daniel Schmitt – número cinco do ranking nacional -, Baran foi campeão do ITF BT 50 de Beach Tennis, terceira etapa do Circuito Alto Giro, disputado na Casa DiPraia Layback BH, em Belo Horizonte (MG).

Foi a primeira competição da ITF (International Tennis Federation) no ano. A final teve quadra lotada e muito apoio da torcida. Baran e Schmitt derrotaram Breno Lodi e Gabriel Santos por 6/4 e 6/1. Página 10

Pietro Fittipaldi encara maratona de corridas com WEC e IMSA em Sebring

Foto/ JOTA Sport

Pietro *Fittipaldi*

O lugar que todo piloto gosta de estar é dentro do carro. E Pietro Fittipaldi terá a oportunidade de passar muito tempo pilotando neste final de semana, no circuito de Sebring, nos Estados Unidos. O brasileiro terá dois desafios de endurance, já que disputará a etapa de abertura do WEC, em uma prova de mil milhas ou oito horas de duração na sexta-feira. No dia seguinte, será a vez de alinhar para as 12 Horas de Sebring, segunda etapa da IMSA.

Pelo campeonato mundial, que terá a abertura das suas atividades na quarta-feira, Pietro defenderá a JOTA. Página 10

Primeiro caminhão de corrida híbrido elétrico do mundo estreia na Copa Truck

Foto/ Rafael Gaspar

Felipe *Giaffone*

No próximo domingo (19), estreia nas pistas de Goiânia o primeiro caminhão de corrida com motores a combustão e elétrico do mundo, o VW Meteor Mission Zero. Com parceria de desenvolvimento da Volkswagen Caminhões e Ônibus com a CBMM, Ciser, Giaffone Electric e a R9 Competições, a iniciativa Mission Zero tem como propósito iniciar uma jornada em direção a zerar a emissão de carbono deste veículo, a partir de uma série contínua de inovações. O caminhão será pilotado por Felipe Giaffone na Copa Truck, um dos mais importantes circuitos de automobilismo do país.

A competição servirá como laboratório em que novas tecnologias serão exploradas e testadas em condições extremas, com foco em eficiência energética, segurança, otimização de peso e neutralização das emissões de carbono. Página 10

Elite herdeira e igreja dominam imóveis ociosos no centro de SP

Pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) analisa imóveis ociosos no centro da capital paulista e mostra que a maioria dos proprietários desses bens são herdeiros ligados à história do desenvolvimento do Estado, da expansão cafeicultora e da indústria na cidade, além de instituições religiosas. A pesquisadora responsável pelo estudo, Ana Gabriela Akaishi, deu um nome para esse perfil: é o "arcaico setor proprietário rentista imobiliário".

Segundo ela, não é possível afirmar que esses imóveis estão ociosos por causa da expectativa de ganhos futuros por parte dos proprietários, a chamada especulação imobiliária.

No entanto, os problemas atrelados a esses proprietários dificultam a comercialização e o uso social desses lugares. "O Centro, sendo a região da cidade mais antiga, carrega historicamente muitos problemas e várias questões que envolvem pro exemplo problemas de inventário mal resolvidos, espólio, imóveis que estão em nome de pessoas que já faleceram há muito tempo e isso não foi atualizado nem repassado para os herdeiros. Ou mesmo no caso das instituições religiosas e associações beneficentes, eles não têm o departamento que cuide desses imóveis", explica Ana Gabriela.

Existem legislações e ações para dar uso a esses imóveis. Desde 2013 em São Paulo, por exemplo, a prefeitura realiza uma fiscalização e notifica os proprietários dos imóveis ociosos. "Esse departamento tem a atribuição de aplicar um instrumento que notifica os proprietários desse imóveis ociosos. Então, primeiro faz um levantamento, vistoria, vê se o imóvel está ocioso mesmo, notifica o proprietário desse imóvel e esse proprietário tem umas obrigações para cumprir. Por exemplo, se é um prédio sem uso, ele tem um ano para dar uso ao imóvel. Se é um terreno vazio, ele tem um ano para apresentar na prefeitura um projeto de uma nova construção para aquele problema. Caso ele não cumpra nesse prazo, o IPTU dele começa a aumentar", detalhou a pesquisadora.

Para a pesquisadora, as ocupações de movimentos sociais em prédios abandonados são importantes para trazer luz e propor soluções ao poder publico sobre o problema.

Em uma das soluções do poder público para o problema, o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) conseguiu este ano a regularização de seus moradores na chamada Ocupação 9 de Julho.

O prédio ocupado pelo movimento estava abandonado há mais de 20 anos e se transformou numa ocupação em 2016. Posteriormente, o prédio foi incluído no Programa Minha Casa, Minha Vida e este ano os moradores receberam os contratos do programa habitacional.

De acordo com dados mais recentes da Secretaria de Urbanismo, mais de 1.360 imóveis ociosos foram notificados em toda a cidade de São Paulo em 2022. (Agência Brasil)

Prefeitura de São Paulo cadastra imigrantes no CadÚnico

O CadÚnico Móvel, unidade da Prefeitura Municipal de São Paulo, estará no Centro de Referência e Atendimento de Imigrantes (CRAI-Oriana Jara), da Coordenação de Políticas para Imigrantes, nos dias 16 e 17 de março, das 9h às 16h, para fazer o cadastramento da população imigrante residente da cidade de São Paulo.

A ação é resultado de uma parceria entre as secretarias municipais de Direitos Humanos e Cidadania e de Assistência e Desenvolvimento Social, responsável pela unidade móvel.

O CadÚnico é a porta de acesso para o recebimento de benefícios como o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o Bolsa Família, entre outros.

Para fazer o cadastro é preciso apresentar CPF, comprovante de residência (conta de luz ou água), e os documentos de todas as pessoas que moram no domicílio. O atendimento será por ordem de chegada, com distribuição de 50 senhas, por dia.

O endereço do CRAI Oriana Jara é rua Major Diogo, 834, na Bela Vista.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Está aberta a temporada de negociações pras eleições municipais paulistanas 2024. A reeleição dos vereadores e vereadoras encontrarão muitos e muitas colegas querendo voltar

.

PREFEITURA (São Paulo)

Caso o PT Ana Estela - esposa do ex-prefeito Haddad - seja vice do Boulos (PSOL), o prefeito Ricardo Nunes (MDB) pode ter a senadora Gabrilli (PSD do ex-prefeito Kassab) na vice ?

.

ASSEMBLEIA

Ex-deputados e ex-deputadas que voltaram pro parlamento paulista em 2023 não deviam entrar nas contas da renovação. Conforme antecipamos, ainda em 2022, foram eleitos ...

.

de

... os deputados André Prado (PL) presidente; voltando ao cargo na 1º vice-presidência o deputado Gilmaci Santos (Republicanos); Teonilio 'Barba' (PT) na 1ª Secretaria; seguindo ...

.

São Paulo

... no cargo da 2ª Secretaria o deputado Rogério Nogueira (hoje no PSDB). Os demais cargos e as histórias dos eleitos(as) dos deputados e deputadas serão publicados todos os dias

.

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio Freitas (Republicanos) comemorando duplamente. Privatização na Bolsa - das obras do Rodoanel - e domínio sobre a composição da Mesa Diretora da Assembleia paulista

.

CONGRESSO (Brasil)

Senadores e deputados (incluindo o Estado de São Paulo) vivem situações surreais; de manhã, de tarde e de noite, todos os dias, tanto em Brasília como nos seus Estados e no DF

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Lula PT segue falando que nem ministros(as), nem o vice Alckmin (PSB) falam sobre a governança sem que ele saiba e libere. E Bolsonaro (PL) ? Vai falar o que deve, nos USA ?

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Alexandre Moraes (Supremo) concedeu a volta do governador Ibaneis (MDB) ao cargo de governador no Distrito Federal (afastado pelo caso invasão física dos Poderes em 8 janeiro).

.

ANO 31

O jornalista **Cesar Neto** publica a coluna de política - **cesarneto.com** - na imprensa brasileira desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara SP) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP) por ser referencial das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Portal da Dívida Ativa permite parcelamento de débito do IPTU de 2022

A Prefeitura de São Paulo disponibiliza ao contribuinte que possui débito na dívida ativa com o município, o Portal da Dívida Ativa, onde o cidadão pode consultar, efetuar negociação e o pagamento dos impostos ou taxas atrasadas sem sair de casa. Para regularizar a situação, há opções de quitação à vista ou em parcelas. A despesa vai para a Dívida Ativa quando não é paga no prazo e entra no cadastro da Procuradoria Geral do Município de São Paulo para a cobrança por ação judicial ou outras formas.

Um dos impostos mais consultados é o IPTU, cuja inscrição na Dívida Ativa é feita sempre no ano seguinte ao exercício, ou seja, em 2023 ocorre a inscrição das parcelas que ficaram sem pagamento em 2022. As parcelas que ficaram em aberto são reunidas num único valor. Existe um número máximo de prestações, previsto na legislação municipal, por isso, não se pode dividir de formas diferentes daquelas sugeridas no sistema. O contribuinte pode fazer quantas simulações quiser e, após selecionar a opção desejada, é só clicar em "Emitir 1° parcela".

Para consultar o débito atualizado, basta acessar o portal da Dívida Ativa, no site dividaativa.prefeitura.sp.gov.br/, clicar em "consulta/pagamento/parcelamento". Na guia, selecione a opção desejada. Só será solicitada a identificação pela senha web para acordos acima de R$ 100 mil. No caso do IPTU, é necessário o número do contribuinte que consta no carnê. O acordo pode ser gerado em qualquer dia e o vencimento da parcela será sempre no último dia útil do mês com expediente bancário.

O sistema vai indicar o número máximo de parcelas de acordo com o valor total do débito e o que está previsto na legislação. O boleto de pagamento do mês seguinte é gerado no site clicando na opção "Emissão do boleto do mês" que aparece na tela inicial do portal. As parcelas são corrigidas pelo IPCA e tem juros de 1% ao mês. Por isso, não se consegue gerar todas de uma só vez. Para evitar atrasos, é possível colocar a parcela em débito automático, usando o número identificador que aparece na parte de cima do boleto.

Mais vezes

A prefeitura alterou as condições de parcelamento dos débitos que já estão em dívida ativa. A medida facilita o pagamento em até 60 vezes, com valor mínimo de cada prestação de R$ 150. A entrada pode ser de 5, 10 ou 15% do débito, conforme seja primeiro, segundo ou terceiro reparcelamento. Quando é o primeiro acordo, o valor inicial é igual às demais, com acréscimo de custas.

O parcelamento de qualquer dívida pode ser feito pelo Portal da Dívida Ativa (dividaativa.prefeitura.sp.gov.br) e clicar em "consulta/pagamento/parcelamento", sem necessidade de atendimento presencial.

As novas regras não se aplicam aos débitos do Simples Nacional, que continuam regidos pela legislação própria, que prevê o pagamento em até 60 meses, com valor mínimo da parcela de R$ 300 (ou R$ 50 para microempreendedores individuais), corrigidas pela taxa Selic.

Prefeitura inicia cadastro de passageiros para o mobizapSP

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, inicia o cadastro de passageiros para o mobizapSP, aplicativo da gestão pública anunciado em coletiva de imprensa no último dia (9). O objetivo da municipalidade é ter estruturado o banco de dados dos paulistanos que pretendem utilizar o serviço, de maneira a garantir, desde já, a segurança do motorista e usuário. A previsão é que o app promova sua primeira corrida em entre 22 e 24 de março.

Para fazer o cadastro, os interessados devem baixar o aplicativo "mobizapSP Passageiro" para Android ou iOS. O segundo passo é preencher o nome, o número de celular com o DDD e o e-mail. Se o futuro usuário tiver alguma dúvida durante o processo, o cadastro também pode ser feito pelo mobizapsp. A próxima etapa será receber mais informações por e-mail sobre o início do funcionamento do aplicativo na capital.

Os usuários poderão solicitar viagens com partidas na cidade de São Paulo e escolher o destino final, mesmo que ele seja fora do município. Os preços devem ser menores se comparados com outras plataformas de serviço de transporte individual de passageiros, sendo um balizador no município paulista. Além disso, não haverá tarifa dinâmica no mobizapSP, o que é mais uma vantagem para os passageiros.

Já no quesito segurança, o app contará com monitoramento de todos os veículos em tempo real, botão de pânico e inteligência artificial que identifica desvios fora dos padrões, na qual aciona uma equipe policial para analisar se há algum ilícito ocorrendo. Para passageiros, a selfie também será uma exigência para garantir a segurança dos envolvidos.

Neste momento, o aplicativo segue aguardando o cadastro dos motoristas para que tenha base de dados antes de iniciar as corridas com os passageiros. Atualmente, já foram contabilizados mais de 15,5 mil cadastros de motoristas.

O MobizapSP é um aplicativo de mobilidade urbana, que oferece benefícios para a população. Com o objetivo de garantir mais segurança e preços justos a motoristas e passageiros, é a única plataforma administrada pela gestão pública (Prefeitura de São Paulo). O MobizapSP conta com taxa fixa, monitoramento de todos os veículos em tempo real, convênio com a Polícia Militar, em caso de sinistro, roubo ou furto do carro, central para acionar a plataforma, além de inteligência que detecta automaticamente desvios fora do padrão e que podem ser indicativos de ilícitos praticados, tanto pelo motorista quanto pelo passageiro. Pode ser acessado via aplicativo (disponível para Android e iOS) e site.

Portal GeoSampa ganha camadas sobre patrimônio ambiental e melhoramentos viários

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), por meio da Coordenadoria de Produção e Análise de Informação (GEOINFO), adicionou uma série de novidades ao Portal Geosampa neste mês de março.

Patrimônio ambiental

A SMUL, através de novos dados da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA), atualizou os grupos de camadas "Verde/Recursos Naturais" e "Legislação Urbana". Agora, além dos parques e unidades de conservação administrados pela Pasta, será possível obter informações sobre as áreas sob responsabilidade de outras secretarias e do Governo do Estado. Também foram atualizados os dados sobre Reserva Particular do Patrimônio Natural e Terras Indígenas.

Para consultar as camadas, acesse "Verde/Recursos Naturais > Parques e Unidades de Conservação" ou "Legislação Urbana > Terra Indígena". Os dados também podem ser baixados através do ícone "Download de Arquivos".

Faixa não edificável e melhoramentos viários

O grupo "Infraestrutura Urbana" ganhou duas novas camadas: "Faixa não edificável e Lei de Melhoramento Viário".

As faixas não edificáveis disponíveis no GeoSampa são aquelas classificadas pelo Código de Obras de 1992 (Lei 11.228 e Decreto 32.329). Como o nome já diz, são áreas que não podem ser edificadas, como uma Área de Proteção Ambiental (APA).

Por sua vez, os melhoramentos viários são definidos por legislações específicas. Elas propõem, para determinadas regiões, o alargamento de ruas e avenidas, canalização de córregos e faixas de recuo em área de declínio.

Para consultar as camadas, acesse "Infraestrutura Urbana" e escolha "Lei de melhoramento viário" e/ou "Faixa não Edificável". Os dados também podem ser baixados através do ícone "Download de Arquivos".

Ortofotos (fotos aéreas) e Modelos Digitais

Além de consultar no mapa, agora o munícipe pode baixar as imagens oriundas de um aerolevantamento realizado em 2020 pela Secretaria Municipal da Fazenda (SF), com apoio de SMUL, para toda a cidade. São elas:

- Ortofotos em RGB (coloridas)
- Ortofotos em IrGB (infravermelho)
- Modelo Digital de Superfície (MDS)
- Modelo Digital de Terreno (MDT)

As ortofotos são imagens georreferenciadas da cidade com ajustes das distorções, uma vez que são obtidas sempre com o mesmo ângulo de câmera e perspectiva. Os Modelos Digitais também são imagens de alta resolução, mas sob a ótica 3D, permitindo a visualização do terreno (MDT) e de edificações, árvores, obras de arte, entre outros objetos (MDS), de forma tridimensional.

Para baixar as imagens, clique no ícone "Pesquisar", selecione a aba "Download Imagens/MDC" e escolha o tipo desejado, isto é, "Ortofotos 2020 – RGB", "Ortofotos 2020 – IrGB", "MDS 2020" e "MDT 2020". Por fim, pressione o botão "Selecionar", clique na área de interesse no mapa, aperte "Download" e selecione o arquivo para fazer o download.

Portal GeoSampa

O Geosampa é um portal coordenado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) que segue as diretrizes do Plano Diretor Estratégico (PDE). Ele reúne dados georreferenciados sobre cerca de 400 camadas relevantes à cidade, como zoneamento, rede de transporte público, bibliotecas, escolas e parques.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Novo Pronasci terá R$ 700 milhões em ações de segurança pública

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) foi relançado na quarta-feira (15) pelo governo federal e já tem R$ 700 milhões previstos para investimento em ações sociais de segurança pública, em prevenção, controle e repressão da criminalidade.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, explicou que o Pronasci fortalece a área de segurança garantindo a presença do Estado não apenas com polícia, mas com ações de promoção da cidadania.

"Com a recuperação desse programa a gente passa para sociedade a ideia de que o papel do Estado é o de cuidar das pessoas, antes de cometer qualquer delito, mas cuidar depois que a pessoa comete na perspectiva de fazer essa pessoa voltar a ter uma convivência social e tranquila."

"Sobretudo, temos que trabalhar na perspectiva de salvar a periferia desse país. É na periferia que está grande parte da nossa juventude, grande parte das pessoas com potencial cultural e profissional extraordinário que não tem condições de sobreviver porque são pegos de surpresa por bala perdida ou são pegos por ocupação policial", disse Lula.

O Pronasci está estruturado em cinco eixos prioritários e estabelece políticas sociais e ações de proteção às vítimas de violências com promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate aos preconceitos de gênero, etnia, orientação sexual e diversidade cultural. Investir em equipamentos e serviços de segurança também está previsto no programa.

"Criar uma polícia nova, mesmo aproveitando os atuais policiais, e formando ele para tenha mais acesso à inteligência para que seja um profissional mais qualificado vai ajudar a gente não ter a noção de que a solução é só prender o cidadão", disse o presidente.

Os eixos do Pronasci estão alinhados com o Plano Nacional de Segurança Pública, que tem como objetivo reduzir a taxa de homicídios para abaixo de 16 mortes por 100 mil habitantes até 2030, além de reduzir as taxas envolvendo mortes violentas de mulheres e de lesão corporal seguida de morte.

"Acreditamos que esse conjunto de ações vai garantir a redução da violência e uma maior integração entre políticas sociais e as ações da polícia", disse o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino.

Recorde histórico

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a violência letal no Brasil atingiu o recorde histórico em 2017, quando mais de 64 mil pessoas foram assassinadas e a taxa de mortalidade chegou a 30,9 por 100 mil habitantes. Desde 2018, o país tem reduzido anualmente a taxa de mortes violentas intencionais, chegando a 22,3/100 mil habitantes em 2021.

"O Pronasci constrói uma noção de que é fortalecendo os agentes e equipamentos de segurança, mas também garantindo que a população tenha acesso à educação e à cultura, que a gente vai garantir que o índice de violência e de criminalidade no país vão diminuir", explicou a coordenadora do programa, Tamires Sampaio.

Instituído originalmente em 2007, no segundo governo Lula, o Pronasci é executado pela União em cooperação com estados, Distrito Federal e municípios, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. O novo Pronasci inclui em seus eixos a prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher e combate ao feminicídio.

Os outros quatro eixos do programa tratam do fomento às políticas de segurança pública com cidadania em territórios com altos indicadores de violência e com grupos sociais mais vulneráveis; fomento às políticas de cidadania com foco no trabalho e ensino formal e profissionalizante para presos e egressos do sistema prisional; apoio às vítimas da criminalidade; e, finalmente, combate ao racismo estrutural e a todos os crimes dele derivados, com ações afirmativas para a população negra aliadas ao enfrentamento da pobreza, da fome e das desigualdades.

Violência contra mulher

O Pronasci 2 tem como foco fortalecer a estrutura de repressão aos crimes de gênero, com a implementação de 40 novas Casas da Mulher Brasileira, que são locais de acolhimento de vítimas da violência doméstica. Serão investidos R$ 344 milhões com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para construção das unidades, que deverão ser entregues até o final do ano que vem. Atualmente, há apenas sete dessas casas em funcionamento no país.

Também serão entregues 270 viaturas para as patrulhas Maria da Penha e as delegacias especializadas de Atendimento para Mulheres, no valor total de R$ 34 milhões. Os veículos serão direcionados aos estados proporcionalmente, considerando os indicadores de violência. Segundo o ministro Flávio Dino, até o fim do ano serão entregues mais 230 viaturas. "Elas permitem que as a medidas protetivas saiam do papel. Dão eficácia à Lei Maria da Penha", explicou.

Há, ainda, previsão de edital de R$ 4 milhões da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para o fortalecimento de políticas de combate à violência contra as mulheres com foco nos municípios.

Segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, todas as formas de violência contra a mulher apresentaram crescimento acentuado no Brasil no ano passado. Os dados apontam que 28,9% das brasileiras sofreram algum tipo de violência de gênero em 2022, a maior prevalência já verificada na série histórica e 4,5 pontos percentuais acima do resultado da pesquisa anterior.

Na semana passada, em evento de celebração ao Dia Internacional da Mulher, Lula também assinou decreto que recria o programa Mulher Viver sem Violência, coordenado pelo Ministério das Mulheres e que tem como objetivo ampliar e integrar os serviços públicos voltados às mulheres em situação de violência.

Entre as principais ações do programa estão a implementação de unidades da Casa de Mulher Brasileira e a reestruturação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Nesse telefone, é possível registrar denúncias contra qualquer tipo de violência de gênero e receber orientações sobre como proceder em situações desse tipo. O serviço funciona 24 horas por dia, com ligação gratuita de qualquer lugar do país.

Políticas previstas

Dentro da perspectiva de reinserção social de detentos e redução dos índices de reincidência, o novo Pronasci prevê ampliar o número de presos que exercem atividades laborais e educacionais, bem como aperfeiçoar as condições de cumprimento de medidas restritivas de direitos, penas alternativas à prisão e penas privativas de liberdade.

No âmbito do Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes, será lançado edital no valor de R$ 5 milhões para oficinas de fabricação de absorventes, bio absorventes, fraldas e calcinhas.

Além de gerar aprendizagem e trabalho para pessoas privadas de liberdade, o governo quer promover a dignidade menstrual de pessoas em situação de vulnerabilidade social, com a distribuição desses produtos na rede públicas, em parceria com os ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social.

O governo também reformulará o Bolsa-Formação, destinado à qualificação profissional de agentes de segurança pública dos estados, Distrito Federal e municípios. A previsão inicial é de 100 mil bolsas, com subsídio de R$ 900 pago a cada mês de duração do curso.

Ele será disponibilizado a candidatos que atendam aos critérios de elegibilidade específicos de curso ofertado pelo Programa Bolsa-Formação. Os cursos serão oferecidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e serão orientados a uma educação para a cidadania, que combata o racismo e o machismo estrutural e promova o respeito à diversidade. O início do repasse da Bolsa Formação deve ocorrer em agosto de 2023. (Agencia Brasil)

Equipe econômica monitora possíveis impactos da crise no Credit Suisse

A equipe econômica está acompanhando os desdobramentos da crise no banco Credit Suisse, que afeta o mercado financeiro de todo o planeta, disse na quarta-feira (15) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em rápida conversa com jornalistas, Haddad informou que ele e a equipe estão em contato com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para avaliar possíveis impactos sobre o Brasil.

Na terça-feira (14), a instituição financeira suíça revelou ter identificado "debilidades significativas" em seus procedimentos de contabilidade e de controle nos últimos dois anos, o que levou à queda das ações. As bolsas europeias tiveram o pior dia em um ano.

As turbulências no Credit Suisse ocorrem dias após dois bancos da Califórnia, ligados a startups do setor tecnológico falirem, o que tem gerado instabilidade no mercado financeiro desde o fim da semana passada.

Haddad também informou que a minuta do projeto de lei do novo arcabouço fiscal que substituirá o teto de gastos já foi enviada à Casa Civil. "Já está no Planalto", disse o ministro a jornalistas, ao retornar ao Ministério da Fazenda após acompanhar a posse do novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jhonatan de Jesus.

Nesta tarde, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que ainda não viu o texto e informou que pretende tomar uma decisão antes da viagem oficial à China, prevista para o próximo dia 24. Na terça-feira (14), o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que a minuta do projeto de lei complementar será analisada ainda nesta semana.

Concluída pelo Ministério da Fazenda há duas semanas, a proposta do novo arcabouço fiscal foi apresentada ao Ministério do Planejamento, que concluiu as análises na semana passada, antes de ir para o Palácio do Planalto. (Agencia Brasil)

Abate de bovinos no Brasil volta a crescer após dois anos de queda

O abate de bovinos voltou a crescer em 2022 depois de dois anos seguidos de queda. Foram 29,80 milhões de cabeças no ano passado, aumento de 7,5% frente ao ano anterior, ou 2,09 milhões de cabeças a mais. Ao alcançar 56,15 milhões de cabeças, o abate de suínos teve um crescimento de 5,9% em relação ao ano anterior e estabeleceu um recorde na série histórica.

Os dados são da Estatística da Produção Pecuária, divulgada na quarta-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O analista da pesquisa, Bernardo Viscardi, disse que o aumento de 19,1% no abate de fêmeas foi fundamental para essa retomada do abate de bovinos. "São os ciclos da pecuária. Depois de um período de retenção das vacas para procriação, seguido pela entrada dos bezerros no mercado e sua consequente desvalorização pelo aumento da oferta, as fêmeas começam a ser destinadas ao abate", explica em texto no site do IBGE.

O estado de Mato Grosso permanece na liderança do ranking nacional no abate de bovinos. A participação do estado no total do país ficou em 15,8%. Na sequência está São Paulo, com 11,5%, e Mato Grosso do Sul, com 11%.

Ovos

A produção de ovos de galinha avançou em 16 dos 26 estados analisados em 2022. Em comparação a 2021, a produção nacional cresceu 1,2%, o que representa um novo recorde em 2022, totalizando 4,06 bilhões de dúzias. O aumento na atividade em relação a 2021 representa 47,71 milhões de dúzias de ovos a mais à disposição do mercado.

De acordo com Bernardo Viscardi, o mercado interno é o grande responsável pelo resultado, uma vez que o Brasil exporta menos de 1% da produção. "O ovo é a proteína mais barata, em termos absolutos, dentre todas as pesquisadas, sendo uma ótima alternativa às carnes bovina, suína e de frango. Os ovos são utilizados tanto para consumo, quanto para incubação. Logo, o crescimento da produção de carne de frango acompanha o aumento da atividade de ovos incubados, férteis", explicou.

Mesmo com o recuo de 0,1% frente ao ano anterior, a atividade em São Paulo se manteve como a responsável pela maior produção, ficando à frente no ranking anual dos estados em produção de ovos de galinha, com 27,1%. Depois estão o Paraná, com 9,4%, Minas Gerais, com 8,9%, e o Espírito Santo, com 8,4%.

Suínos

De acordo com o IBGE, mais uma vez, os suínos se destacaram. Foram 56,15 milhões de cabeças abatidas em 2022, um aumento de 5,9% ou 3,10 milhões de cabeças a mais, se comparado a 2021.

Para o analista da pesquisa, isso pode ser explicado pelo aumento das exportações e ainda porque é um tipo de carne com custo menor e mais acessível do que a bovina. "A indústria de suínos vem trabalhando com cortes fáceis de preparar, o que naturalmente ajuda a elevar o consumo. Além disso, as exportações aumentaram. Apesar da recuperação do seu plantel após o controle da peste suína africana, alguns dos principais destinos da carne brasileira, como China, Vietnã e Filipinas, mantiveram as importações em patamares elevados", disse.

A liderança no abate de suínos em 2022 continuou com Santa Catarina, que atingiu 28,5% do abate nacional, seguido por Paraná, com 20,4%, e o Rio Grande do Sul, com 17,3%.

Outro setor que se beneficiou com a alta demanda no mercado interno foi a produção de frangos, proteína a que mais pessoas têm acesso e, em geral, substitui a carne bovina.

Segundo o IBGE, o resultado de estabilidade de 2022 é o segundo melhor da série histórica e ficou atrás somente da quantidade de 2021.

A pesquisa apontou ainda que nas exportações do produto, a gripe aviária, que atingiu em maior grau o hemisfério norte, contribuiu para reforçar a venda de carne de frango do Brasil. De acordo com o IBGE, em consequência, o Brasil se consolidou ainda mais na posição de maior exportador de carne de frango do mundo.

Segundo Bernardo Viscardi, houve problemas nas cadeias de produção de fornecedores tradicionais no mercado internacional tanto nos Estados Unidos como na União Europeia. "A guerra na Ucrânia também impactou, uma vez que o país era um dos maiores fornecedores", disse.

O Paraná continuou na frente do ranking dos estados em abates de frangos em 2022 e alcançou 33,5% de participação nacional. Depois estão o Rio Grande do Sul (13,4%) e Santa Catarina (13,1%).

Leite

Em movimento contrário, o leite captado em 2022 chegou a 23,85 bilhões de litros. O volume representa uma queda de 5% na comparação a 2021. É também a segunda queda consecutiva após o recorde observado em 2020.

Viscardi disse que o desempenho pode ser explicado pelo fenômeno La Niña, que provocou seca no Sul do Brasil e prejudicou as pastagens, resultando na diminuição da produção de leite. "Os altos custos de produção, que influenciam o preço do leite, envolvendo ração, energia e combustível, associados à baixa demanda do mercado interno, foram outros fatores importantes", acrescentou.

Mais uma vez, Minas Gerais ficou na liderança no ranking nacional. Dessa vez, com 24,5% de participação, seguido pelo Paraná (14,3%) e Rio Grande do Sul (13,3%).

Couro

A produção em curtumes com, pelo menos, 5 mil unidades inteiras de couro cru bovino por ano, atingiu o total de 30,11 milhões de peças inteiras. É um aumento de 2,4% em relação ao ano anterior.

Segundo o IBGE, o incremento do recebimento de peles bovinas em 13 dos 18 estados que têm curtumes elegíveis pela pesquisa, influenciou o resultado. Com 16,6% de participação, Mato Grosso se manteve na liderança do ranking nacional, seguido por Mato Grosso do Sul, com 13,8%, e São Paulo, com 11,1%.

Último trimestre

Os dados de 2022 foram obtidos após o resultado do 4º trimestre de 2022, quando o abate de bovinos cresceu 7,7%, o de suínos de 3,4% e o de frangos de 2,2%, na comparação a igual período de 2021. Frente ao 3º trimestre de 2022, o abate de bovinos caiu 5,4%, o de suínos recuou 4% e o de frangos subiu 2,2%. Já a aquisição de leite ficou em 6,29 bilhões de litros, o que representa recuo de 3,2% frente ao 4º trimestre de 2021 e alta de 2,5% na comparação com o trimestre imediatamente anterior.

A aquisição de peças de couro pelos curtumes avançou 5,4% em relação ao 4º trimestre de 2021, e retração de 4,6% se comparado ao trimestre anterior. Na soma, foram 7,62 milhões de peças de couro cru.

A produção de ovos de galinha ficou em 1,04 bilhão de dúzias no 4º trimestre de 2022, uma elevação de 3,4% ante o mesmo período de 2021 e de 1% frente ao trimestre anterior. (Agencia Brasil)

Rio de Janeiro aumentou em 13% reservas de petróleo em 2022

O estado do Rio de Janeiro teve um crescimento de 13% em suas reservas de petróleo, somando 12,33 bilhões de barris, o que corresponde a 83% do total nacional. A alta acontece pelo segundo ano consecutivo, segundo o Anuário do Petróleo 2022, divulgado na quarta-feira (15) pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

A plataforma Dados Dinâmicos de Petróleo da Firjan indica que o estado do Rio de Janeiro respondeu por 95% dos novos volumes adicionados ao país em 2022. Já a perfuração de poços marítimos, no país e no estado, apresentaram quedas de 22% e 27% no ano passado, respectivamente.

Em 2022 foram perfurados 12 poços exploratórios marítimos no estado, de um total de 17 no Brasil. O levantamento da Firjan mostra que a perfuração pode gerar desdobramentos para a indústria, com a contratação de sondas, navios sísmicos, atividades de completação de poços, entre outras.

Os dados revelam ainda aumento de 10% na perfuração de poços na Bacia de Campos, em 2022. Já na Bacia de Santos, houve aumento de 13,5% na produção, no comparativo de dezembro 2022 com dezembro de 2021.

Polo de energia

O vice-presidente da Firjan, Luiz Césio Caetano, disse que o estado do Rio de Janeiro vem ampliando seu potencial para se tornar o grande polo de energia do país, tendo o petróleo como importante catalisador da indústria.

Para Caetano, os diferenciais do estado passam por seu vasto potencial energético, proximidade entre centros de oferta e demanda, grande carteira de novos projetos em segmentos diversos de energia, além de uma base industrial consolidada e de grande tradição de fornecimento ao mercado de energia.

Para ele, os preços do barril de petróleo em 2022 favoreceram não só as empresas petrolíferas, mas também as arrecadações governamentais, com os valores mensais do óleo tipo brent atingindo patamares que não eram vistos desde 2012, acima de US$ 120 por barril. O valor médio do ano superou os US$ 100 pela primeira vez, desde 2013.

A produção média de petróleo no estado do Rio de Janeiro atingiu 2,53 milhões de barris/dia no ano passado, alta de 7,5% em relação a 2021, o que representa cerca de 85% do total nacional. Desse total, 2,01 milhões de barris/dia foram oriundos do pré-sal.

No que se refere a derivados do petróleo, o estado do Rio de Janeiro apresentou incremento de 31% na produção de diesel S-10 em 2022, em comparação ao ano anterior, refletindo os investimentos anunciados em 2021 na Refinaria Duque de Caxias (Reduc), da ordem de R$ 140 milhões.

O Rio de Janeiro também se mostrou superavitário na relação entre produção e venda dos principais derivados. Essa relação foi de 81% para a gasolina A, 68% para o diesel, 62% para o querosene de aviação e 16% para o gás liquefeito de petróleo (GLP). Em contrapartida, o Rio de Janeiro teve que importar biocombustíveis de outros estados para a mistura. (Agencia Brasil)

Tragédia em Mariana: processo no Reino Unido chega a 700 mil autores

MPF vai investigar uso de sistema da Abin para monitorar celulares

O Ministério Público Federal (MPF) abriu um procedimento para apurar a denúncia sobre o uso de um sistema, pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), para monitorar o celular de cidadãos em governos anteriores. A medida foi assinada na terça-feira (14) pelo procurador da República no Distrito Federal Peterson de Paula Pereira, após a divulgação da informação pelo jornal O Globo.

No ofício, Pereira determina a abertura de uma notícia de fato criminal, que será analisada por um responsável pelo controle externo da atividade policial. Após a divulgação da reportagem, a Abin confirmou, em nota, o uso de um software para monitorar a localização de qualquer pessoa por meio do número de celular e que esse programa de monitoramento foi contratado entre dezembro de 2018 e maio de 2021. Também declarou que o órgão está em processo de aperfeiçoamento, "de acordo com o interesse público e o Estado Democrático de Direito".

Na terça-feira (14), o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o atual governo vai providenciar as devidas investigações. "Se algo foi feito no passado, no outro governo, que não tem conformidade com a lei, isso será levado a quem [seja] responsável; à CGU, Controladoria-Geral da União, aos órgãos de justiça, para que as providências cabíveis, a responsabilização devida, seja feita a quem praticou esses atos no passado", afirmou.

O jornal O Globo revelou que a Abin utilizou durantes os três primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro um sistema secreto para monitorar até 10 mil proprietários de celulares a cada doze meses. Na quarta-feira (15), o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, confirmou ter determinado à Polícia Federal a abertura de uma investigação sobre o uso indevido do equipamento de vigilância. Segundo o ministro, a apuração vai apurar se houve possível espionagem ou mau uso de equipamentos da Abin. (Agencia Brasil)

O processo movido contra a empresa de mineração anglo-australiana BHP Billiton, no Reino Unido, recebeu 500 mil novos autores. Agora são 700 mil pessoas e entidades representadas na ação sobre o rompimento da barragem do Fundão (MG) em 2015. O desastre ambiental liberou 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos em Mariana (MG), deixou 19 mortos, destruiu comunidades inteiras e impactou dezenas de municípios ao longo da bacia do Rio Doce até a foz, no Espírito Santo. A BHP controla, junto com a Vale, a mineradora Samarco, responsável pela exploração da barragem.

Entre os novos autores do processo, estão comunidades indígenas e quilombolas, empresas, 46 municípios, estados (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia), instituições religiosas e autarquias de serviços públicos. O valor pedido de indenização subiu de R$ 32 bilhões para R$ 230 bilhões. O processo tramita na Inglaterra e no País de Gales, desde 2018, com a parte acusatória sendo representada pelo escritório de advocacia Pogust Goodhead. A ação chegou a ser suspensa em 2020, quando um juiz inglês entendeu que, mesmo a BHP tendo sede em Londres, caberia apenas à Justiça brasileira tratar do caso.

Em 2022, o Tribunal de Apelação (Court of Appeal) da Inglaterra decidiu que havia jurisprudência no país. A partir daí, foi aberto um novo prazo até fevereiro de 2023 para inclusão de autores no processo. O julgamento da ação está previsto para abril de 2024.

"A compensação financeira não fará nossos clientes voltarem para tempos mais saudáveis e prósperos de antes nem jamais vai reparar integralmente os danos ao meio ambiente. No entanto, se a BHP tivesse pagado a compensação de forma justa e em um prazo razoável, eles teriam pelo menos feito a coisa certa e teriam vivido de acordo com os valores corporativos que tanto defendem. Em vez disso, como resultado de tentativas contínuas de frustrar a justiça, a mineradora e seus investidores enfrentam agora passivos financeiros múltiplos mais altos do que deveriam e prolongam a agonia das vítimas", diz Tom Goodhead, diretor-executivo do escritório de advocacia.

Maykon Krenak, membro da comunidade indígena Krenak, é um dos autores do processo e diz que até hoje os que vivem às margens do Rio Doce sofrem com os resultados do rompimento da barragem.

Criada para administrar programas e ações de reparação dos danos causados pelo desastre de 2015, a Fundação Renova informa que pagou até janeiro deste ano R$ 13,7 bilhões em indenizações e auxílios financeiros emergenciais para mais de 410 mil pessoas.

A BHP Billiton diz, em nota, que refuta integralmente os pedidos da ação. "O processo movido na Inglaterra é desnecessário por duplicar questões já cobertas pelo trabalho contínuo da Fundação Renova e/ou objeto de processos judiciais em andamento no Brasil. A ação no Reino Unido ainda se encontra em fase preliminar. Os detalhes completos e valores relacionados aos novos requerentes e seus pleitos ainda não foram disponibilizados ao Tribunal inglês ou à BHP."

A empresa diz ainda que pediu permissão para recorrer à Suprema Corte inglesa contra a continuidade do caso no país. Mas ainda não houve resposta. Enquanto isso, afirma que trabalha em colaboração com a Samarco e a Vale nos programas de reparação. (Agencia Brasil)

Moraes determina retorno de Ibaneis ao cargo de governador do DF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na quarta-feira (15) o retorno imediato do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, ao cargo.

Ibaneis foi afastado pelo ministro por 90 dias após os atos antidemocráticos de 8 de janeiro. O afastamento terminaria no dia 9 de abril.

Moraes atendeu ao pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), que enviou ao Supremo parecer favorável à medida.

Na decisão, Alexandre de Moraes disse que a investigação do caso não mostra indícios de que Ibaneis estaria impedindo o trabalho de apuração ou destruindo provas. Dessa forma, o ministro entendeu que não há justificativa para manter o afastamento do governador.

Apesar da decisão, o inquérito que investiga a suposta omissão de Ibaneis e outras autoridades na contenção dos atos violentos na capital federal vai continuar em tramitação. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Z.A. DIGITAL DE SÃO PAULO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO S.A.

CNPJ nº 35.993.098/0001-00 - NIRE 35.300.547.543

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2021

Data Hora, Local: 30.12.2021 às 10 horas, na sede, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, 2º andar, Bloco 3, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Murillo Cozza Alves Cerqueira, Presidente, Emilio Sanches Salgado Junior, Secretário. **Deliberações Aprovadas:** (i) O aumento do capital social mediante a emissão de 34.400.000, ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor total de R$ 34.400.000,00, a um preço unitário de emissão de R$ 368.868.150,00, dividido em 368.868.150 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, para R$ 403.268.150,00, dividido em 403.268.150 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As 34.400.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, são totalmente subscritas e integralizadas pela acionista **Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda** (subsidiária integral), conforme Boletim de Subscrição: O preço de emissão unitário das ações foi fixado em R$ 1,00. Subscritor: Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda, CNPJ/MF 01.808.151/0001-33, NIRE 35.222.984.804, São Paulo/SP. **Ações Subscritas**: **Espécie/Classe - Quantidade - Preço Total de Subscrição (R$):** Ordinárias: 34.400.000, R$ 34.400.000,00. **Forma de Integralização: Forma - Ações - Valor (R$) - Prazo:** Moeda corrente nacional; 34.400.000, R$ 34.400.000,00 na presente data; (ii) Alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social: "**Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 403.268.150,00, dividido em 403.268.150 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal ". (iii) A consolidação do Estatuto Social, (iv) A reeleição dos membros do Conselho de Administração com mandato de 2 anos, os Srs: **Emilio Sanches Salgado Junior**, brasileiro, casado, administrador, RG 18.991.663 (SSP/SP), CPF/MF 097.746.098-32 para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; Murillo Cozza Alves Cerqueira, braseiro, casado, administrador de empresas, RG 26.120.696-5.SSP/SP, CPF/MF 278.710.818.02, para o cargo de Conselheiro; e **Adélcio Aparecido Antonini**, brasileiro, casado, técnico em edificações, RG 10.858.037 SSP/SP, CPF/MF 439.166.946.34 para o cargo de Conselheiro, todos residentes em São Paulo/SP; declararam que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividades mercantis. (v) A autorização à Diretoria para praticar todos os atos e tornar as medidas que se fizerem necessárias para a execução das deliberações aprovadas e transcritas na presente ata. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 30.12.2021. Mesa: Murillo Cozza Alves Cerqueira - Presidente, Emilio Sanches Salgado Junior - Secretário. Acionista: Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda, (subsidiária integral representada por Emilio Sanches Salgado Junior e Murillo Cozza Alves Cerqueira). JUCESP 170.388/22-0 em 01.04.2022, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Nome, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º** - **Z.A. Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A.** é sociedade anônima fechada regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei 6.404/76 ("Companhia"). **Artigo 2º** A Companhia tem como objeto social, conforme estabelecido no Edital de Concorrência Internacional nº 001/SMT/2019 ("Edital") da Prefeitura Municipal de São Paulo/SP ("Contrato de Concessão"), realizar a exploração do serviço de estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do Município de São Paulo, bem como outras atividades autorizadas necessárias ou úteis a execução de seu objeto social, em conformidade com o disposto no Contrato de Concessão. **§ 1º:** Poderá a Companhia promover a realização e exploração de atividades alternativas e/ou complementares aos serviços que constituem objeto da concessão, conforme lhe autoriza o Contrato de Concessão. **§ 2º:** É vedado a Companhia praticar atos estranhos a seu objeto social, bem como a alteração do objeto social da Companhia, salvo se prévia e expressamente autorizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo/SP. **Artigo 3º -** A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 2" andar, Bloco 3, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, podendo, por decisão da Diretoria, abrir, fechar e transferir filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia e correspondente ao prazo de duração do Contrato de Concessão. **Capítulo II - Capital social - Artigo 5º -** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, e de R$ 403.268.150,00, dividido em 403.268.150 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§ Único -** Cada ação ordinária da direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 6º -** A Assembleia Geral reunir-se-á nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no art. 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia ou a lei assim o exigirem, permitida realização conjunta de ambas. **§ 1º:** Na convocação, instalação e realização das Assembleias Gerais serão obedecidos os prazos e demais normas legais aplicáveis. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo presidente da mesa, que será o presidente do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da mesa escolher um dos presentes para secretariá-lo. Na ausência ou impedimento do presidente do Conselho de Administração qualquer um dos membros do Conselho de Administração assumirá a função. **§ 2º:** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto favorável de acionistas representando a maioria do capital votante da Companhia. **§ 3º:** São matérias de deliberação da Assembleia Geral: (i) qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia; e (ii) criação ou emissão de quaisquer ações debêntures notas promissórias e outros valores mobiliários pela Companhia, ou a outorga ou a promessa de outorga de quaisquer bônus para subscrição de ações ou de quaisquer obrigações ou valores mobiliários conversíveis ou não em ações da Companhia; (iii) eleição e destituição a qualquer tempo dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) fixação de remuneração global anual dos administradores da Companhia; (v) aumento do capital social da Companhia ou a redução do capital social; (vi) grupamento ou desdobramento de ações em que se divide o capital social sobescrito e integralizado da Companhia, (vii) resgate, recompra ou amortização de ações pela Companhia, incluindo os termos e condições destas operações; (viii) aprovação da proposta da administração de destinação do lucro da Companhia; (ix) qualquer alteração à política de dividendos da Companhia, (x) declaração de quaisquer dividendos ou o pagamento de juros sobre o capital próprio, ou a realização de quaisquer pagamentos aos acionistas da Companhia que tenham a natureza de dividendo; (xi) transformação da Companhia em outro tipo societário; (xii) aprovação de qualquer operação de reorganização societária envolvendo a Companhia ou seus ativos; (xiii) aprovação da avaliação de bens com que qualquer acionista concorrer para a formação do capital social da Companhia; (xiv) dissolução, liquidação ou extinção da Companhia, a eleição de liquidantes e julgamento de suas contas; e (xv) a autorização aos administradores para confessar falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia. **§4º -** Todas as deliberações que devam ser aprovadas por qualquer órgão da Companhia, que em virtude de lei, resolução, decreto, Contrato de Concessão, Edital ou outra exigência normativa dependam de autorização prévia da Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, somente poderão ser aprovadas, mediante referida autorização, sendo que entre estas, inclui-se, sem se limitar, a transferência de outorga da concessão ou de controle acionário da Companhia. **§5º -** Das deliberações da Assembleia Geral serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos acionistas quantos bastem para constituir o quórum requerido para a deliberação. **Capítulo IV - Administração: Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração: Artigo 7º -** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Na condução das atividades sociais da Companhia, a administração adotará e observará os princípios da governança corporativa. **§ Único -** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria assumirão seus cargos no prazo de até 30 dias contados das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura do termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria e seus mandatos, se expirados, considerar-se-ão automaticamente prorrogados até a posse de seus sucessores. **Seção II - Conselho de Administração: Artigo 8º -** O Conselho de Administração da Companhia será composto por 3 membros eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, que não serão remunerados. **§ 1º -** O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Vencido o mandato, os Conselheiros continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **§ 2º -** O Conselho de Administração contará com um Presidente indicado na Assembleia Geral em que os membros do Conselho de Administração forem nomeados. **§3º -** O Presidente do Conselho de Administração não terá, em hipótese alguma, voto de minerva (qualidade) em quaisquer deliberações do Conselho de Administração. **Artigo 9º** - Em casa de impedimento temporário ou ausência justificada, o membro do Conselho de Administração temporariamente impedido ou ausente será representado por outro Conselheiro por ele indicado, para que este vote em seu nome, conforme instruções de voto recebidas, nas reuniões do Conselho de Administração. **Artigo 10** – Em caso de impedimento permanente ou renúncia de qualquer dos membros do Conselho de Administração durante o mandato para o qual foi eleito, caberá à Assembleia Geral indicar novo Conselheiro para a posição do Conselheiro que houver deixado o Conselho de Administração. **Artigo 11 –** O Conselho de Administração se reunirá, sempre que se considerar necessário ou conveniente e, no mínimo, a cada 3 meses. As convocações das reuniões do Conselho de Administração serão realizadas por qualquer Conselheiro ou Diretor e deverão ser enviadas com antecedência mínima de 3 dias, mediante notificação por escrito contendo a data e a hora da reunião, a ordem do dia e toda documentação suporte, se houver. A convocação poderá ser dispensada se todos os Conselheiros estiverem presentes. **§1º -** As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede social da Companhia ou onde os Conselheiros julgarem mais conveniente e somente serão instaladas com a presença de, no mínimo, 2 Conselheiros, em qualquer convocação. Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência, conferência telefônica ou qualquer outro meio de comunicação que permita conversa entre pessoas em tempo real, isto é, por meio remoto. **§2º -** As reuniões do Conselho de Administração deverão ser presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, o qual poderá designar um Secretário dentre os demais membros presentes. Na ausência ou impedimento do Presidente, a reunião será presidida por qualquer dos Conselheiros presentes. **§3º -** Os conselheiros poderão ser acompanhados nas reuniões do Conselho de Administração por um assessor com conhecimento técnico específico de determinada matéria constante da ordem do dia, o qual não terá direito a voto, mas que poderá participar apenas das discussões de referida matéria. **Artigo 12 –** A cada Conselheiro será conferido o direito a 1 voto nas deliberações das reuniões do Conselho da Companhia. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por votos favoráveis de, no mínimo, 2 membros do Conselho de Administração, não se computando os votos em branco. **§1º -** Serão válidos os votos proferidos pelo Conselheiro que estiver participando, por meio remoto, da reunião do Conselho de Administração e que forem entregues por Conselheiro presente à reunião, desde que o Conselheiro que estiver participando da reunião por meio remoto tenha encaminhado seu voto por e--mail ou qualquer outro meio eletrônico de factível comprovação. **§2º -** Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, nas quais constarão as deliberações aprovadas e serão assinadas por todos os conselheiros presentes. **Artigo 13 –** Além das matérias previstas em lei, a deliberação acerca das matérias abaixo fica reservada à competência exclusiva do Conselho de Administração: (i) eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia, podendo ainda fixar-lhes atribuições básicas de cada cargo; (ii) nomear e destituir auditores independentes; (iii) aprovar o Plano de Negócios e o orçamento anual da Companhia, suas respectivas revisões, alterações ou atualizações, sendo certo que matérias contempladas e detalhadas nestes documentos aprovados não necessitarão de nova aprovação pelo Conselho de Administração; (iv) concessão de qualquer garantia, fidejussória ou real, não prevista no Plano de Negócios da Companhia; (v) aprovar a aquisição pela Companhia de suas próprias ações ou outros valores mobiliários. **Seção III – Diretoria: Artigo 14 –** A Diretoria da Companhia será composta por 2 membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. **§1º -** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, a critério de qualquer Diretor, para tratar de aspectos operacionais e assuntos de interesse da Companhia. **§2º -** O mandato dos membros da Diretoria será de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Vencido o mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **§3º -** Em casa de impedimento permanente ou renúncia de qualquer dos membros da Diretoria durante o mandato para o qual foi eleito, caberá ao Conselho de Administração indicar seu substituto. **Artigo 15 –** A Diretoria da Companhia, é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar os atos necessários à administração e à condução dos negócios da Companhia, quais sejam indicados por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, podendo representa-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **§ Único.** É vedado à Companhia contrair empréstimos ou obrigações cujos prazos de amortização excedam o termo final do Contrato de Concessão. **Artigo 16 –** Exceto pelo disposto no §1º abaixo, a prática dos atos mencionados no artigo acima dar-se-á mediante a assinatura conjunta de 2 Diretores ou mediante a assinatura de qualquer Diretor agindo em conjunto com 1 procurador nomeado nos termos do §2º abaixo. **§1º -** A representação da Companhia perante órgão públicos, incluindo, exemplificativamente, autoridades fiscais em nível federal, estadual e municipal, cartórios de registro de títulos e documentos, notas e de imóveis e juntas comerciais, para fins de requisição de certidões, apresentação de declarações, solicitação de relatórios de restrições e requisições dependerá da assinatura de apenas 1 Diretor ou 1 procurador nomeado nos termos do §2º abaixo. **§2º -** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia, por instrumento público ou particular, por dois membros da Diretoria e deverão especificar obrigatoriamente a sua duração e os fins a que se vinculam os poderes outorgados. **§3º -** As procurações "ad judicia", dependerão da assinatura de apenas 1 Diretor ou 1 procurador nomeado nos termos do §2º acima e poderão ser por prazo indeterminado. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 17 –** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. **§1º -** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º -** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI – Exercício Social, Lucros e Distribuição: Artigo 18 –** O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 19 –** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria deverá elaborar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **Artigo 20 –** As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros, sendo que do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão: (i) 5% para a constituição da reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; (ii) no mínimo 25% do lucro líquido ajustado como dividendo obrigatório; e (iii) o saldo para a destinação que vier a ser dada pela Assembleia Geral. **§1º -** A constituição da reserva legal será dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **§2º -** O dividendo obrigatório poderá deixar de ser distribuído ou poderá ser distribuído em percentual inferior se e quando a Assembleia Geral assim deliberar sem oposição de qualquer dos acionistas presentes. **Artigo 21 -** A Assembleia Geral poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados. **§ Único -** Ainda por deliberação da Assembleia geral, poderão ser distribuídos dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Os dividendos atribuídos na forma do caput deste Artigo 21 e eventuais juros sobre o capital próprio constituirão antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII – Liquidação: Artigo 22 -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **§ Único –** Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que atuará nesta fase e fixar os honorários, que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII – Disposições finais: Artigo 23 –** Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com o Acordo de Acionistas e com a legislação em vigor. **Artigo 24 –** A Companhia observará todas as condições previstas no Edital, bem como as cláusulas inseridas no Contrato de Concessão a ser firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo/SP.

Z.A. DIGITAL DE SÃO PAULO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO S.A.

CNPJ nº 35.993.098/0001-00 - NIRE 35.300.547.543

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de Dezembro de 2022

Data, Horário e Local: 30.12.2022, às 10:00h, na sede social, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, 2º andar, Bloco 3, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Murillo Cozza Alves Cerqueira - Presidente e Emilio Sanches Salgado Junior - Secretário. **Deliberação Aprovadas:** A acionista **Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda.** aprovou, sem qualquer ressalva: i. O aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 25.755.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor total de R$ 25.755.000,00, a um preço unitário de emissão de R$ 1,00, passando o capital social de R$ 469.338.150,00, dividido em 469.338.150 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ 495.093.150,00, dividido em 495.093.150 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As 25.755.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, são totalmente subscritas e integralizadas pela acionista **Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda.** (subsidiária integral); ii. A nova redação dada ao *caput* do art. 5º do Estatuto Social, alterada em decorrência do aumento do capital social: *"**Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 495.093.150,00, dividido em 495.093.150 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* iii. A nova redação dada ao *caput* do art. 14º do Estatuto Social, alterada em decorrência da necessidade de ajuste na composição da Diretoria da Companhia: *"**Artigo 14** - A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 2 e no máximo 4 membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. **§ 1º** - A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, a critério de qualquer Diretor, para tratar de aspectos operacionais e assuntos de interesse da Companhia. **§ 2º** - O mandato dos membros da Diretoria será de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Vencido o mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **§ 3º** - Em caso de impedimento permanente ou renúncia de qualquer dos membros da Diretoria durante o mandato para o qual foi eleito, caberá ao Conselho de Administração indicar seu substituto."* iv. A consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo II a esta ata; v. A autorização dada à Diretoria para praticar todos os atos e tomar as medidas que se fizerem necessárias para a execução das deliberações aprovadas e transcritas na presente ata. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 30.12.2022. Acionista: **Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda.** - Emilio Sanches Salgado Junior, Murillo Cozza Alves Cerqueira. JUCESP nº 43.983/23-6 em 27.01.2023, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Z.A. DIGITAL DE SÃO PAULO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO S.A.

CNPJ nº 35.993.098/0001-00 - NIRE 35.300.547.543

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de dezembro de 2022

Data, Local e Horário: 30.12.2022, às 11hs, na sede social, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, 2º andar, Bloco 3, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos conselheiros. **Mesa:** Emilio Sanches Salgado Junior - Presidente e Murillo Cozza Alves Cerqueira - Secretário. **Deliberações Aprovadas:** i. A eleição do Sr. Daniel Henrique Nogueira Soraggi Castro, brasileiro, casado, administrador, RG MG10908067 SSP/MG, como novo Diretor, até o fim do mandato da Diretoria, ou seja, até o dia 25.10.2023. A Diretoria passa a ser composta pelos seguintes membros: **(i) Emilio Sanches Salgado Junior**, brasileiro, casado, administrador, RG 18.991.663 (SSP/SP), CPF 097.746.098-32, **(ii) Roberto Lins Affonso da Costa**, brasileiro, administrador de empresas, divorciado, RG 57.596.162-4 SSP-SP, CPF 835.685.659-00; e **(iii) Daniel Henrique Nogueira Soraggi Castro**, já qualificado. ii. Aprovar a autorização para os diretores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. **Declaração:** Todos os membros da Diretoria têm reputação ilibada, nos termos do Art. 147 da Lei 6.404/76 e declaram não estarem impedidos por lei. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 30.12.2022. Conselheiros: Emilio Sanches Salgado Junior; Murillo Cozza Alves Cerqueira; Adélcio Aparecido Antonini. JUCESP nº 46.423/23-0 em 01.02.2023, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.2.3 do termo de securitização dos CRA da Emissão, celebrado em 29 de abril de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em primeira convocação, aos 06 de abril de 2023, às 11h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 15 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do **CENTRO DE PROMOÇÃO SOCIAL CARMEN MENDES CONCEIÇÃO**, Marcos Leme da Silva, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso I, do Art. 15º, dos Incisos II e III do Art. 19º, do Estatuto Social, CONVOCA todos os associados em conformidade com os Incisos I, II, III e IV, bem como do parágrafo segundo, do Art. 6º, para a **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA e ORDINÁRIA,** a realizar-se aos 15 de abril de 2023, em sua sede, na rua Vigário Taques Bitencourt, 195, Bairro Vila Miranda, Santo Amaro, São Paulo, CEP.: 04755-060.

A ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, será instalada, em primeira convocação, às 09:00h, com a presença de metade mais um dos seus associados, ou, trinta minutos após, às 09:30h, em segunda convocação, com qualquer número, conforme o Art. 12º.

A ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA visa deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1º - Alteração do Estatuto, com a inclusão de "Presidentes de Honra" para a Instituição.

A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, será instalada em primeira convocação, às 10:00h, com a presença de metade mais um de seus associados, ou trinta minutos após, as 10:30h, em segunda convocação, com qualquer número, conforme o Art. 12º.

A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA visa deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** **1º** - Análise e Aprovação das Contas da Instituição no ano de 2022; **2º** - Eleição da Nova Diretoria; **3º** - Demais assuntos. São Paulo, 13 de março de 2023. Marcos Leme da Silva – Presidente**.** Elias Jorge Calil Neto - Vice Presidente

EDITAL DE INTIMACAO-PRAZO DE 20DIAS. PROCESSO Nº **0006824-34.2012.8.26.0008** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível,do Foro Regional VIII-Tatuapé,Estado de São Paulo,Dr(a).Luis Fernando Nardelli,na forma da Lei, etc. Faz saber que nos autos de ação de cumprimento de sentença, movidos por Condomínio Edifício Ágata foi deferida a intimação por edital dos executados Francisco Paulo da Silva, CPF 061.465.658-30 e Ines Ubaldo de Oliveira, CPF 051.963.748-84, que se encontram em lugar ignorado, da penhora havida sobre o lote de terreno 01, da quadra 27, Parque Santos Dumont, Guarulhos, com área total de 353m², matrícula 72.166, 2º CRI-Guarulhos. Passando a fluir dos 20 dias supra o prazo de 5 dias para impugnação. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2023. **|16,17|**

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0003012-24.2020.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Antônio Salomão dos Santos, CPF 088.371.878-23, que lhe proposta uma ação de Cumprimento de Sentença por parte de Sociedade Educacional Bricor Ltda., na qual foi efetuado o bloqueio de R$ 2.686,87, em conta(s) bancária(s) de sua titularidade. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 05 dias, que fluirá após do decurso do prazo do presente edital, comprove a impenhorabili -dade da referida quantia (art. 854, § 3º, do CPC), após o que, sem manifestação, referida quantia será levantada pelo credor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de janeiro de 2023. 16 e 17.03

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0008209-46.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 19ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Inah de Lemos e Silva Machado, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Fabiane Benitez Gonçalves, RG 1102602131, CPF 003.341.180-85, que por este Juízo tramita uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sociedade Unificada Paulista de Educação e Comunicação Supero – Ec Ltda. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 54.595,32 (fevereiro/2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de março de 2023.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0000703-16.2023.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). SIDNEY TADEU CARDEAL BANTI, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a ANDREIA MARTINS DE ABREU, RG 34.368.710-0, CPF 296.915.278-98, que por este Juízo tramita uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – SUPERO Ltda. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 38.287,65 (janeiro/2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (art. 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que a executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de março de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1125384-20.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 15ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Cinara Palhares, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **CHI HEI PAK**, **CPF: 070.920.498-14, RG: W500436-5**, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Ltda. S/C SINEC, **CNPJ: 43.144.138/0001-77**, objetivando a cobrança de R$ 43.317,57 (julho/2019), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2014. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague(m) o débito, acrescida(s) dos honorários advocatícios no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do débito, ocasião em que o réu ficará isento do pagamento das custas processuais, ou ofereça embargos ao mandado monitório nos termos do art. 701 do CPC, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. No caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de janeiro de 2023. 16 e 17.03

VOTORANTIM cimentos

Demonstrações Financeiras 2022

Votorantim Cimentos S.A. - CNPJ/ME nº 01.637.895/0001-32

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/ **https://ri.votorantimcimentos.com.br/**

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: Submetemos à apreciação as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas (DFs) da Votorantim Cimentos S.A. (VC ou Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

	Controladora		Consolidado	
A T I V O	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.105.029	1.517.774	3.943.513	4.450.030
Aplicações financeiras	776.858	798.334	978.316	946.264
Instrumentos financeiros derivativos			48	4.434
Contas a receber de clientes	661.250	514.608	1.521.320	1.344.298
Estoques	1.057.242	781.912	3.358.792	2.862.046
Tributos a recuperar	53.001	332.931	297.755	682.175
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	92.305	13.753	169.969	356.109
Dividendos a receber	33.145	89.697		
Outros ativos	69.395	47.048	266.315	233.010
	3.848.225	**4.096.057**	**10.536.028**	**10.878.366**
Ativos classificados como mantidos para venda	2.116	25.149	2.116	25.154
Total do ativo circulante	**3.850.341**	**4.121.206**	**10.538.144**	**10.903.520**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Instrumentos financeiros derivativos	543.924	638.916	708.600	817.912
Tributos a recuperar	81.008	96.643	197.816	179.730
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	410.552	586.751	410.878	587.077
Imposto de renda e contribuição social diferidos		37.100	435.884	912.382
Partes relacionadas	45.873	24.643	45.699	3.739
Depósitos judiciais	110.989	58.141	215.833	147.229
Securitização de recebíveis			217.740	210.615
Benefícios de plano de pensão			126.335	215.244
Outros ativos	46.096	51.464	240.161	264.358
	1.238.442	**1.493.658**	**2.598.946**	**3.338.286**
Investimentos	14.406.875	12.936.567	1.369.685	1.329.101
Propriedades para investimento			74.867	
Imobilizado	4.853.603	4.607.673	18.122.764	18.267.828
Intangível	781.376	643.469	8.702.080	9.450.110
Direito de uso em arrendamento	52.951	73.143	1.126.723	1.351.592
Total do ativo não circulante	**21.333.247**	**19.754.510**	**31.995.065**	**33.736.917**
Total do ativo	**25.183.588**	**23.875.716**	**42.533.209**	**44.640.437**

	Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	82.680	39.706	262.348	262.383
Instrumentos financeiros derivativos	215.707	152.182	271.647	198.009
Arrendamentos	22.732	3.539	165.883	201.065
Risco sacado a pagar	251.701	238.045	1.880.761	1.547.971
Fornecedores e outras contas a pagar	1.936.463	1.708.329	4.275.707	3.914.301
Salários e encargos sociais	264.862	234.890	598.861	628.596
Imposto de renda e contribuição social a recolher			32.842	43.650
Tributos a recolher	130.689	113.614	320.546	304.959
Adiantamento de clientes	25.463	16.299	58.292	39.722
Dividendos a pagar	218.911	845.727	221.185	847.257
Uso de bem público			54.932	50.344
Outros passivos	269.558	254.970	507.492	764.191
	3.418.766	**3.607.301**	**8.650.496**	**8.802.448**
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda		11.037		12.400
Total do passivo circulante	**3.418.766**	**3.618.338**	**8.650.496**	**8.814.848**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	4.704.750	3.373.319	10.911.239	12.132.252
Instrumentos financeiros derivativos	466.285	307.973	603.182	415.229
Arrendamentos	29.986	71.099	1.034.801	1.166.820
Imposto de renda e contribuição social diferidos	97.073		968.280	1.365.286
Partes relacionadas	58.016	26.885	56.905	17.500
Provisões e depósitos judiciais	801.317	667.146	1.397.535	1.291.827
Uso de bem público			656.858	661.860
Plano de pensão			275.011	399.178
Securitização de recebíveis			114.417	93.866
Outros passivos	224.138	222.452	458.910	385.524
	6.381.565	**4.668.874**	**16.477.138**	**17.929.342**
Total do passivo	**9.800.331**	**8.287.212**	**25.127.634**	**26.744.190**
Patrimônio líquido				
Capital social	7.708.353	7.708.353	7.708.353	7.708.353
Reservas de lucros	3.947.562	3.389.173	3.947.562	3.389.173
Ajustes de avaliação patrimonial	3.727.342	4.490.978	3.727.342	4.490.978
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	15.383.257	15.588.504	15.383.257	15.588.504
Participação dos acionistas não controladores			2.022.318	2.307.743
Total do patrimônio líquido	**15.383.257**	**15.588.504**	**17.405.575**	**17.896.247**
Total do passivo e patrimônio líquido	**25.183.588**	**23.875.716**	**42.533.209**	**44.640.437**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Atribuível aos acionistas controladores							
			Reservas de lucros						
	Capital social	De incentivos fiscais	Legal	Retenção	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2021	**7.723.353**	**1.440.600**	**572.809**	**1.535.374**	**2.246.239**		**13.518.375**	**725.931**	**14.244.306**
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício						1.343.649	1.343.649	283.063	1.626.712
Outros componentes do resultado abrangente					731.552		731.552	79.219	810.771
					731.552	**1.343.649**	**2.075.201**	**362.282**	**2.437.483**
Distribuições para acionistas									
Aquisição da McInnis pela St. Marys - Efeito reflexo da emissão de ações da St. Marys e diluição da participação					1.513.187		1.513.187	1.313.977	2.827.164
Aumento de participação de acionistas não controladores								13.626	13.626
Aumento de capital social								1.072	1.072
Redução de capital social	(15.000)						(15.000)		(15.000)
Destinação do lucro líquido do exercício									
Constituição de reserva legal			67.182			(67.182)			
Constituição de reserva de incentivos fiscais		43.775				(43.775)			
Dividendos deliberados				(1.195.086)		(308.173)	(1.503.259)	(109.145)	(1.612.404)
Retenção de lucros				924.519		(924.519)			
	(15.000)	**43.775**	**67.182**	**(270.567)**	**1.513.187**	**(1.343.649)**	**(5.072)**	**1.219.530**	**1.214.458**
Em 31 de dezembro de 2021	**7.708.353**	**1.484.375**	**639.991**	**1.264.807**	**4.490.978**		**15.588.504**	**2.307.743**	**17.896.247**
Em 1º de janeiro de 2022, antes do efeito do ajuste contábil inicial de hiperinflação - controladas	7.708.353	1.484.375	639.991	1.264.807	4.490.978		15.588.504	2.307.743	17.896.247
Efeito do ajuste contábil inicial de hiperinflação - controladas (Nota 5.5)						88.395	88.395	1.994	90.389
Ajuste de variação cambial de economias hiperinflacionárias				(32.786)	32.786				
Em 1º de janeiro de 2022, após o efeito do ajuste contábil inicial de hiperinflação - controladas	7.708.353	1.484.375	639.991	1.232.021	4.523.764	88.395	15.676.899	2.309.737	17.986.636
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício						999.287	999.287	146.167	1.145.454
Outros componentes do resultado abrangente					(796.422)		(796.422)	(291.349)	(1.087.771)
					(796.422)	**999.287**	**202.865**	**(145.182)**	**57.683**
Contribuições e distribuições para acionistas									
Aumento de participação de acionistas não controladores						(48.723)	(48.723)	48.723	
Redução de capital social de acionistas não controladores								(116.787)	(116.787)
Destinação do lucro líquido do exercício									
Constituição de reserva legal			49.964			(49.964)			
Constituição de reserva de incentivos fiscais		73.680				(73.680)			
Dividendos deliberados				(231.785)		(218.911)	(450.696)	(74.173)	(524.869)
Reversão de dividendos deliberados em anos anteriores				2.912			2.912		2.912
Retenção de lucros				696.404		(696.404)			
		73.680	**49.964**	**467.531**		**(1.087.682)**	**(496.507)**	**(142.237)**	**(638.744)**
Em 31 de dezembro de 2022	**7.708.353**	**1.558.055**	**689.955**	**1.699.552**	**3.727.342**		**15.383.257**	**2.022.318**	**17.405.575**

(i) Em 2021, a participação da controlada Votorantim Cimentos International S.A. ("VCI") na sua investida St. Marys Cement Inc. ("St. Marys") foi reduzida em 17% decorrente da combinação de negócios. O montante de R$ 48.723 refere-se à reclassificação de participação de acionistas não controladores, anteriormente apresentada em "Lucros acumulados". (ii) Em 6 de junho de 2022, a controlada VCI e demais acionistas da investida St. Marys, reduziram seu capital social no montante de USD 131.154 (R$ 686.982), mediante a devolução de caixa pela investida aos acionistas. O montante de R$ 116.787 corresponde a 17% da participação acionária dos acionistas não controladores. (iii) Em Reunião do Conselho de Administração da VCSA realizada em 06 de julho de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R$ 231.785 à conta de reserva de lucros acumulados, os quais foram pagos aos acionistas em 05 de agosto de 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram calculados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 218.911, que serão deliberados em Assembleia Geral Ordinária juntamente com a deliberação destas demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.349.921**	**1.500.296**	**1.679.436**	**2.200.111**
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação, amortização e exaustão	410.107	408.861	1.846.855	1.666.315
Equivalência patrimonial	(632.266)	(702.164)	(52.100)	(62.665)
Provisão de *impairment* de ativos	4.316	42.366	4.316	2.310
Ganho líquido na venda de imobilizado e intangível	(1.776)	(32.747)	(42.485)	(111.407)
Provisão para perda de crédito esperada	12.192	1.263	21.314	2.978
Provisão (reversão) para obsolescência de estoques	302	(13.649)	(11.087)	(950)
Provisão de processos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais	80.237	16.190	100.969	54.511
Ganho na aquisição de investimentos - McInnis				(243.560)
Ganho na aquisição de investimentos - Málaga			(6.715)	
Ganho de valor justo resultante da remensuração - Superior				(126.045)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(78.676)	(8.662)	(80.248)	(27.884)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	444.907	(25.579)	539.165	(37.355)
Juros e encargos sobre uso de bem público			42.287	120.603
Outros componentes do resultado financeiro	290.635	378.977	1.070.168	1.445.521
Contratos futuros de energia - valor justo	(55.918)	1.240	57.587	1.507
Demais itens que não afetam caixa	(25.042)	(20.770)	(5.417)	(272.853)
	1.798.939	**1.545.622**	**5.164.045**	**4.611.137**
(Acréscimo) decréscimo em ativos				
Contas a receber de clientes	(130.664)	(55.275)	(153.945)	190.968
Estoques	(273.471)	(261.478)	(398.439)	(533.545)
Tributos a recuperar	175.381	268.779	358.919	200.809
Partes relacionadas	9.166		26.242	5.126
Depósitos judiciais	(92.051)	(1.529)	(117.029)	(17.089)
Securitização de recebíveis			(71.894)	(34.855)
Demais créditos e outros ativos	(1.548)	(73.892)	(213.639)	68.034
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	227.258	660.948	429.469	607.849
Risco sacado a pagar	13.656	(46.264)	428.022	467.731
Salários e encargos sociais	25.682	29.809	(12.856)	61.974
Adiantamento de clientes	9.164	4.970	19.609	(10.611)
Tributos a recolher	227	10.509	(224.791)	48.927
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	(35.389)	(38.641)	(82.573)	(122.229)
Demais obrigações e outros passivos	60.920	125.842	(298.423)	347.399
Caixa proveniente das operações	**1.787.270**	**2.169.400**	**4.852.717**	**5.891.625**
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(286.619)	(79.882)	(713.718)	(579.367)
Juros pagos de UBP			(51.542)	(30.899)
Juros recebidos	767	13.915	2.337	20.338
Custo de recompra dos *bonds*			(171.812)	(69.880)
Imposto de renda e contribuição social reembolsados (pagos)			107.264	(226.391)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.501.418**	**2.103.433**	**4.025.246**	**5.005.426**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	(4.409)	(18.149)	(120.850)	(150.058)
Resgate de aplicações financeiras	103.751	12.861	164.828	226.911
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	38.639	20.823	155.247	143.040
Recebimento pela venda de investimentos				41.293
Recebimento de dividendos	34.282	490.916	71.120	181.003
Aquisição de imobilizado e intangível	(691.063)	(338.263)	(2.005.752)	(1.479.497)
Aquisição de investimento líquido de caixa recebido da investida			(467.269)	(1.323.999)
Pagamentos a partes relacionadas			(5.299)	
Efeito caixa das movimentações de capital em investidas	(1.572.839)	(957.085)	(17.114)	(57.085)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(2.091.639)**	**(788.897)**	**(2.225.089)**	**(2.418.392)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos	1.435.504	1.729.540	3.424.047	3.701.572
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(6.845)	(1.126.755)	(3.840.588)	(4.406.101)
Liquidação de arrendamento	(44.294)	(47.572)	(286.646)	(227.213)
Instrumentos financeiros derivativos	(132.288)	(31.382)	(169.658)	57.753
Redução de capital social		(2.837)		(2.837)
Redução de capital de acionistas não controladores			(116.787)	
Aumento de participação de acionistas não controladores				15.057
Redução de participação de acionistas não controladores				(359)
Dividendos pagos	(1.074.601)	(745.592)	(1.074.601)	(745.592)
Dividendos pagos a não controladores			(74.173)	(109.145)
Pagamentos a partes relacionadas		(952.795)		
Recebimentos de partes relacionadas		199.718	8.559	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**177.476**	**(977.675)**	**(2.129.847)**	**(1.716.865)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	**(412.745)**	**336.861**	**(329.690)**	**870.169**
Efeito de oscilações nas taxas cambiais			(176.827)	166.835
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.517.774	1.180.913	4.450.030	3.413.026
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**1.105.029**	**1.517.774**	**3.943.513**	**4.450.030**
Principais transações que não afetaram o caixa				
Liquidação de obrigações de CO2			176.701	
Aquisição de investimento com emissão de ações		1.513.187		2.827.164
Ativos de direito de uso em contratos de arrendamento	18.516	33.586	178.432	176.828

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Receita líquida de contratos com clientes	9.516.894	7.851.108	25.797.366	22.295.681
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(7.384.906)	(5.858.784)	(20.982.540)	(17.084.454)
Lucro bruto	**2.131.988**	**1.992.324**	**4.814.826**	**5.211.227**
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	(436.779)	(368.268)	(826.495)	(699.870)
Gerais e administrativas	(557.661)	(506.454)	(1.246.411)	(1.242.852)
Outras receitas operacionais, líquidas	48.159	2.846	180.841	364.652
	(946.281)	**(871.876)**	**(1.892.065)**	**(1.578.070)**
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	**1.185.707**	**1.120.448**	**2.922.761**	**3.633.157**
Resultado de participações societárias				
Equivalência patrimonial	632.266	702.164	52.100	62.665
Resultado financeiro líquido				
Receitas financeiras	649.628	323.795	938.458	532.849
Despesas financeiras	(1.228.313)	(546.778)	(2.346.821)	(1.630.903)
Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas	110.633	(99.333)	112.938	(397.657)
	(468.052)	**(322.316)**	**(1.295.425)**	**(1.495.711)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.349.921**	**1.500.296**	**1.679.436**	**2.200.111**
Imposto de renda e contribuição social	**(350.634)**	**(156.647)**	**(533.982)**	**(573.399)**
Lucro líquido do exercício	**999.287**	**1.343.649**	**1.145.454**	**1.626.712**
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			999.287	1.343.649
Participação de não controladores			146.167	283.063
Lucro líquido do exercício			**1.145.454**	**1.626.712**
Quantidade média ponderada de ações, em milhares			9.525.614	9.532.689
Resultado básico e diluído por lote de mil ações atribuíveis aos acionistas da Companhia, em reais			104,91	140,95

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro líquido do exercício	**999.287**	**1.343.649**	**1.145.454**	**1.626.712**
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Variação cambial de operações localizadas no exterior	(698.668)	670.893	(885.070)	753.993
Hedge de investimentos líquidos	(135.073)	29.339	(162.739)	17.096
Realização de outros resultados abrangentes de investidas - reflexo		12.085		12.085
Participação em outros componentes do resultado abrangente	22.005	(2.970)	(60.125)	(3.792)
	(811.736)	**709.347**	**(1.107.934)**	**779.382**
Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado				
Ajustes de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(3.137)		(3.779)	
Remensuração com benefícios de aposentadoria em investidas	26.984	43.536	32.475	52.720
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	(8.533)	(21.331)	(8.533)	(21.331)
	15.314	**22.205**	**20.163**	**31.389**
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**(796.422)**	**731.552**	**(1.087.771)**	**810.771**
Total do resultado abrangente do exercício	**202.865**	**2.075.201**	**57.683**	**2.437.483**
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			202.865	2.075.201
Participação de não controladores			(145.182)	362.282
			57.683	**2.437.483**

Os itens na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Receitas				
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)	12.435.894	10.336.590	29.851.087	25.715.531
Outras receitas operacionais	103.148	81.522	280.051	201.904
Perda de crédito esperada	(12.192)	(1.263)	(21.314)	(2.978)
	12.526.850	**10.416.849**	**30.109.824**	**25.914.457**
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas e outros insumos de produção (i)	(3.969.920)	(3.575.770)	(10.154.132)	(7.987.044)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (i)	(2.886.160)	(2.212.509)	(7.581.432)	(5.716.652)
Provisão de *impairment* de ativos	(4.316)	(42.366)	(4.316)	(2.310)
	(6.860.396)	**(5.830.645)**	**(17.739.880)**	**(13.706.006)**
Valor adicionado bruto	**5.666.454**	**4.586.204**	**12.369.944**	**12.208.451**
Depreciação, amortização e exaustão	(410.107)	(408.861)	(1.846.855)	(1.666.315)
Valor adicionado líquido produzido	**5.256.347**	**4.177.343**	**10.523.089**	**10.542.136**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações societárias	632.266	702.164	52.100	62.665
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	1.037.480	462.882	1.741.969	844.309
Recebimento de dividendos	34.282	490.916	71.120	181.003
	1.704.028	**1.655.962**	**1.865.189**	**1.087.977**
Valor adicionado total a distribuir	**6.960.375**	**5.833.305**	**12.388.278**	**11.630.113**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos sociais				
Remuneração direta	598.276	538.395	2.192.161	2.286.578
Encargos sociais	293.030	283.224	740.365	728.233
Benefícios	211.604	174.433	427.227	392.784
Plano de aposentadoria e plano de pensão			21.359	23.199
	1.102.910	**996.052**	**3.381.112**	**3.430.794**
Impostos e contribuições				
Federais	1.080.555	899.981	1.592.460	1.141.894
Estaduais	2.069.803	1.784.964	3.024.805	2.587.527
Municipais	23.680	17.303	25.404	19.012
Diferidos	137.695	(23.040)	83.526	406.006
	3.311.733	**2.679.208**	**4.726.195**	**4.154.439**
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras e variações cambiais passivas	1.505.532	785.198	3.037.394	2.340.020
Aluguéis	40.913	29.198	98.123	78.148
	1.546.445	**814.396**	**3.135.517**	**2.418.168**
Remuneração de capitais próprios				
Participação dos acionistas não controladores			146.167	283.063
Dividendos pagos	539.958	745.592	539.958	745.592
Lucros distribuídos e retidos	459.329	598.057	459.329	598.057
	999.287	**1.343.649**	**1.145.454**	**1.626.712**
Valor adicionado distribuído	**6.960.375**	**5.833.305**	**12.388.278**	**11.630.113**

(i) A Companhia efetuou reclassificação entre as linhas "Materiais, energia, serviços de terceiros e outros" e "Matérias-primas e outros insumos de produção" dos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2021.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1 Informações gerais

A Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA" ou "Controladora") e suas controladas ("Companhia") têm como atividades principais: a produção e o comércio de portfólio completo de materiais pesados de construção, que inclui cimento, agregados, argamassa, calcário agrícola e outros, bem como serviços de matérias-primas e derivados, produtos semelhantes e relacionados, pesquisa, mineração, serviços de concreto pré-fabricado, transporte, distribuição e importação, coprocessamento para geração de energia e participação em outras empresas. A VCSA é uma sociedade anônima com sede na cidade e estado de São Paulo, Brasil. A Companhia está presente em todas as regiões do Brasil, além de países na América do Sul, América do Norte, Europa, Ásia e África. A VCSA é controlada diretamente pela Votorantim S.A. ("VSA"), sociedade anônima de capital fechado, a qual é uma *holding* de investimento permanente capitalizada e com negócios de longo prazo, brasileira e de controle familiar.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas em 01 de março de 2023 pelo Conselho de Administração. A aprovação final é concedida na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, de acordo com a lei que rege as Sociedades por Ações, Lei 6.404/1976.

3 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022

3.1. Impactos da invasão da Ucrânia pelo governo russo e das sanções à Rússia: A Companhia continua monitorando a situação atual do conflito militar, assim como, as sanções aplicadas à Rússia e países aliados, e suas potenciais implicações para seus negócios globais, inclusive a possibilidade de expansão de conflito para outros países atualmente não envolvidos. A Companhia não realiza negócios diretamente com a Rússia, Bielorrússia ou Ucrânia, e não há conhecimento de transações comerciais diretamente com as áreas, entidades e pessoas sancionadas. Ainda assim, o impacto econômico do conflito militar expõe a Companhia à pressão inflacionária global, por meio de aumentos de preços na cadeia de suprimentos, principalmente nos setores de energia e combustíveis. Até o momento, a Companhia não identificou impactos relevantes nos seus negócios gerados pelo conflito. Sem prejuízo, permanece monitorando possíveis impactos adversos nas operações, no patrimônio e na posição financeira da Companhia decorrente de novas sanções e embargos, instabilidade geopolítica, disfunções na cadeia de suprimentos e efeitos adversos nas taxas de câmbio e nos mercados financeiros. **3.2. Contrato de fornecimento de energia de longo prazo com Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santo Ângelo"):** Em 04 de março de 2022, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 3 (três) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 10 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques eólicos para geração de energia elétrica ("Parques Eólicos"). Os Parques Eólicos integram o complexo Ventos do Piauí II,

»»»

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

»»»

VOTORANTIM cimentos

Demonstrações Financeiras 2022

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

localizado no Estado do Piauí, com 55,45 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de fevereiro de 2023. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora concluiu a aquisição da participação na Ventos de Santo Ângelo, no percentual de 49% do capital social total e 98% do capital votante da empresa, pelo montante de R$ 44.360, que será quitado em quatro parcelas anuais iguais a partir de 2023, e o saldo a receber pela opção de compra futura será recebido em parcela única. A opção de compra futura da participação acionária detida pela Controladora pode ser exercida de forma unilateral pela Auren Energia S.A. ("Auren") ao término do contrato de acordo de fornecimento de energia. Ainda, de acordo com termos e condições estabelecidos no Acordo de Acionistas ("AA") e da opção de compra futura detida pela Auren, a Companhia avaliou que não possui influência significativa sobre os negócios da Ventos de Santo Ângelo. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo é de R$ 36.661 e o saldo do passivo é de R$ 49.678, ambos líquidos do ajuste a valor presente. **3.3. Efeitos de economia hiperinflacionária - Turquia:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram ajustadas para considerar os efeitos da inflação, assim como a desvalorização da moeda funcional de suas investidas localizadas na Turquia, que a partir de 1º de abril de 2022 teve sua economia considerada como hiperinflacionária. Uma economia é considerada hiperinflacionária quando certas características qualitativas e quantitativas estão presentes. Estas características incluem, dentre outras, comportamento da população em relação à moeda local, indexação de preços a índices de inflação e nível de inflação acumulada nos últimos três anos (igual ou superior a 100%). As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas conforme CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária / IAS 29 - *Financial Reporting in Hiperinflationary Economies*. A aplicação do CPC 42 / IAS 29 nas investidas da Turquia está apresentada na Nota 5.5. **3.4. Combinação de negócios:** Em 02 de novembro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de negócio no sul da Espanha da Heidelberg Cement, que inclui uma moderna fábrica integrada de cimento, três pedreiras de agregados e onze usinas de concreto pré-fabricado. Os efeitos contábeis e financeiros dessa transação foram reconhecidos nessas demonstrações financeiras, sendo os resultados operacionais e os ativos e passivos das empresas adquiridas consolidados desde a respectiva data de aquisição. Mais detalhes sobre a transação estão apresentados na Nota 7.

4 Informações financeiras suplementares por segmento operacional e divulgação de grupo

4.1. Informações financeiras suplementares por segmento operacional: O CPC 22 / IFRS 8 "Informações por segmento" exige que os segmentos operacionais sejam identificados com base em relatórios internos sobre componentes da Companhia que são regularmente revisados pelo *Chief Operating Decision Maker* ("CODM") para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. Definimos o Diretor Presidente "*Chief Executive Officer*" da Companhia como o CODM. A Companhia atua geograficamente e regionalmente com quatro segmentos operacionais identificados pelas suas características econômicas similares. A dinâmica dos negócios é diretamente relacionada com as características econômicas e sazonais das localidades. Os segmentos operacionais reportáveis que correspondem com as divisões corporativas da Companhia são: (1) Brasil: compreende a produção e venda de cimento, concreto pré-fabricado, agregados e argamassa estabilizada, argamassa básica e argamassa colante; (2) América do Norte (operações no Canadá e Estados Unidos): compreende a produção e venda de cimento, concreto pré-fabricado e agregados; (3) Europa, Ásia e África (operações na Espanha, Turquia, Marrocos e Tunísia): compreende a produção e venda de cimento, concreto pré-fabricado, agregados e argamassa; (4) América Latina (operações na Argentina, Bolívia e Uruguai): compreende a produção e venda de cimento, argamassa e concreto pré-fabricado; A principal métrica de desempenho financeiro para a gestão dos segmentos operacionais é o EBITDA ajustado, reportado mensalmente para cada um dos segmentos geográficos reportáveis. O EBITDA ajustado é definido como o lucro do exercício antes dos impostos e contribuição social menos / mais depreciação, amortização e exaustão, resultado financeiro (líquido), variação cambial (líquida), resultado das subsidiarias e *joint-ventures*, dividendos recebidos e certas transações que são consideradas pela Administração como excepcionais, como: custos com COVID, *impairment* ou reversão dos ativos não financeiros, ganhos e / ou perdas na aquisição, venda ou troca de ativos.

2022

	Brasil	América do Norte	Europa, Ásia e África	América Latina	Outros (i)	Consolidado
Receita líquida de contratos com clientes	12.726.135	7.447.555	3.380.067	811.539	1.432.070	25.797.366
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	750.573	276.718	368.264	43.810	(293.911)	1.145.454
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.174.365**	**334.195**	**401.710**	**45.137**	**(275.971)**	**1.679.436**
Depreciação, amortização e exaustão	593.642	893.682	280.384	79.180	(33)	1.846.855
Resultado financeiro líquido	593.145	344.222	(9.141)	35.612	331.587	1.295.425
Equivalência patrimonial	14.722	(15.679)	(19.768)		(31.375)	(52.100)
Dividendos recebidos					71.120	71.120
Itens de ajuste do EBITDA						
Contratos futuros de energia - valor justo (ii)	57.587					57.587
Provisão de *impairment* de ativos	4.316					4.316
Resultado com aquisição e liquidação de negócio			2.019			2.019
Outros ajustes não relevantes	15.826					15.826
Ajustes e reclassificações entre segmentos	42.811	1.535	20.750	(21.599)	(43.497)	
EBITDA ajustado	**2.496.414**	**1.557.955**	**675.954**	**138.330**	**51.831**	**4.920.484**
Adições do imobilizado e intangível (CAPEX)	900.502	691.779	289.244	124.201	26	2.005.752
Dívida líquida	2.997.549	3.294.425	(577.747)	405.753	1.498.643	7.618.623

2021

	Brasil	América do Norte	Europa, Ásia e África	América Latina	Outros (i)	Consolidado
Receita líquida de contratos com clientes	10.313.650	7.129.047	2.914.602	977.884	960.498	22.295.681
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.085.254	898.335	(159.527)	190.707	(388.057)	1.626.712
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.254.373**	**1.189.439**	**(65.226)**	**186.496**	**(364.971)**	**2.200.111**
Depreciação, amortização e exaustão	582.963	731.351	267.415	84.499	87	1.666.315
Resultado financeiro líquido	557.279	248.821	333.241	22.619	333.751	1.495.711
Equivalência patrimonial	7.259	(34.978)	(21.107)	(13.839)		(62.665)
Dividendos recebidos					181.003	181.003
Itens de ajuste do EBITDA						
Contratos futuros de energia - valor justo (ii)	1.507					1.507
Provisão (reversão) de *impairment* de ativos	42.332		16.313	(56.335)		2.310
Resultado com aquisições e liquidações de negócios		(288.984)	12.286			(276.698)
Dissolução de investimento (iii)			16.138			16.138
COVID (iv)					22.124	22.124
Ajustes e reclassificações entre segmentos	(316)	(6.937)	2.501	112	6.801	2.161
EBITDA ajustado	**2.445.397**	**1.838.712**	**561.561**	**237.391**	**164.956**	**5.248.017**
Adições do imobilizado e intangível (CAPEX)	504.845	605.314	262.686	106.652		1.479.497
Dívida líquida	1.542.931	3.537.043	(75.985)	362.994	2.790.135	8.157.118

(i) A coluna de "Outros" refere-se ao resultado das operações da Votorantim Cimentos Trading, como também, das *holdings* Votorantim Cimentos Latam ("VC LATAM") e Votorantim Cimentos Internacional ("VCI"), não incluído nos demais segmentos operacionais revisados pelo CODM. (ii) Em 2022, a Companhia incluiu como ajuste ao EBITDA valores referentes da marcação a mercado (valor justo) do excedente de energia elétrica relacionado a contrato firme de fornecimento futuro. Para fins de comparabilidade, os saldos comparativos de 2021 também foram revisados para inclusão deste efeito no cálculo do EBITDA ajustado. (iii) Refere-se a outros resultados abrangentes reclassificados devido à liquidação de investimentos representados por ajustes de conversão cambial. (iv) Custos com doações e ações de saúde e segurança que foram implementados por conta da pandemia de COVID. **4.2. Gestão de capital:** Os principais objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar a capacidade de continuidade operacional, a fim de fornecer retornos e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo de capital. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode fazer ajustes no valor dos dividendos pagos aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir o endividamento, por exemplo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado. A dívida líquida é calculada com o total de empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamentos menos o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. Os índices de alavancagem utilizados pela Companhia para gestão de capital em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser resumidos da seguinte maneira:

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Empréstimos e financiamentos	11.173.587	12.394.635
Arrendamentos	1.200.684	1.367.885
Caixa e equivalentes de caixa	(3.943.513)	(4.450.030)
Aplicações financeiras	(978.316)	(946.264)
Instrumentos financeiros derivativos	166.181	(209.108)
Dívida líquida - (A)	**7.618.623**	**8.157.118**
EBITDA ajustado últimos 12 meses - (B)	**4.920.484**	**5.248.017**
Índice de alavancagem financeira - (A/B)	1,55	1,55

5 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

5.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo as normas internacionais de demonstrações financeiras *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As IFRSs compreendem as Normas Internacionais de Contabilidade, as interpretações do Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRIC) e do Comitê Permanente de Interpretações (SIC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Companhia. A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior, exceto se indicado de outra maneira. As políticas contábeis das controladas, coligadas e *joint ventures* são ajustadas, se necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são mais significativas, estão divulgadas na Nota 6. A Companhia divulga voluntariamente sua Demonstração do Valor Adicionado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as companhias abertas, e são apresentadas como parte integrante destas demonstrações financeiras. Para as práticas internacionais, esta demonstração é apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **5.2. Novas normas e interpretações contábeis: 5.2.1. Normas e interpretações contábeis adotadas:** Uma série de novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **5.2.2. Normas e interpretações contábeis ainda não adotadas: (a) Alteração no CPC 32 / IAS 12 "Tributos sobre o lucro" (aplicável para períodos iniciados em 1° de janeiro de 2023):** A mudança requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos. A Companhia realizou uma análise sobre essas alterações e identificou diferenças temporárias adicionais em determinadas controladas, que levarão ao reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos nos montantes de R$ 15.619 e R$ 18.288, respectivamente, em 01 de janeiro de 2023. **(b) Outras alterações:** Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não gerará impacto material na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e períodos futuros. **5.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R$" ou "Reais"). **5.4. Operações com moeda estrangeira:** As operações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação para os itens remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado como variações cambiais líquidas, exceto quando reconhecidas no patrimônio como operações qualificadas como *hedge* de investimento líquido em operações no exterior. **5.5. Efeitos de economias hiperinflacionárias:** O CPC 42 / IAS 29 exige que as demonstrações financeiras de entidades cuja moeda funcional seja a de uma economia hiperinflacionária sejam ajustadas pelos efeitos de mudanças em um índice geral de preços adequado e sejam expressas em termos da unidade de medida atual na data de encerramento do exercício. Para concluir se uma economia é classificada como hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29, a norma detalha uma série de fatores a serem considerados, incluindo a existência de uma taxa de inflação acumulada em três anos que se aproxime ou supere 100%. O CPC 42 / IAS 29 deve ser aplicado como se a economia fosse hiperinflacionária desde sempre. De acordo com este princípio, as demonstrações financeiras de uma companhia que reporte na moeda de uma economia hiperinflacionária deve ser expressa em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras. Todos os saldos do balanço patrimonial que não estejam expressos em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras devem ser atualizados pela aplicação de um índice geral de preços. Deste modo, a inflação produzida a partir da data de aquisição ou da data de reavaliação, conforme o caso, deve ser registrada nos itens não monetários. Todos os componentes da demonstração do resultado devem ser apresentados na unidade de medida vigente na data das demonstrações financeiras, aplicando-se a variação do índice geral de preços ocorrida desde a data em que as receitas e despesas foram originalmente reconhecidas nas demonstrações financeiras. O ajuste de inflação foi calculado por meio do fator de conversão derivado dos índices de preços ao consumidor da Turquia (2003=100) publicado pelo Instituto de Estatística da Turquia ("TUiK"). A variação anual do índice no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 1,64. Os principais procedimentos para o ajuste acima mencionado são os seguintes: (a) Os ativos e passivos monetários registrados a valores correntes na data do balanço não são atualizados porque já estão expressos em unidades monetárias correntes na data do balanço; (b) Os ativos e passivos não monetários que não se encontram registrados a valores correntes à data do balanço e as componentes do patrimônio líquido são ajustados pela aplicação dos fatores de conversão aplicáveis; (c) Todos os itens da demonstração do resultado são reapresentados pela aplicação dos fatores de conversão aplicáveis; (d) Os efeitos da inflação na posição monetária líquida da Companhia são apresentados na demonstração do resultado, em "Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas". (e) Todos os saldos patrimoniais (ativos e passivos) e de resultado (receitas e despesas) devem ser convertidos pela taxa de fechamento na data da demonstração financeira mais recente. Os números comparativos destas demonstrações financeiras apresentadas em moeda estável não foram ajustados por alterações subsequentes no nível de preços ou taxas de câmbio. Isso resulta numa diferença inicial, decorrente da adoção inicial da contabilização de hiperinflação, entre o fechamento do patrimônio líquido do ano anterior e o saldo inicial do patrimônio líquido do ano corrente. A Companhia reconhece essa diferença inicial diretamente na demonstração das mutações do patrimônio líquido como "Efeito do ajuste contábil inicial de hiperinflação". A aplicação contínua da conversão dos valores comparativos a taxas de fechamento sob IAS 21 - "Os efeitos de alterações em taxas de câmbio" e os ajustes de hiperinflação requeridos pelo IAS 29 levarão a uma diferença adicional à que surge na adoção inicial da contabilização da hiperinflação. Estas diferenças adicionais serão apresentadas na demonstração de resultado abrangente dentro da rubrica "Variação cambial de operações localizadas no exterior". O saldo dos ativos não monetários atualizados monetariamente são reduzidos quando excedem seu valor recuperável e a diferença é reconhecida no resultado. Quando uma economia deixa de ser considerada hiperinflacionária e a aplicação do CPC 42 / IAS 29 é descontinuado, os valores atualizados monetariamente passam a ser o valor contábil base para os períodos subsequentes. **(a) Turquia:** No início de 2022, o aumento da inflação na Turquia superou a taxa de inflação acumulada de 100% em três anos e de acordo com a declaração do Fundo Monetário Internacional ("FMI"), a Companhia considerou que havia evidências suficientes para concluir que a Turquia é uma economia hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29 a partir de abril de 2022 e, portanto, aplicou o CPC 42 / IAS 29 a partir dessa data nos relatórios financeiros de suas subsidiárias que possuem a lira turca como moeda funcional. A tabela a seguir apresenta os principais impactos nos ativos e passivos não monetários incluídos no balanço patrimonial como resultado da adoção do CPC 42 / IAS 29:

Ativo	Nota	Efeitos da adoção inicial - IAS 29
Circulante		
Estoques		946
Total do ativo circulante		**946**
Imobilizado	18(b)	110.356
Intangível	19(b)	558
Direito de uso em arrendamento	20(b)	1.675
Total do ativo não circulante		**112.589**
Total do ativo		**113.535**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Efeitos da adoção inicial - IAS 29
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23(d)	23.146
Total do passivo não circulante		**23.146**
Patrimônio líquido		
Reservas de lucros		88.395
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		**88.395**
Participação dos acionistas não controladores		1.994
Total do patrimônio líquido		**90.389**
Total do passivo e patrimônio líquido		**113.535**

(b) Argentina: Em julho de 2018, o peso argentino sofreu uma forte desvalorização, resultando numa inflação acumulada no triênio na Argentina superior a 100%, desencadeando assim a exigência de transição para a contabilidade em economia hiperinflacionária. Desde 2018, o cumprimento da norma se tornou aplicável ao nosso investimento na Cementos Avellaneda S.A. ("Avellaneda"), uma coligada cuja moeda funcional é o peso argentino.

6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir. **6.1. Estimativa de valor justo:** A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Nível 3 - Informações para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis (ou seja, dados não observáveis, para os quais o valor justo é determinado com base em técnicas de avaliação específicas). Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; (ii) O valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; (iii) O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e (iv) A análise de fluxos de caixa descontados. A Companhia usa seu julgamento para selecionar os melhores métodos e premissas baseando-se principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **6.2. *Impairment* de ágio e ativo não circulante: (a) Práticas contábeis:** Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização, e o teste de valor recuperável (*impairment*) é realizado, pelo menos, anualmente. Os ativos que estão sujeitos a depreciação / amortização passam por testes de *impairment* anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofreram *impairment*, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de *impairment* na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas ágio não é monitorado ou alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio específico adquirido ou a regional para qual o negócio adquirido foi integrado. Quando uma perda por *impairment* é revertida, exceto o ágio, o valor contábil do ativo ou UGC é modificado para corresponder a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de forma que o valor contábil revisado não exceda o valor contábil que teria sido determinado se nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em anos anteriores. A reversão de uma perda por *impairment* é reconhecida como receita na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Perda por *impairment* de ágio reconhecida no resultado do exercício não é revertida. **(b) Teste de *impairment*:** Um teste de *impairment* é realizado pelo menos anualmente para todas as UGCs às quais possui ágio alocado, bem como para outras UGCs que não contêm ágio, mas apresentam indicadores de *impairment*. O valor recuperável é mensurado pelo modelo de fluxo de caixa descontado, e determinado a partir do valor em uso de cada UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa após os impostos com base no Planejamento Estratégico aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, cobrindo um período de cinco anos. Um período de até dez anos pode ser considerado em circunstâncias especificas, como crises econômicas ou negócios com processos de reestruturação ou revisões estratégicas, para refletir melhor o negócio e o ciclo econômico da UGC. Os fluxos de caixa na perpetuidade são calculados usando as projeções do último ano (com taxa de crescimento nula). A Administração considerou como as principais premissas para calcular o valor recuperável das UGCs o preço e volume de venda projetados e a taxa de desconto. A Administração projetou o preço e o volume de vendas futuros com base no desempenho anterior e nas expectativas futuras de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas são após os impostos e refletem riscos específicos relacionados ao segmento operacional (região geográfica) ou à UGC que está sendo testada. A tabela a seguir apresenta as taxas reais de desconto antes dos impostos para as UGCs ou grupo de UGCs que têm ágio significativo alocado a elas, bem como outras UGCs sem ágio alocado, mas relevantes pela significância para as operações da Companhia:

Segmento	País	Moeda original	Taxa de desconto em termos reais em 2022	Taxa de desconto em termos reais em 2021
Brasil	Brasil	BRL	9,46%	8,05%
América Latina	Bolívia	BOB	10,88%	10,25%
	Uruguai	UYU	8,30%	7,74%
	Argentina	ARS	16,62%	16,15%
América do Norte	Canadá	CAD	6,97%	6,05%
	Estados Unidos	USD	6,97%	6,05%
Europa, Ásia e África	Turquia	TRY	12,13%	9,91%
	Tunísia	TND	15,72%	12,08%
	Marrocos	MAD	8,21%	7,80%
	Espanha	EUR	7,48%	7,06%

(c) Resultado do teste de *impairment*: Os testes de *impairment* efetuados para 31 de dezembro de 2022 não resultaram em perdas materiais a serem reconhecidas. A Companhia reconheceu um incremento de perda por *impairment* no montante de R$ 5.212 na UGC de Cajamar (segmento operacional Brasil). A Companhia identificou recuperação em sua UGC da Turquia (segmento operacional Europa, Ásia e África), a qual foi impactada durante a pandemia do COVID-19, com reconhecimento de perda de *impairment* no montante de R$ 145.982 em 31 de dezembro de 2020. Contudo, devido a continuidade do cenário de incertezas relevantes na economia local, combinado com a hiperinflação, a Administração considerou não ser apropriado determinar eventual cenário de reversão do *impairment* para o ano corrente. O *impairment* anteriormente reconhecido nesta UGC permanece no montante de R$ 125.379 em 31 de dezembro de 2022 e no montante de R$ 76.034 em 31 de dezembro de 2021, devido à variação cambial da moeda local. Para o exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2021, os testes efetuados resultaram nos registros detalhados a seguir: (i) UGC Bolívia (segmento operacional América Latina): Foi reconhecido *impairment* de R$ 64.826 em 2020, entretanto, devido a boa recuperação e perspectivas positivas para os próximos anos observadas durante o teste efetuado em 2021, o montante foi revertido em sua totalidade (R$ 67.621). Nenhum ágio é alocado à esta UGC. (ii) UGC Campo Grande (segmento operacional Brasil), R$ 28.589 de *impairment*, determinado pelo valor de venda do negócio menos as despesas de vendas, concluída em 2022. (iii) UGC Espanha (segmento operacional Europa, Ásia e África), R$ 16.006 de *impairment*, em razão das atividades de moagem de cimento da fábrica de Narón terem sido descontinuadas. (iv) UGC Cajamar (segmento operacional Brasil), R$ 13.743 de *impairment*, devido a atraso na obtenção do licenciamento da área. (v) UGC Uruguai (segmento operacional América Latina), R$ 11.286 de *impairment*, devido a equipamentos descontinuados relacionados a evolução do projeto Molcemin. (vi) Outros, no montante de R$ 307. Os *impairment* tratados nos itens (iii), (iv), (v) e (vi), no montante total de R$ 41.342, foram integralmente alocados no "Imobilizado". O *impairment* tratado no item (ii), no montante de R$ 28.589 relacionado a UGC Campo Grande foi alocado no ativo mantido para venda em 31 de dezembro de 2021. O impacto total líquido de perdas por *impairment* foi reconhecido em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante de R$ 2.310 no consolidado em 31 de dezembro de 2021. **(d) Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade para cada uma das premissas chave utilizadas na determinação do valor em uso de suas UGCs incluídas no teste de *impairment* para o exercício de 2022. A análise de sensibilidade foi realizada individualmente para cada premissa chave (preço de venda, volume e taxa de desconto). Com base no resultado da análise de sensibilidade, a Administração concluiu que não há mudanças razoavelmente possíveis nessas premissas que resultariam no valor contábil das UGCs exceder significativamente seu valor recuperável estimado ou que poderia resultar em um *impairment* material para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022. **6.3. Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia está sujeita ao pagamento de impostos e contribuições sobre o lucro em todos os países que opera. A provisão para tributos diferidos é calculada individualmente por entidade, com base nas alíquotas e regras fiscais vigentes em cada localidade na data do balanço. Também são reconhecidas provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente revisados para determinar sua recuperabilidade, considerando o lucro tributável futuro derivado da melhor estimativa da Administração de resultados futuros projetados, que são elaboradas e fundamentadas em premissas e julgamentos internos e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As principais premissas consideradas nas projeções são o preço de venda e o volume. **6.4. Provisões e contingências:** A Companhia é parte em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental que se enquadram em instâncias diversas. As provisões judiciais contra resultados potencialmente desfavoráveis de litígios em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais, e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. A provisão é constituída com base na melhor estimativa da perda provável, e é regularmente atualizada para refletir o valor do desenvolvimento dos litígios. **6.5. Obrigações com descomissionamento de ativos:** Os gastos relacionados ao descomissionamento da mina são registrados como *Asset Retirement Obligation* ("ARO"). As obrigações consistem principalmente em custos associados ao encerramento das atividades. O custo de desativação do ativo, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo subjacente e depreciado ao longo de sua vida útil. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com os custos necessários para encerrar uma atividade de mineração e recuperar as áreas degradadas como sendo uma estimativa contábil crítica por envolver diversas premissas, como taxas de desconto, inflação e vida útil do ativo. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia. As taxas de desconto utilizadas em 31 de dezembro de 2022 estão entre 2,8% e 14,9% a.a. e em 31 de dezembro de 2021 estão entre 1,51% e 11,50% a.a. **6.6. Plano de pensão:** O valor presente de obrigação ou direito do plano de assistência médica e plano de benefício definido dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais e utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido para os saldos das obrigações ou direito atuariais está a taxa de desconto, calculada com base nas taxas dos títulos de dívida do Governo. Os valores são designados na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações do plano de assistência médica e plano de benefício definido.

7 Combinação de negócios

7.1. Aquisição de negócio de cimentos, agregados e concreto no sul da Espanha: Em 02 de novembro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de negócio no sul da Espanha da Heidelberg Cement, que inclui uma moderna fábrica integrada de cimento, três pedreiras de agregados e onze usinas de concreto pré-fabricado. A fábrica de cimento é localizada na cidade de Málaga e possui uma capacidade de produção instalada de 1,4 milhão de toneladas de cimento por ano. Essa aquisição é alinhada com a estratégica de crescimento e posicionamento da Companhia e irá reforçar sua presença na Espanha e na Península Ibérica de forma geral. A aquisição também gera sinergia significativa com os ativos existentes e representa avanços na jornada de descarbonização da Companhia. Com a conclusão desta aquisição, a capacidade de produção instalada na Espanha aumenta para aproximadamente 6 milhões de toneladas de cimento por ano, através agora da operação de seis plantas de cimento integradas. Os detalhes sobre a contraprestação transferida e os valores provisórios dos ativos e passivos reconhecidos como resultado da aquisição são os seguintes:

Contraprestação transferida	
Caixa pago pela aquisição	
Preço fixo	484.811
Ajuste de preço (capital de giro e dívida líquida) - contraprestação diferida	4.818
Total da contraprestação	**489.629**
Valores provisórios reconhecidos de ativos identificáveis e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	17.542
Contas a receber de clientes	65.110
Estoques	63.432
Outros ativos	9.267
Propriedades para investimento	70.027
Imobilizado	341.586
Intangível	38.062
Intangível - Direito de emissão de CO2	19.122
Direito de uso em arrendamento	9.901
Empréstimos e financiamentos	(7.292)
Fornecedores e outras contas a pagar	(68.836)
Provisões	(35.683)
Arrendamentos	(10.432)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.328)
Ativos líquidos identificáveis adquiridos	**496.478**
Interesses minoritários	(135)
Ganho na aquisição de investimento	(6.715)
Total de ativos e passivos	**489.628**

Conforme indicado no IFRS 3, a Companhia tem 12 meses para cumprir a alocação de preço de compra ("PPA") dos ativos e passivos adquiridos, e completar a contabilidade inicial de aquisição. Os saldos de valor justo acima são apresentados como provisórios até os trabalhos do PPA serem finalizados. **(a) Recebíveis adquiridos:** O valor justo do contas a receber adquirido é R$ 65.110 (EUR 12.527 mil). O valor bruto contratual do contas a receber a vencer é de R$ 72.397 (EUR 13.929 mil), com uma provisão de perda esperada de R$ 7.287 (EUR 1.402 mil) reconhecida na aquisição. **(b) Contribuição no lucro e receita:** O negócio adquirido contribuiu com receita de R$ 59.372 (EUR 11.423 mil) e prejuízo de R$ 33.810 (EUR 6.505 mil) para a Companhia no período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 2022. **(c) Custos relacionados à aquisição:** Os custos relacionados à aquisição no montante de R$ 11.497 (EUR 2.212 mil) estão incluídos nas demonstrações do resultado do exercício em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", sendo R$ R$ 8.529 (EUR 1.641 mil) incorridos e reconhecidos em 2022 e R$ 2.968 (EUR 571 mil) em 2021.

8 Eventos subsequentes

(a) Utilização de linha de crédito rotativo (*Committed Credit Facility*): Durante janeiro e fevereiro de 2023, a subsidiária St. Marys realizou novos saques na linha de crédito rotativo (*Committed Credit Facility*) disponível no montante de CAD 80 milhões e USD 30 milhões (total de R$ 459 milhões), com vencimento em junho de 2027. O montante aproximado de USD 211 milhões (R$ 1.076 milhões) permanece à disposição das controladas da Companhia para novos saques, se necessário.

DIRETORIA

Marcelo Strufaldi Castelli - Diretor Presidente
Bianca Nasser Patrocinio - Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADOR

Joarez Baida - CRC PR 048327/O-7 "S" SP

RESUMO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://ri.votorantimcimentos.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 1 de março de 2023, sem modificações.

ABANDONO DE EMPREGO

Sra Patricia Maria de Souza da Silva, tendo em vista o não atendimento da notificação extrajudicial encaminhada, solicitamos o seu comparecimento no local de trabalho no prazo de um dia, a fim de retornar ao trabalho para justificar suas faltas que vem ocorrendo desde o dia 06/01/2023, já que não houve nenhum aviso de demissão verbal ou escrita.

Cia. Agricola Forti

CNPJ (MF) 07.967.609/0001-83

Convocação

São convocados os Srs. Acionistas da Cia. Agricola Forti, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 22/04/2023, às 9 horas, em 1ª convocação, com a presença de 2/3 dos acionistas ou as 9:30 em 2º convocação, com qualquer número de presentes, na Rua André de Mello, nº 358 em Capivari/SP., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária**: **a)** exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31.12.2022; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos. Encontram-se a disposição dos acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76. Capivari, 13/03/2023. **a.a)** Wanderley Forti - Presidente do Conselho de Administração. (15,16,17)

Fupresa S/A

CNPJ 62.576.327/0001-63

Aviso aos Acionistas e Convocação de AGO/AGE

Encontra-se à disposição dos Acionistas na sede da empresa, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76. Ficam convocados os Srs. Acionistas para AGO/AGE a realizar-se no dia 27 de abril de 2023 às 09:00h em 1ª convocação e às 10:00h em 2ª convocação na sede da empresa, à Rodovia Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado, Km 47,6, Bairro Caldeira, Indaiatuba/SP, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: a) Exame e aprovação das Demonstrações Financeiras e Relatório da Diretoria; b) outros assuntos de interesse da Sociedade. Indaiatuba, 14 de março de 2023.

Antônio Carlos Alves Bevilacqua - Diretor de Operações

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE CANCELAMENTO DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª E 558ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), conforme disposto no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª e 558ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **COMUNICAR** aos os titulares dos CRI ("Titulares dos CRI") o **CANCELAMENTO** da Assembleia Geral ("AGT CRI" ou "Assembleia"), cuja realização estava designada para ocorrer, em 1ª convocação, em 23 de março de 2023, às 10h30min, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, e foi convocada nos termos Edital de Convocação, publicado conforme disposto na Cláusula XII do Termo de Securitização, nas edições de 03, 04 e 07 de março e nas edições conjuntas nas 04, 05 e 06 de março de 2023 do jornal o "O Dia" ("Edital"), motivado pela necessidade de obtenção de maiores informações a respeito das matérias que serão objeto de deliberação pelos Titulares dos CRI. Uma vez esclarecidos todas as informações necessárias à tomada de decisão pelos Titulares dos CRI, a Emissora voltará a realizar nova convocação. São Paulo, 16 de março de 2023. **FORTE SECURITIZADORA S.A.**

JUNTOS SOMOS MAIS FIDELIZAÇÃO S.A.

CNPJ nº 29.894.630/0001-39 - NIRE 35300534301

Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada em 24 de março de 2023, às 09:30, horário de Brasília, **de forma híbrida**, excepcionalmente, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, 1º andar, Torre Norte, CEP 01452-002, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com transmissão simultânea por meio da plataforma digital Microsoft Teams, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: ratificação do aumento de capital social deliberado em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de dezembro de 2022. A Assembleia será transmitida digitalmente por meio do sistema Microsoft Teams, por meio do qual os acionistas poderão ver e ser vistos, ouvir e se manifestarem simultaneamente. Para tanto, um e-mail será enviado aos acionistas que o solicitarem, contendo todas as orientações técnicas de acesso ao sistema e de participação remota. Para que os representantes legais ou procuradores dos acionistas possam participar da Assembleia de forma presencial ou digital, deverão encaminhar à Companhia, preferencialmente, até às 12:00 horas, horário de Brasília, do dia 23 de março de 2023, cópias dos seguintes documentos, conforme aplicáveis: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, e do procurador; (ii) em caso de pessoas jurídicas, cópia simples ou original do seu contrato/estatuto social consolidado em vigor, devidamente registrado no respectivo órgão de registro; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos e a solicitação de instruções para participação de forma remota deverão ser enviados para a Companhia por meio do seguinte e-mail: eros.canedo@juntossomosmais.com.br. São Paulo, 08 de março de 2023. Conselho de Administração - Hugo Sogayar Armelin.

Edital de citação, Processo 0003977-25.2022.8.26.0100 da 11ª Vara Cível do Foro Central. Este Juízo FAZ SABER a Rodrigo Marques dos Santos, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movido Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por Augusto Cesar Lima de Araujo, alegando em síntese o desvio de finalidade e confusão patrimonial da empresa demandada nos autos de nº 1051279-04.2020.8.26.01003. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1018527-42.2021.8.26.0100 A Dra. Flavia Poyares Miranda, MM.ª Juíza de Direito da 43ª Vara Cível, do Foro Central Cível – São Paulo – SP. Faz saber a Atlas Proj Tecnologia Ltda., CNPJ26.768.698/0001-83, Atlas Services – Serviços de Suporte Administrativo e de Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., CNPJ 30.608.097/0001-80 e Atlas Serviços em Ativos Digitais, CNPJ 31.049.719/0001-40, que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Anderson Duarte Dias, requerendo Rescisão Contratual com devolução de valores retidos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 10 de outubro de 2022.

Edital de citação - Prazo de 30 dias. Processo nº 1002694-89.2020.8.26.0529. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, Dr(a). José Maria Alves de Aguiar Júnior, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Terceiros interessados, incertos e desconhecidos, seus cônjuges e herdeiros, que lhe foi proposta uma ação de Inventário por parte de Rodrigo Platero Thomé e Felipe Platero Thomé em face do Inventariado Vivaldo Thomé Filho, alegando em síntese: Autos de Inventário dos bens deixados pelo de cujus Inventariado. Encontrando-se terceiros interessados em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santana de Parnaíba, aos 16 de janeiro de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0024323-08.2019.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo Tsuno, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) RENILSON DE OLIVEIRA ARAÚJO, Brasileiro, Solteiro, Empresário, RG 30.512.194-7, CPF 286.617.848-32, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Madefolha Comercio de Revestimentos Ltda EPP, alegando em síntese: que nos autos da ação Monitória nº 1025255-52.2014.8.26.0001, ora em fase de execução, foi instaurado incidente de desconsideração da personalidade jurídica da empresa Kikos Jeans Confecções Ltda, CNPJ 08.648.033/0001-54, objetivando integrar seu sócio no polo passivo da presente ação, possibilitando-se, assim, o alcance de bens, os quais garantirão o débito em litígio. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste e requeira as provas cabíveis, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de fevereiro de 2023. B - 15 e 16

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1012294-40.2018.8.26.0001. A MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Gislaine Maria de Oliveira Conrado, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a BENEDICTO CARMO DA SILVA, CPF 003.086.378-36, que lhe foi proposta uma ação de Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança por parte de Mario de Almeida, objetivando condenar os réus ao pagamento de R$ 25.660,22 (abril/2018), corrigidos monetariamente e acrescido de juros, referente aos alugueres e encargos locatícios do imóvel situado na rua Lamartine dos Santos, nº 111, Vila Maria, São Paulo/SP, bem como ao pagamento de custas, honorários e demais cominações. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, purgue a mora ou apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de outubro de 2022. B - 15 e 16

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL - 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS - Praça João Mendes s/nº - sala 2200 / 2208 - Centro - CEP 01501-900 - Fone:(11) 2171-6353 - São Paulo-SP - E-mail: sp1regpub@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias,** expedido nos autos da ação de **USUCAPIÃO**, processo nº **1020325-48.2015.8.26.0100** (**U 235**). A **Dra. JULIANA FORSTER FULFARO**, MMª Juíza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A., Elisa de Oliveira Camargo, Benedicto Ferreira de Camargo, Ascendino de Oliveira Camargo, Laurentina de Oliveira Camargo Fanton e s/m José Fanton, Doatilha Camargo Alves Penteado e s/m. Ezequiel Alves Penteado, Georgina Camargo Conceição e s/m. Paulo Conceição, Fiorelli Piccicacco ou Peccicacco, Iris Peccicacco Moço e s/m. Silvestre Lopes Moço Neto, Ana Maria Peccicacco Moutinho de Abreu e s/m. Carlos Alberto Cesario de Abreu, Antonio Peccicacco, Espólio de Cosmo Di Sandro, na pessoa da inventariante Janete Di Sandro Silvana, Juvenal Francisco Paez, Gesa Benedita Porfirio e Maria Magdalena dos Santos, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que **BOTUQUARA ADMINISTRAÇÃO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**. ajuizou(ram) ação de **USUCAPIÃO** visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Ana Maria Franco Laranjeira, nº 45, Sítio Areião, São Paulo/SP, com área de 11.888,41 m², inscrito no INCRA sob nº 638.358.087483.3, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para **CITAÇÃO** dos **SUPRAMENCIONADOS** para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de **20 dias úteis, CONTESTEM** o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL.** Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 17 de janeiro de 2023.

16 e 17/03

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **DANILO SILVA VIEIRA DOS SANTOS,** conferente, RG nº 494365778-SSP/SP, CPF nº 423.661.248-80, e **FLAVIA CARREIRO DA SILVA**, caixa, RG nº 568792968-SSP/SP, CPF nº 486.453.688-03, brasileiros, solteiros, maiores, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Jean Degreef nº 98, casa 01, ficam intimados a purgarem a mora referente a 23 (vinte e três) prestações em atraso, vencidas de 20/03/2021 a 20/01/2023, no valor de R$23.754,95 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$25.259,97 (vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e sete centavos), que atualizado até 16/04/2023, perfaz o valor de R$30.463,87 (trinta mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e sete centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Avenida dos Ourives, nº 780, apartamento nº 32, localizado no 3º pavimento da Torre 02 do Condomínio Residencial Dez Jardim Botânico, Saúde, 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrada sob n° 420 na matrícula nº 218.851, transportada pela Av.1 na matrícula nº 233.496. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 12:00hs e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os devedores desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 14 de março de 2023. O Oficial.

Burigotto

BURIGOTTO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ 51.460.277/0001-38

Relatório da Diretoria

Senhores Diretores: Apresentamos nos termos das disposições legais e estatutárias, aos diretores as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e acompanhada do relatório dos auditores independentes, permanecendo a esta Diretoria à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Limeira, 10 de março de 2023.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e 2021 (Em reais)

Ativo/Circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Disponível	5.243.628,91	758.766,60
Devedores p/ duplicatas	32.557.757,52	33.471.433,99
Impostos a recuperar	13.404.697,04	6.274.830,42
Importação em andamento	4.297.775,92	3.251.928,16
Pagamentos antecipados	477.837,38	12.302,91
Aplicações financeiras	12.730.294,67	5.062.506,18
Estoques	24.982.515,03	23.943.708,81
Despesas do exercício seguinte	-	-
Total do circulante	**93.694.506,47**	**72.775.477,07**
Nao circulante		
Realizável a longo prazo	11.416.036,05	25.710.473,01
Imobilizado	59.497.995,23	58.143.855,89
(-) Depreciação acumulada	(45.282.803,75)	(41.611.124,33)
Total do não circulante	**25.631.227,53**	**42.243.204,57**
Total do não circulante	**119.325.734,00**	**115.018.681,64**
Passivo/Circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Fornecedores	9.571.519,30	9.905.731,88
Titulos a pagar	-	1.658.823,48
Contribuições sociais	754.948,64	1.019.018,47
Obrigações tributárias	2.772.195,86	3.086.670,67
Pagamentos antecipados de terceiros	-	-
Provisão de dividendos a pagar	1.421.299,27	966.171,12
Outras obrigaçoes a pagar	2.317.451,77	3.343.262,79
Juros sobre o capital próprio	4.796.504,07	2.883.343,02
Total do circulante	**21.633.918,91**	**22.863.021,43**
Não circulante		
Impostos diferidos	-	4.997.354,53
Titulos a pagar	6.316.477,48	552.941,30
Fundo de reestruturação	3.346.600,70	3.346.600,70
Total do não circulante	**9.663.078,18**	**8.896.896,53**
Patrimônio líquido		
Capital social		
Capital social realizado	47.150.000,00	47.150.000,00
Capital social a integralizar	-	(45.775,25)
	47.150.000,00	47.104.224,75
Reservas de capital		
Juros sobre o capital próprio	2.837.567,77	
	2.837.567,77	
Reservas de lucros		
Reserva legal	4.821.445,30	4.422.210,08
Retenção de lucros	33.219.723,84	31.732.328,85
	38.041.169,14	36.154.538,93
Total do patrimônio líquido	**88.028.736,91**	**83.258.763,68**
Total do passivo	**119.325.734,00**	**115.018.681,64**

Notas Explicativas

1. Sumário das Operações A Empresa tem por objetivo social a industrialização, comercialização de produtos de puericultura, em especial, carrinhos para o transporte de crianças e a importação e exportação de produtos similares. Com a incorporação pelo grupo italiano PEG PEREGO SPA, a partir de 09/05/2001, a empresa passou também a ter como objetivo, a montagem, a comercialização e exportação de brinquedos elétricos motorizados para crianças de até 08 anos de idade. Com a expansão dos negócios, a empresa passou também a partir de 2006 a comercializar produtos de puericultura importados de procedência de sua controladora Peg Perego. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alteradas pela Lei 11.638/07, nos pronunciamentos emitidos pelo CPC. Conforme requerido pela Lei 11.638/07 a Sociedade adotou o procedimento de preparar a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) em substituição ao Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR). A Lei 9.249 publicada no D.O.U. (Diário Oficial da União) em 27/12/1995, extinguiu, a partir de 01/01/1996, o reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis, inclusive para fins societários, desta forma, não está refletido os efeitos inflacionários nas Demonstrações Contábeis findos nos presentes exercícios. **3. Sumário das Diretrizes Contábeis** O Ativo Circulante e o Passivo Circulante têm prazo de realização e vencimentos previstos para o exercício seguinte. Os estoques de matérias-primas, materiais auxiliares e mercadorias para revenda estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, não superando o valor de mercado. Os estoques de produtos em processo e acabados estão avaliados considerando o art. 296 do Regulamento do Imposto de Renda, onde os custos são arbitrados. Na avaliação dos elementos patrimoniais, foram observados os seguintes critérios: As demonstrações contábeis foram apresentadas pelos preços de aquisições corrigidos monetariamente até 31/12/1995. A Depreciação é calculada pelo método linear, tendo usado a taxa permitida pela legislação em vigor. Os direitos e obrigações foram apresentados seus valores originais, acrescidos, quando foi o caso, das variações monetárias e encargos incorridos até a data do Balanço. No passivo circulante contem saldo de provisão para dividendos referente à distribuição obrigatória estatutária, ou seja, no mínimo de 6% sobre o Lucro Líquido do Exercício, conforme Art.202 da Lei 6.404/76. **4. Estoques**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

		Reserva de Capital		Reserva de Lucros			
	Capital social	Capital a integralizar	Juros sobre capital proprio	Reserva legal	Retencao de lucros	Lucros (prejuizo)acumulados	Total geral
Saldos em 31/12/2020	**47.150.000,00**	**(45.775,25)**	**-**	**3.574.691,55**	**19.991.255,84**	**-**	**70.670.172,14**
Lucro líquido do exercício 2021						16.950.370,50	16.950.370,50
Ajuste de exercícios anteriores						**(3.439,58)**	**(3.439,58)**
Resultado abrangente total						**16.946.930,92**	**16.946.930,92**
Juros sobre capital próprio						(3.392.168,26)	(3.392.168,26)
Reserva legal				847.518,53		(847.518,53)	-
Dividendos propostos						(966.171,12)	(966.171,12)
Retenção do lucro do exercício					11.741.073,01	(11.741.073,01)	-
Saldos em 31/12/2021	**47.150.000,00**	**(45.775,25)**	**-**	**4.422.210,08**	**31.732.328,85**	**0,00**	**83.258.763,68**
Lucro líquido do exercício 2022						7.984.704,33	7.984.704,33
Resultado abrangente total						**7.984.704,33**	**7.984.704,33**
Integralização do capital		45.775,25					45.775,25
Constituição reserva de capital - JCP			2.837.567,77				2.837.567,77
Juros sobre capital próprio						(5.642.945,97)	(5.642.945,97)
Reserva legal				399.235,22		(399.235,22)	-
Dividendos propostos						(455.128,15)	(455.128,15)
Retenção do lucro do exercício					1.487.394,99	(1.487.394,99)	-
Saldos em 31/12/2022	**47.150.000,00**	**-**	**2.837.567,77**	**4.821.445,30**	**33.219.723,84**	**0,00**	**88.028.736,91**

Demonstração dos fluxos de caixa

Das atividades operacionais	**2022**	**2021**
Lucro líquido do exercício	7.984.704,33	16.950.370,50
Depreciação	3.691.676,61	3.073.574,95
Custo do bem baixado	-	39.871,29
Lucro líquido ajustado	**11.676.380,94**	**20.063.816,74**
(Acréscimos)/decréscimo do ativo circulante		
Contas a receber	913.676,47	13.283.277,54
Estoques	(1.038.806,22)	(4.328.221,74)
Demais operações	(8.641.248,85)	(3.707.965,41)
Acréscimo/(decréscimo) do passivo circulante		
Fornecedores	(334.212,58)	1.102.023,50
Impostos e contribuições	(578.544,64)	2.534.395,40
Demais operações	4.225.821,20	4.562.305,11
Total das atividades operacionais	**6.223.066,32**	**33.509.631,14**
Das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(1.374.136,53)	(3.153.576,63)
Realizável a longo prazo	14.294.436,96	(24.292.640,57)
Total das atividades de investimentos	**12.920.300,43**	**(27.446.217,20)**
Das atividades de financiamentos		
Constituição de emprestimos	6.316.477,48	2.211.764,78
Pagamento de emprestimos	(2.211.764,78)	(5.384.588,26)
Impostos diferidos	(4.997.354,53)	3.200.864,33
Distribuição de lucros e dividendos	(455.128,15)	(966.171,12)
Ajustes de exercícios anteriores	-	(3.439,58)
Juros sobre capital proprio	(5.642.945,97)	(3.392.168,26)
Fundo de reestruturação	-	3.346.600,70
Aumento capital social	-	-
Total das atividades de financiamentos	**(6.990.715,95)**	**(987.137,41)**
Variação das disponibilidades	**12.152.650,80**	**5.076.276,53**
Disponibilidades		
Saldo inicial das disponibilidades	**5.821.272,78**	**744.996,25**
Variação ocorrida no período	**12.152.650,80**	**5.076.276,53**
Saldo final das disponibilidades	**17.973.923,58**	**5.821.272,78**

Estoques	**2022**	**2021**
Matéria-Prima	10.603.844,38	9.745.526,68
Material de Embalagens	486.630,49	663.724,58
Produtos em Fabricação	2.739.131,81	901.293,81
Produtos Acabados	11.152.908,35	12.633.163,74
	24.982.515,03	**23.943.708,81**

5. Ativo Não Circulante	**2022**	**2021**
Empréstimos compulsório Eletrobrás	47.102,46	47.102,46
Depósitos judiciais	942.658,84	783.548,46
Bens destinados à venda	0,00	341.788,86
Empréstimos	0,00	317.171,55
Outros tributos a compensar	10.349.538,10	24.220.861,68
	11.416.036,05	**25.710.473,01**

6. Imobilizado

Imobilizado	**2022**	**2021**
Terrenos	1.297.659,02	1.297.659,02
Edifícios	18.679.911,61	18.679.911,61
Maquinas e Equipamentos	17.775.721,85	17.767.209,06
Móveis e Utensílios	1.239.192,48	1.213.007,30
Veículos	994.119,02	994.119,02
Ferramentas	1.603.294,96	1.488.486,32
Instalações Industriais	1.267.867,11	1.267.867,11
Moldes e Modelos	14.730.271,28	13.596.360,17
Computadores e Softwares	1.909.957,90	1.839.236,28
Imobilizados em andamento	-	-
Subtotal	59.497.995,23	58.143.855,89
(-) Depreciações e Amortizações	45.282.803,75	41.611.124,33
Imobilizado Líquido	**16.532.731,56**	**16.532.731,56**

7. Outras Obrigações a Pagar	**2022**	**2021**
Verba de Representação	1.253.897,17	2.426.404,30
Férias e Encargos/PLR	1.063.554,60	916.858,49
Conta Corrente Acionistas	4.796.504,07	2.883.343,02
	7.113.955,84	**6.226.605,81**

8. Exigível a Longo Prazo	**2022**	**2021**
Financiamento	0,00	552.941,30
Tributos Previdenciários Diferidos	6.316.477,48	4.997.354,53

Demonstração do Resultado

Receita Operacional Bruta	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receita Operacional		
Bruta das Vendas	159.575.002,78	146.519.752,86
(-) Impostos Incidentes s/ Vendas	(34.392.119,50)	(34.018.806,12)
(-) Vendas Anuladas	(1.427.675,86)	(2.087.705,32)
Receita Operacional Líquida	**123.755.207,42**	**110.413.241,42**
(-) Custo dos Produtos e Serviços Vendidos (Incluindo R$ 3.137.597,49 Depreciação)	(90.991.088,98)	(87.816.548,44)
Resultado Operacional Bruto	**32.764.118,44**	**22.596.692,98**
Despesas Comerciais		
(-) Despesas c/ Vendas e Distribuição (Incluindo R$ 491.877,70 Depreciação)	(22.215.013,42)	(24.177.921,32)
(-) Propaganda e Publicidade	(147.541,84)	(496.302,34)
Total das Despesas Comerciais	**(22.362.555,26)**	**(24.674.223,66)**
Despesas Gerais Administrativas		
(-) Despesas Tributárias	(588.769,42)	(93.970,79)
(-) Honorários Administrativos	(2.370.705,52)	(2.156.310,96)
(-) Despesas Administrativas	(3.123.572,58)	(5.704.110,31)
(-) Depreciação não apropriada ao Custo	(62.201,42)	(86.504,36)
(-) Despesas não Dedutíveis	(40.007,30)	(3.346.903,29)
(+) Receitas Financeiras	3.487.865,54	327.795,71
(-) Despesas Financeiras	(963.814,79)	(1.897.452,58)
Total das Despesas Gerais e Administrativas	**(3.661.205,49)**	**(12.957.456,58)**
Outros Resultados Operacionais	**1.956.726,64**	**33.954.830,99**
Resultado Operacional Líquido	**8.697.084,33**	**18.919.843,73**
(-) Contribuição Social	(194.904,51)	(527.674,44)
Resultado Antes do IR	**8.502.179,82**	**18.392.169,29**
(-) Provisão para Imposto	(517.475,49)	(1.441.798,79)
Lucro Líquido a Disposição da A.G.O.	**7.984.704,33**	**16.950.370,50**
Resultado por ações no Exercício	0,169	0,359

Fundo Restruturação Empresa	3.346.600,70	3.346.600,70
	9.663.078,18	**8.896.896,53**

9. Contingências Passivas A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, trabalhistas, civis e tributários, porém não houve a constituição de provisões contábeis para contingências passivas referentes às ações judiciais por não serem possíveis as perdas e incertas as estimativas (NBTG 1.000 seção 21). **10**. **Contingências Ativas** Existem créditos de impostos e contribuições discutidos judicialmente. Porém, nada vem sendo reconhecido contabilmente, adotando-se o princípio da prudência e o conservadorismo. O reconhecimento contábil ocorrerá de acordo com o êxito de cada ação (NBTG 1.000 seção 21). **11. Capital Social** O Capital Social de R$ 31.200.000,00 integralizados e constituído de 31.200.000 ações ordinárias no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas nominativas, foi aumentado em decorrência das deliberações em última assembleia extraordinária no mês de fevereiro de 2020, passando para o Capital Social de R$ 47.150.000,00 integralizados e constituído de 47.150.000 ações ordinárias no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas nominativas. **12. Coberturas de Seguros - Não Auditados** A empresa mantém a política de efetuar a cobertura dos valores patrimoniais contratando seguros contra incêndio e riscos diversos tendo sua vigência anual, considerando suficiente para assegurar em caso de sinistros, a reposição dos bens e sua respectiva continuidade. O valor dos seguros contratados é considerado suficiente segundo a opinião de nossos assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. As premissas de riscos adotadas dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Diretoria	**Antonio Carlos Ottani** Diretor Comercial **Reginaldo Munhoz** Diretor Industrial
Contador	**Marcos Rodrigues -** CRC1SP209123/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e acionistas da ***Burigotto S/A Indústria e Comercio*** Limeira - SP **Opinião com ressalva** Examinamos as demonstrações contábeis da Burigotto S/A Indústria e Comércio, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas politicas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Burigotto S/A Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2022, o de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** A Burigotto S/A Indústria e Comércio avaliam seus estoques de produtos em processo e acabados por critérios arbitrados pela legislação fiscal, conforme bases descritas na nota explicativa 3 às demonstrações contábeis. Tais critérios, em relação aos custos reais, podem resultar diferenças, no ativo circulante, no resultado do exercício e no patrimônio líquido. Pelo fato de não avaliar seus estoques pelos custos reais incorridos em 2.022, nem meios de procedimentos alternativos de auditoria, não foi possível satisfazermo-nos sobre eventuais diferenças. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Burigotto S/A Indústria e Comércio de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** As demonstrações financeiras relativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2.021 foram por nós examinadas, e nosso relatório de auditoria, datado de 16 de março de 2.022, foi emitido com ressalvas. Chamamos a atenção para nota explicativa 9 às demonstrações financeiras que descreve as incertezas relacionadas as ações judiciais e pelos reflexos que possam a vir a ocorrer em decorrência. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** A administração da Burigotto S/A Indústria e Comercio é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Piracicaba, 15 de março de 2.023.

Soparc Auditores e Consultores S/S Ltda.
CRC (SP) nº 2SP020874/O-6 - C.N.P.J. nº 03.132.733/0001-78
Eduardo Rodrigues
Contador - CRC (SP) nº 1SP175393/O-0 - CPF nº 123.317.298-08

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1059966-09.2016.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 33ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Sergio da Costa Leite, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Luiz Fernando de Souza (CPF. 048.241.968-76), que nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por Banco Bradesco S/A, procedeu-se a penhora sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 826,78. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 15 e 16 / 03 / 23

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1006265-26.2022.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 31ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Mariana de Souza Neves Salinas, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a RCS Promotora de Vendas Eireli (CNPJ. 33.461.855/0001-79), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 28.211,11 (janeiro de 2022), decorrente do Contrato de Financiamento nº 004799148. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 15 e 16 / 03 / 23.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0012233-81.2018.8.26.0007**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Alessander Marcondes França Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) RITA DE CASSIA DA CUNHA DA CRUZ, Brasileira, Empresária, CPF 079.664.118-85, JEFFERSON FERNANDO DA CUNHA TORRES, Brasileiro, Empresário, CPF. 312.787.278-09, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S/A. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua INTIMAÇÃO dos valores bloqueados no presente autos as fls.175/180 (R$ 782,91), em nome da executada junto ao sistema SISBAJUD, para que em 05 dias se manifeste quanto ao disposto no § 3º do art. 854 do Código de Processo Civil, a contar após o prazo deste edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 15 e 16 / 03 / 23.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1111360-55.2016.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Títulos de Crédito. Exequente: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL II. Executado: Semer Mahmed Smidi - Me e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1111360-55.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). HENRIQUE DADA PAIVA, na forma da Lei, etc, Faz Saber a Semer Mohamed Smidi (CNPJ. 02.085.902/0001-01) e Semer Mogamed Smidi (CPF. 259.827.448-24), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 33.432,32 (maio de 2022), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 385/9178432. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 465,47. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de dezembro de 2022. 15 e 16 / 03 / 23

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS.PROCESSO Nº 1000714-59.2020.8.26.0642O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara, do Foro de Ubatuba, Estado de São Paulo, Dr(a). Diogo Volpe Gonçalves Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER à ATLAS PROJ TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 26.768.698/0001-83, ATLASSERVICES – SERVIÇOS DE SUPORTE ADMINISTRATIVO E DE CONSULTORIA DEGESTÃO EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 30.608.097/0001-80, e ATLAS SERVIÇOS EMATIVOS DIGITAIS, CNPJ 31.049.719/0001-40, que lhe foi proposta uma AÇÃO DEPROCEDIMENTO COMUM CÍVEL por parte de GUSTAVO SENSI FIGUEIREDO, requerendo RESCISÃO CONTRATUAL com devolução de valores retidos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua Citação por EDITAL para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso de prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, pela parte ré, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Ubatuba, aos 06 de fevereiro de 2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL - 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS - Praça João Mendes s/nº - sala 2200 / 2208 - Centro - CEP 01501-900 - Fone: (11) 2171-6353 - São Paulo-SP - E-mail: sp1regpub@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias,** expedido nos autos da ação de **USUCAPIÃO**, processo nº **1033474-72.2019.8.26.0100** (**U-436**). A **Dra. RENATA PINTO LIMA ZANETTA,** MMª Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Francisco Romera, Miguel Romera e José de Souza Freitas e s/m Aida de Freitas, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que C**LAUDIO FRANCESCHI** ajuizou ação de **USUCAPIÃO**, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Seis de Junho, nº 92, Alto da Moóca, São Paulo/SP, com área de 162,74 m², contribuinte nº 053.090.0058-5, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para **CITAÇÃO** dos **SUPRAMENCIONADOS** para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a fluir após oprazo de **20 dias** úteis, **CONTESTEM** o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 07 de fevereiro de 2023.

16 e 17/03

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1129369-02.2015.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina Pereira de Castro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Rafi Miguel Ackel, Oleno Apparecido Briques, IGREJA PENTECOSTAL DAS MISSÕES DIVINAS, JOSÉ SOARES MARTINS E ESTHER DE OLIVEIRA MARTINS, Neide de P. Martins, Rosangela do Nascimento Santos e Rosane Maria do Nascimento Oliveira e - Mathilde Abbud Ackel, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Elio Fernandes de Almeida e Gisélia dos Santos Almeida ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Porto do Bezerra, nº 217, Jd. Guaianazes, São Paulo/SP, CEP 08440-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **|16,17|**

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **ALINE BORGES DE ARAÚJO,** brasileira, solteira, maior, professora de 1º e 2º grau, RG nº 35.050.000-9-SSP/SP, CPF nº 316.985.778-93, domiciliada nesta Capital, residente na Rua Vigário Albernaz, nº 523, apartamento nº 141, Vila Gumercindo, fica intimada a purgar a mora referente a 11 (onze) prestações em atraso, vencidas de 18/04/2022 a 18/02/2023, no valor de R$7.923,16 (sete mil, novecentos e vinte e três reais e dezesseis centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$7,923,16 (sete reais e noventa e dois centavos), que atualizado até 27/04/2023, perfaz o valor de R$10.225,36 (dez mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua Marquês de Lages, nº 1.532, apartamento nº 131, localizado no 13º andar do Bloco 16, integrante do Condomínio Residencial Marquês de Lages, 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrada sob n° 12 na matrícula nº 69.040. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 12:00hs e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a devedora desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 14 de março de 2023. O Oficial.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **RODRIGO NASCIMENTO BALDIBIA,** fiscal, RG nº 339367143-SSP/SP, CPF nº 315.496.898-94, e sua mulher **GEISA REIS BALDIBIA,** técnica em nutrição, RG nº 458776142-SSP/SP, CPF nº 333.251.568-35, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Frederico Bartholdi nº 182, casa 02, Parque Bristol, ficam intimados a purgarem a mora referente a 21 (vinte e um) prestações em atraso, vencidas de 31/05/2021 a 31/01/2023, no valor de R$56.078,76 (cinquenta e seis mil e setenta e oito reais e setenta e seis centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$56.470,53 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta e três centavos), que atualizado até 22/04/2023, perfaz o valor de R$72.976,79 (setenta e dois mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e nove centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua Alfredo Jorel nº 59, apartamento nº 67, localizado no 6º pavimento do empreendimento Fatto Jardim Botânico, Condomínio Edifício Azaléia, Saúde, 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrada sob n° 4 na matrícula nº 207.339. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 12:00hs e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os devedores desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 14 de março de 2023. O Oficial

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10 – **Aviso aos Acionistas**

Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos referentes ao Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022. São Paulo, 14 de março de 2023. ***A Diretoria***. (15, 16 e 17/03/2023)

Sindicato dos Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo - SAVIM
Rua Cel. Xavier de Toledo, 316 – 12º andar – cj.120 – Centro
São Paulo – SP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do artigo 6º, § 1º, I, artigo 7º, artigo 9º e demais disposições dos Estatutos Sociais atinentes à espécie, ficam os Srs. Associados convocados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 28/03/2023, com início às 10h00, em primeira chamada na sede do Sindicato. **ORDEM DO DIA:** Aprovação das Contas do exercício do ano 2022. São Paulo, 16 de março de 2023. Mario Roberto Fortunato - Diretor Presidente.

TCU determina que Bolsonaro entregue joias masculinas em até 5 dias

O Tribunal de Contas da União (TCU) estipulou um prazo de cinco dias úteis para o ex-presidente da República Jair Bolsonaro devolver à União as joias masculinas que supostamente recebeu de presente do governo da Arábia Saudita.

A decisão, unânime, foi anunciada na quarta-feira (15), durante a reunião plenária da corte. Por sugestão do relator do processo instaurado para apurar a entrada ilegal das joias no Brasil, ministro Augusto Nardes, Bolsonaro ou seus representantes deverão entregar o conjunto de joias à Secretaria-Geral da Presidência da República, anexando ao processo cópia do comprovante da entrega. O ex-presidente também terá que entregar o fuzil e a pistola que admitiu ter ganhado de presente de representantes dos Emirados Árabes, em 2019.

Em seu voto, Nardes destacou que, como as investigações ainda estão em andamento, o TCU terá que voltar a analisar a questão em outro momento para propor uma solução definitiva para o caso.

"Novas ocorrências têm sido reportadas diariamente, com diferentes explicações por parte dos envolvidos, razão pela qual é essencial que este tribunal aguarde o resultado das investigações em curso para uma deliberação segura e definitiva", acrescentou o ministro, desqualificando o pedido apresentando pela defesa de Bolsonaro, que, na segunda-feira (13), pediu ao TCU que recebesse e guardasse as joias masculinas que estão com ele.

"Em relação ao pleito do ex-presidente, cabe ressaltar que esta Casa não tem jurisprudência no sentido de receber joias ou demais objetos de valor. Por falta de amparo legal, não cabe a este tribunal recebê-las. Até porque, já há normativas com os procedimentos a serem adotados em caso de presentes recebidos por autoridades públicas", oobservou Nardes.

Ao pedir que o TCU recebesse e guardasse os objetos, a defesa de Bolsonaro tornou público que a caixa contendo um relógio de pulso; um par de abotoaduras; uma caneta; um anel e uma espécie de terço (uma masbaha) não declarados à Receita Federal estão, de fato, com o ex-presidente da República.

Inicialmente, Bolsonaro disse que não tinha conhecimento das joias. Depois, admitiu a jornalistas que os "presentes" foram dados à comitiva liderada pelo então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que viajou à Arábia Saudita em outubro de 2021, em missão oficial. Bolsonaro chegou a dizer à emissora CNN que as joias masculinas tinham sido incluídas ao seu acervo privado, sem deixar claro se, com isso, levou-as consigo ao deixar a Presidência da República. Em seu pedido ao TCU, a defesa do ex-presidente acrescentou que o requerimento para que a corte guardasse as joias "volta-se a deixar consignado que o peticionário [Bolsonaro] em momento algum pretendeu locupletar-se ou ter para si bens que pudessem, de qualquer forma, ser havidos como públicos".

Nada a declarar

Documentos oficiais, imagens gravadas pela Receita Federal e depoimentos dos próprios envolvidos revelam que o então ministro Bento Albuquerque e sua comitiva desembarcaram com as joias no Brasil no dia 26 de outubro de 2021.

Além das joias masculinas não declaradas à Receita, Albuquerque e os dois assessores que viajaram com ele (o ex-chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais do ministério, Christian Vargas, e o ex-chefe do escritório de Representações da pasta no Rio de Janeiro, Marcos André Soeiro) trouxeram ao Brasil um kit de joias femininas avaliadas em cerca de 3 milhões de euros (aproximadamente R$ 16,5 milhões).

De acordo com o ex-ministro, os representantes do governo brasileiro participaram de uma série de eventos em Riad, na Arábia Saudita, onde se reuniram com empresários e autoridades públicas sauditas, incluindo o príncipe regente, Mohammed bin Salman. Ainda segundo Albuquerque, perto do fim da viagem, seus interlocutores o presentearam com duas caixas que nem ele nem os dois assessores abriram para conferir o conteúdo.

Ao desembarcar no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, Albuquerque e Soeiro informaram à Receita Federal que não tinham nenhum objeto de valor a declarar. Soeiro, contudo, foi selecionado, aleatoriamente, para ter sua bagagem inspecionada. Foi então que o agente da Receita encontrou uma das duas caixas, contendo as valiosas peças femininas (um colar, um anel, um relógio e um par de brincos de diamantes).

As câmeras de segurança do aeroporto registraram a inspeção da bagagem de Soeiro, bem como o momento em que o então ministro Bento Albuquerque, alertado de que o assessor tinha sido parado, retorna à área da alfândega. Recentemente exibido pela TV Globo, o vídeo contém o áudio do próprio Albuquerque explicando aos servidores da Receita que as joias eram um presente que "vai entrar lá para a primeira-dama [Michelle Bolsonaro]."

Como Soeiro e Albuquerque tinham informado não ter nada a declarar às autoridades alfandegárias, os agentes da aduana seguiram a lei, apreendendo as joias femininas, que desde então estão sob a guarda da Receita Federal. As joias masculinas, no entanto, não foram percebidas e Albuquerque e seus assessores entraram no país com elas, apesar das orientações dos agentes alfandegários.

De acordo com a Receita, todo viajante que chega ao Brasil deve declarar bens pessoais cujo valor ultrapasse US$ 1 mil. Já os agentes públicos devem declarar os bens que não sejam para uso pessoal como pertencentes ao Estado brasileiro.

Conforme a Agência Brasil noticiou, documentos indicam que, em 29 de novembro de 2022, ou seja, mais de um ano após a comitiva de Albuquerque trazer as joias ao país, um representante do Ministério de Minas e Energia entregou o kit masculino ao Gabinete Adjunto de Documentação Histórica, órgão da Presidência da República responsável por, entre outras ações, analisar os presentes recebidos por autoridades brasileiras e dizer se são objetos de uso pessoal ou destinados ao Estado brasileiro em função do valor histórico, cultural e financeiro.

Desde o último dia 7, a Agência Brasil vem pedindo ao Palácio do Planalto e a pessoas próximas ao ex-presidente Jair Bolsonaro informações sobre a decisão do gabinete e destinação dada às joias masculinas, mas ainda não recebeu resposta oficial. (Agencia Brasil)

Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

CNPJ/MF Nº 21.278.819/0001-95

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante	**10.883**	**3.712**	**36.780**	**19.896**
Caixa e equivalentes de caixa	10.797	3.668	17.135	5.689
Contas a receber	–	–	9.025	7.077
Adiantamento a Fornecedores	8	4	1.163	1.030
Despesas antecipadas	–	–	1.302	934
Impostos a recuperar	78	40	3.182	2.971
Outros ativos	–	–	4.973	2.195
Não circulante	**228.024**	**221.872**	**488.827**	**480.695**
Títulos e valores mobiliários	–	–	81.222	68.772
Contas a receber	–	–	4.692	1.296
Outros ativos	–	–	378	378
Investimentos	228.024	221.872	–	–
Imobilizado	–	–	391.381	398.516
Intangível	–	–	11.154	11.733
Total do ativo	**238.907**	**225.584**	**525.607**	**500.591**
Passivo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante	**2.220**	**2.211**	**39.027**	**30.600**
Fornecedores	8	11	9.318	5.384
Empréstimos e financiamentos	–	–	14.356	11.795
Debêntures	–	–	3.383	1.708
Obrigações fiscais e trabalhistas	18	6	1.896	1.642
Contas a pagar - partes relacionadas	–	–	130	99
Dividendos - partes relacionadas	2.194	2.194	2.194	2.194
Penalidades contratuais	–	–	7.536	7.496
Passivo de arrendamentos	–	–	214	282
Não circulante	**–**	**–**	**249.893**	**246.618**
Debêntures	–	–	50.382	50.658
Empréstimos e financiamentos	–	–	170.962	186.762
Penalidades contratuais	–	–	23.162	3.597
Passivo de arrendamentos	–	–	5.363	5.578
Provisão Fiscal	–	–	24	23
Total Passivo	**2.220**	**2.211**	**288.920**	**277.218**
Patrimônio Líquido	**236.687**	**223.373**	**236.687**	**223.373**
Capital Social	243.351	233.494	243.351	233.494
Prejuízo acumulado	(6.664)	(10.121)	(6.664)	(10.121)
Total do passivo e patrimônio líquido	**238.907**	**225.584**	**525.607**	**500.591**

Demonstração dos resultados

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Receita com fornecimento de energia, líquida	**–**	**–**	**68.967**	**73.936**
Outras receitas operacionais, líquida	**–**	**–**	**1.982**	**–**
Custo dos serviços	**–**	**–**	**(45.241)**	**(38.177)**
Resultado bruto	**–**	**–**	**25.708**	**35.759**
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	(78)	(63)	(2.821)	(2.254)
Outras receitas (despesas)	–	–	5.494	2.379
Resultado das participações societárias	2.502	3.453	–	–
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	**2.424**	**3.390**	**28.381**	**35.884**
Despesas financeiras	(19)	–	(28.150)	(31.658)
Receitas financeiras	1.310	162	9.199	2.148
Resultado financeiro	**1.291**	**162**	**(18.951)**	**(29.510)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**3.715**	**3.552**	**9.430**	**6.374**
IR e CS	(258)	(18)	(5.973)	(2.840)
Lucro líquido do exercício	**3.457**	**3.534**	**3.457**	**3.534**

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**233.494**	**(13.655)**	**219.839**
Lucro líquido do exercício	–	3.534	3.534
Saldos em 31/12/2021	**233.494**	**(10.121)**	**223.373**
Aumento de capital	9.857	–	9.857
Lucro líquido do exercício	–	3.457	3.457
Saldos em 31/12/2022	**243.351**	**(6.664)**	**236.687**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	3.715	3.552	9.430	6.374
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes das atividades operacionais				
Resultado em equivalência patrimonial	(2.502)	(3.453)	–	–
Resultado financeiro - Provisão de Juros	–	–	26.283	30.459
Penalidades contratuais - Provisão	–	–	14.224	2.766
Depreciação e amortização	–	–	20.445	20.323
Rendimentos Aplicações financeiras	(1.307)	–	(8.913)	(2.052)
Provisão fiscal	–	–	1	(1.822)
Receita com indenização por sinistro	–	–	838	–
Diminuição (aumento) nos ativos				
Contas a receber	–	–	288	(532)
Adiantamentos a fornecedores	(4)	–	(133)	(32)
Despesas antecipadas	–	–	(368)	(261)
Contas a receber - partes relacionadas	–	–	–	36
Impostos a recuperar	(38)	–	(211)	–
Outros ativos - Adiantamento de indenizações	–	–	–	5.130
Outros ativos - Indenizações a receber	–	–	(1.559)	(1.008)
Outros ativos	–	–	(2.058)	(49)
Aumento (diminuição) nos passivos				
Fornecedores	(3)	7	3.934	741
Obrigações fiscais e trabalhistas	(129)	(16)	(1.282)	(465)
Penalidades contratuais	–	–	(250)	–
Fornecedores - partes relacionadas	–	–	31	39
Outras obrigações	–	–	–	(93)
Recursos provenientes das (aplicado nas) atividades operacionais	**(268)**	**90**	**60.700**	**59.554**
Juros pagos sobre financiamento	–	–	(16.552)	(15.126)
Juros pagos sobre debêntures	–	–	(4.366)	(4.099)
IR e CS pagos	(117)	(1)	(4.500)	(2.305)
Recursos líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades operacionais	**(385)**	**89**	**35.282**	**38.024**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	1.307	–	(3.537)	(31.583)
Aumento de capital dos investimentos	(3.650)		–	–
(Aquisições) Baixas de imobilizado	–	–	(12.731)	5.274
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento	**(2.343)**	**–**	**(16.268)**	**(26.309)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Pagamento debêntures	–	–	(1.593)	(1.444)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	–	(15.123)	(14.920)
Passivo de arrendamentos	–	–	(709)	(782)
Aumento de capital	9.857	–	9.857	–
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de financiamento	**9.857**	**–**	**(7.568)**	**(17.146)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**7.129**	**89**	**11.446**	**(5.431)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.668	3.579	5.689	11.120
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**7.129**	**89**	**11.446**	**(5.431)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.797	3.668	17.135	5.689
Transações que não afetaram caixa:				
Passivo de arrendamento	–	–	(63)	(539)
Baixa de impostos prescritos	–	–	(37)	–
Baixa sinistro	–	–	–	6.948

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

1 Contexto, base de preparação e outras informações. 1.1 Informações gerais: A Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A. (Companhia ou Controladora), é uma sociedade por ações constituída em 03/09/2014 e com sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 275, 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica. As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido nos parques eólicos denominados Carnaúba, Santo Cristo, Reduto e São João. As controladas entraram em operação de testes em maio de 2017 e em operação em julho de 2017 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações. As participações societárias diretas e indiretas detidas são as seguintes.

Controlada direta	**Consolidação**	**% Participação 2022**
Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.	Integral	100,00%
Controladas indiretas (controladas diretas da controlada Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.)	**Consolidação**	**% Participação 2022**
Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.	Integral	100,00%
Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.	Integral	100,00%
Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A.	Integral	100,00%
Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.	Integral	100,00%

Autorização do Parque Eólico Santo Cristo: A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 233 de 16/04/2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santo Cristo, constituída de 09 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 18/04/2012 e o término em 18/04/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. A Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. entrou em fase de teste em 20/05/2017, conforme despacho ANEEL nº 1.392 de 19/05/2017. Em 17/06/2017, entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL nº 1.726 de 16/06/2017. No dia 27/06/2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos. A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 01/07/2022 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL no uso de suas atribuições regimentais decide alterar, de 27.000 KW kW para 27.465 kW, a potência instalada da Central Geradora Eólica (EOL) Santo Cristo, outorgada à Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. Essa alteração na outorga ocorreu após a finalização do processo de Alteração de Características Técnicas (ACATI) devido a necessidade de substituição do aerogerador SC-02 da Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. ***Autorização do Parque Eólico Reduto:*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 230 de 13/04/2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Reduto, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 16/04/2012 e o término em 16/04/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. A Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. entrou em fase de teste em 20/05/2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19/05/2017. Em 17/06/2017, a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.724 de 16/06/2017. No dia 27/06/2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos. A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96. ***Autorização do Parque Eólico Carnaúba:*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 204 de 05/04/2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A .a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Carnaúbas, constituída de 09 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 09/04/2012 e o término em 09/04/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. A Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A. entrou em fase de teste em 20/05/2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19/05/2017. Em 20/06/2017, a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A. entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.725, de 16/06/2017. No dia 27/06/2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos. A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A. destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96. ***Autorização do Parque Eólico São João:*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 173 de 22/03/2012 autorizou a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL São João, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 26/03/2012 e o término em 26/03/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. A Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. entrou em fase de teste em 20/05/2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19/05/2017. Em 20/06/2017, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.725, de 16/06/2017. No dia 27/06/2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos. A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96. ***Contrato de Energia de Reserva - CER:*** As controladas firmaram em 08/08/2012 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este contrato, as controladas se comprometeram a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 01/07/2014, ao preço original de R$ 98,92 /MWh (agosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). A data de início de suprimento de energia foi postergada de 01/07/2014 a 01/04/2015 através do primeiro termo aditivo ao contrato de energia de reserva - CER Nº 165/11 datado de 27/01/2015. O Contrato de Energia de Reserva estabelece que o vendedor é o responsável pela entrega da energia contratada, no centro de gravidade do submercado onde estão localizados os parques eólicos, exclusivamente mediante geração de energia proveniente desses parques. Em razão do seu objeto, a partir da data de início de suprimento, toda garantia física dos parques eólicos é comprometida com o contrato, por todo o período de suprimento. O Contrato também estabelece que no caso de a energia gerada ser superior à energia contratada, o vendedor fica impedido de negociar o montante de energia associado a essa variação em qualquer ambiente de comercialização, devendo a CCEE contabilizar toda a energia gerada no âmbito do contrato. A eventual verificação de entrega de energia em montantes superiores aos contratados, observadas as disposições estabelecidas no Contrato de Energia de Reserva, sujeitará a CCEE ao pagamento da receita variável. Nesse sentido, a receita fixa corresponde ao pagamento associado à energia contratada, condicionada à entrada em operação comercial do Parque Eólico. O vendedor tem direito a receber, a partir do início do período de entrega da energia contrata, em relação a cada mês desse período, um duodécimo do valor da receita fixa. O efetivo pagamento se dá na proporção da potência da(s) unidade(s) geradora(s) em operação comercial em relação à potência do Parque Eólico, enquanto a receita variável corresponde ao pagamento associado à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia que extrapolar o limite superior da faixa de tolerância (>30% da energia efetivamente vendida contratualmente), conforme apuração realizada ao final de cada ano contratual, paga em 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte; e à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia contida na faixa de tolerância e proveniente de desvios positivos de geração, que não tenha sido objeto de repasse e/ou de cessão, conforme apuração realizada ao final de cada quadriênio, paga em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais ao longo dos dois primeiros anos contratuais do quadriênio seguinte. ***Capital circulante líquido negativo***: Em 31/12/2022, nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia e suas controladas (doravante denominadas "Grupo" ou "Grupo SMG") encontram-se com o capital circulante negativo no montante de R$ 2.247. Havendo a necessidade de capital giro adicional, a administração realizará chamada de capital para as suas acionistas, a fim de que a Companhia e suas controladas honrem com suas obrigações de curto prazo. ***Aprovação das demonstrações financeiras:*** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17/02/2023. **1.2 Base de preparação e políticas contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras, bem como os principais julgamentos adotados para as estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021. Não houve novas normas no exercício findo em 31/12/2022 com impacto nas demonstrações financeiras. **2 Estimativas críticas e riscos:** Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance. **2.1 Estimativas críticas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. ***Depreciação e amortização do ativo fixo:*** A depreciação/amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo. ***Cálculo da provisão para perda/ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento:*** A provisão para perda/ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Empresa aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos. ***Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.*** Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como "custos de transação". Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Juliana Silva Gomes Madureira - CRC RJ 116377/O-8

Relatório de dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A. em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.

Mazars Auditores Independentes

"As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas da **Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/."

Governo diz que enviará quantos reforços forem necessários para Rio Grande do Norte

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse na quarta-feira (15) que o governo enviará quantos membros da Força Nacional forem necessários para controlar a situação no Rio Grande do Norte, após uma série de ataques criminosos a prédios públicos, comércios e veículos no estado. "Nós já tivemos a transferência de alguns líderes de facção. Mas se continuar esse clima de conflagração nós vamos aumentar o efetivo, podendo chegar a trezentos, quatrocentos, quinhentos, na medida que isso seja necessário", declarou Dino, em entrevista a jornalistas no Palácio do Planalto, em Brasília, logo após o relançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Nos últimos dias, o Rio Grande do Norte tem sido alvo de ataques violentos orquestrados por uma organização criminosa que, supostamente, protesta contra as condições dos presos nas penitenciárias. Segundo o ministro, foram destinados imediatamente 220 policiais da Força Nacional e da Força Penitenciária para conter os ataques e reforçar a segurança no estado.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública informou que o preso acusado de liderar a facção criminosa responsável pelos ataques foi transferido da penitenciária de Alcaçuz para um presídio federal. "Nós temos realizado ações pra descapitalizar essas facções. Vocês devem ter acompanhado uma grande operação que foi realizada pela Polícia Federal que se dirigia exatamente a descapitalização dessas facções, porque essa é a forma pela qual nós vamos vencê-las, retirando recursos", diz Dino.

A respeito do decreto sobre armas, Dino afirmou que 60% dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) preencheu o cadastro. Ele estima que o número deve subir para 80%. "Não chegaremos a 100% porque tem fraudador, tem criminoso, quem desviou a arma, quem fez contrabando de arma, quem vendeu arma pra facção criminosa". Por outro lado, os 20% não recadastrados, lembrou Dino, serão automaticamente considerados armamentos ilegais. "Há uma ideia falsa de que o recadastramento é para confiscar a arma, pelo contrário. Na verdade quem não recadastrar é que estará sujeito a apreensão", explicou.

Entre as medidas previstas no decreto, está o recadastramento de todas as armas de CACs em um único banco de dados da Polícia Federal (PF), o Sistema Nacional de Armas (Sinarm). Antes, as armas ficavam apenas em um sistema do Exército. O Ministério da Justiça estipulou um prazo para recadastramento de 60 dias, contados a partir de 1º de fevereiro, que termina em abril.

Flavio Dino lembrou ainda que o Supremo Tribunal Federal confirmou recentemente a legalidade da norma e negou a possibilidade de uma virada de mesa sobre o tema. "A decisão do Supremo tem força vinculante. Por isso não é possível uma virada de mesa de nenhum tipo, nos termos da lei, porque o Supremo já chancelou o decreto e, obviamente, com isso o decreto tem que ser cumprido".

Sobre a denúncia revelada pelo jornal O Globo, de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) utilizou durantes os três primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro (PL) um sistema secreto para monitorar até 10 mil proprietários de celulares a cada doze meses, o ministro Flávio Dino confirmou que determinou à Policia Federal a abertura de uma investigação sobre o uso indevido do equipamento de vigilância. O ministério vai apurar possível espionagem ou mau uso de equipamentos da Abin.

Na última terça-feira (14), a Abin publicou uma nota confirmando que a agência usou um software para monitorar a localização de qualquer pessoa por meio do número de celular, entre 2018 e 2021, e que o uso do programa foi encerrado em maio de 2021. (Agencia Brasil)

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

CNPJ/MF Nº 19.943.730/0001-54

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante	**6.667**	**6.910**	**25.896**	**16.184**
Caixa e equivalentes de caixa	1.688	137	6.338	2.021
Contas a receber	–	–	9.025	7.077
Adiantamento a fornecedores	81	78	1.155	1.026
Despesas antecipadas	–	–	1.302	934
Dividendos a receber - Partes relacionadas	1.811	2.426	–	–
Mútuos - Partes relacionadas	–	1.392	–	–
Impostos a recuperar	3.087	2.877	3.103	2.931
Outros Ativos	–	–	4.973	2.195
Não circulante	**275.141**	**267.344**	**488.827**	**480.695**
Títulos e valores mobiliários	14.161	10.713	81.222	68.772
Contas a receber	–	–	4.692	1.296
Investimentos	260.980	256.631	–	–
Outros Ativos	–	–	378	378
Imobilizado	–	–	391.381	398.516
Intangível	–	–	11.154	11.733
Total do ativo	**281.808**	**274.254**	**514.723**	**496.879**
Passivo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante	**3.401**	**1.723**	**36.806**	**28.389**
Fornecedores	11	11	9.310	5.376
Empréstimos e financiamentos	–	–	14.354	11.795
Debêntures	3.383	1.708	3.383	1.708
Obrigações fiscais e trabalhistas	7	4	1.879	1.632
Contas a pagar - Partes relacionadas	–	–	130	99
Penalidades contratuais	–	–	7.536	7.496
Outras obrigações	–	–	–	1
Passivo de arrendamentos	–	–	214	282
Não circulante	**50.383**	**50.659**	**249.893**	**246.618**
Debêntures	50.382	50.658	50.382	50.658
Passivo de arrendamentos	–	–	5.363	5.578
Empréstimos e financiamentos	–	–	170.962	186.762
Penalidades contratuais	–	–	23.162	3.597
Provisão fiscal	1	1	24	23
Total passivo	**53.784**	**52.382**	**286.699**	**275.007**
Patrimônio líquido	**228.024**	**221.872**	**228.024**	**221.872**
Capital Social	235.230	231.580	235.230	231.580
Prejuízo acumulado	(7.206)	(9.708)	(7.206)	(9.708)
Total do passivo e patrimônio líquido	**281.808**	**274.254**	**514.723**	**496.879**

Demonstração dos resultados

	Controladora		Consolidado	
Receita com fornecimento de energia, líquida	**2022** –	**2021** –	**2022** **68.967**	**2021** **73.936**
Outras receitas operacionais, líquida	–	–	**1.982**	–
Custos operacionais	–	–	**(45.238)**	**(38.177)**
Resultado bruto	–	–	**25.711**	**35.759**
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	(167)	(140)	(2.745)	(2.188)
Outras receitas (despesas)	–	–	5.494	2.379
Resultado das participações societárias	8.467	12.312	–	–
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	**8.300**	**12.172**	**28.460**	**35.950**
Despesas financeiras	(7.456)	(9.209)	(28.131)	(31.658)
Receitas financeiras	1.658	493	7.888	1.987
Resultado financeiro	**(5.798)**	**(8.716)**	**(20.243)**	**(29.671)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**2.502**	**3.456**	**8.217**	**6.279**
IR e CS	–	–	(5.715)	(2.823)
Lucro líquido do exercício	**2.502**	**3.456**	**2.502**	**3.456**

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**231.580**	**(13.164)**	**218.416**
Lucro líquido do exercício	–	3.456	3.456
Saldos em 31/12/2021	**231.580**	**(9.708)**	**221.872**
Aumento de capital	3.650	–	3.650
Lucro líquido do exercício	–	2.502	2.502
Saldos em 31/12/2022	**235.230**	**(7.206)**	**228.024**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.502	3.456	8.217	6.279
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes das atividades operacionais				
Resultado em equivalência patrimonial	(8.467)	(12.312)	–	–
Resultado financeiro - Provisão de Juros	7.259	9.209	26.283	30.539
Penalidades contratuais - Provisão	–	–	14.224	2.766
Depreciações e amortizações	–	–	20.445	20.323
Rendimento de aplicação financeira	(1.277)	(335)	(7.605)	(1.891)
Receita com indenização por sinistro	–	–	838	–
Provisão para contingências fiscais	–	–	1	(1.822)
Diminuição (aumento) nos ativos				
Contas a receber	–	–	288	(532)
Adiantamentos a fornecedores	(3)	10	(128)	(32)
Despesas antecipadas	–	–	(195)	(261)
Contas a receber - partes relacionadas	–	–	–	36
Impostos a recuperar	(210)	(90)	(172)	–
Outros ativos	–	–	(3.826)	4.037
Aumento (diminuição) nos passivos				
Fornecedores	–	5	3.936	748
Obrigações fiscais e trabalhistas	2	–	(1.120)	(428)
Penalidades contratuais	–	–	(250)	–
Fornecedores - partes relacionadas	–	–	31	39
Outras obrigações	–	–	(1)	(93)
Recursos provenientes das (aplicado nas) atividades operacionais	**(194)**	**(57)**	**60.966**	**59.708**
Juros pagos sobre financiamento	–	–	(16.552)	(15.126)
Juros pagos sobre debentures	(4.366)	(4.099)	(4.366)	(4.099)
IR e CS pagos	–	–	(4.381)	(2.305)
Recursos líquidos provenientes das (aplicado nas) atividades operacionais	**(4.560)**	**(4.156)**	**35.667**	**38.178**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Redução em investimentos	2.307	5.534	–	–
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(2.171)	44	(4.845)	(31.826)
Dividendos recebidos	2.426	–	–	–
(Aquisições) Baixas de imobilizado	–	–	(12.731)	5.274
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento	**2.562**	**5.578**	**(17.576)**	**(26.552)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Mútuos	1.491	(100)	–	–
Pagamento debêntures	(1.592)	(1.444)	(1.592)	(1.444)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	–	(15.123)	(14.920)
Pagamento de arrendamentos	–	–	(709)	(782)
Aumento de capital social	3.650	–	3.650	–
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de financiamento	**3.549**	**(1.544)**	**(13.774)**	**(17.146)**
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	**1.551**	**(122)**	**4.317**	**(5.520)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	137	259	2.021	7.541
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	**1.551**	**(122)**	**4.317**	**(5.520)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.688	137	6.338	2.021
Transações que não afetaram caixa:				
Passivo de arrendamento	–	–	(63)	(539)
Baixa de impostos prescritos	–	–	(37)	6.948

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

1 Contexto, base de preparação e outras informações: Esta seção provê informações sobre eventos significativos e transações que afetaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e performance da Companhia durante o exercício. **1.1 Informações gerais:**A Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade por ações constituída em 13/02/2014, com sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica. As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido nos parques eólicos denominados Carnaúba, Santo Cristo, Reduto e São João. As controladas entraram em operação de teste em maio de 2017 e em operação em julho de 2017 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações. Em 31/12/2022 as participações societárias diretas são as seguintes:

Empreendimento	% Participação
Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica São João SPE S.A	100,00%

Autorização do Parque Eólico Santo Cristo: A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 233 de 16/04/2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santo Cristo, constituída de 09 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 18/04/2012 e o término em 18/04/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. A Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. entrou em fase de teste em 20/05/2017, conforme despacho ANEEL nº 1.392 de 19/05/2017. Em 17/06/2017, entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL nº 1.726 de 16/06/2017. No dia 27/06/2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos. A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 01/07/2022 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL no uso de suas atribuições regimentais decide alterar, de 27.000 KW kW para 27.465 kW, a potência instalada da Central Geradora Eólica (EOL) Santo Cristo, outorgada à Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. Essa alteração na outorga ocorreu após a finalização do processo de Alteração de Características Técnicas (ACATI) devido a necessidade de substituição do aerogerador SC-02 da Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. ***Autorização do Parque Eólico Reduto:*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 230 de 13/04/2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Reduto, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 16/04/2012 e o término em 16/04/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. A Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A entrou em fase de teste em 20/05/2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19/05/2017. Em 17/06/2017, a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.724 de 16/06/2017. No dia 27/06/2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos. A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96. ***Autorização do Parque Eólico Carnaúba:*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 204 de 05/04/2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A. a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Carnaúbas, constituída de 09 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 09/04/2012 e o término em 09/04/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. A Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A. entrou em fase de teste em 20/05/2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19/05/2017. Em 20/06/2017, a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A. entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.725, de 16/06/2017. No dia 27/06/2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos. A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A. destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96. ***Autorização do Parque Eólico São João:*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 173 de 22/03/2012 autorizou a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL São João, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 26/03/2012 e o término em 26/03/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. A Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. entrou em fase de teste em 20/05/2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19/05/2017. Em 20/06/2017, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.725, de 16/06/2017. No dia 27/06/2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos. A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96. ***Contrato de Energia de Reserva - CER:*** As controladas firmaram em 08/08/2012 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este contrato, as controladas se comprometeram a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 01/07/2014, ao preço original de R$ 98,92 /MWh (agosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). A data de início de suprimento de energia foi postergada de 01/07/2014 a 01/04/2015 através do primeiro termo aditivo ao contrato de energia de reserva - CER Nº 165/11 datado de 27/01/2015. O Contrato de Energia de Reserva estabelece que o vendedor é o responsável pela entrega da energia contratada, no centro de gravidade do submercado onde estão localizados os parques eólicos, exclusivamente mediante geração de energia proveniente desses parques. Em razão do seu objeto, a partir da data de início de suprimento, toda garantia física dos parques eólicos é comprometida com o contrato, por todo o período de suprimento. O Contrato também estabelece que no caso de a energia gerada ser superior à energia contratada, o vendedor fica impedido de negociar o montante de energia associado a essa variação em qualquer ambiente de comercialização, devendo a CCEE contabilizar toda a energia gerada no âmbito do contrato. A eventual verificação de entrega de energia em montantes superiores aos contratados, observadas as disposições estabelecidas no Contrato de Energia de Reserva, sujeitará a CCEE ao pagamento da receita variável. Nesse sentido, a receita fixa corresponde ao pagamento associado à energia contratada, condicionada à entrada em operação comercial do Parque Eólico. O vendedor tem direito a receber, a partir do início do período de entrega da energia contratada, em relação a cada mês desse período, um duodécimo do valor da receita fixa. O efetivo pagamento se dá na proporção da potência da(s) unidade(s) geradora(s) em operação comercial em relação à potência do Parque Eólico, enquanto a receita variável corresponde ao pagamento associado à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia que extrapolar o limite superior da faixa de tolerância (>30% da energia efetivamente vendida contratualmente), conforme apuração realizada ao final de cada ano contratual, paga em 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte; e à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia contida na faixa de tolerância e proveniente de desvios positivos de geração, que não tenha sido objeto de repasse e/ou de cessão, conforme apuração realizada ao final de cada quadriênio, paga em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais ao longo dos dois primeiros anos contratuais do quadriênio seguinte. ***Capital circulante líquido negativo:*** Em 31/12/2022, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas (doravante denominadas "Grupo" ou "Grupo SMG") encontram-se com o capital circulante negativo no montante de R$ 10.910. Havendo a necessidade de capital giro adicional, a administração realizará chamada de capital para a sua acionista, a fim de que a Companhia e suas controladas honrem com suas obrigações de curto prazo. ***Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:*** A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 17/02/2023. **1.2 Base de preparação e políticas contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com o CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras, bem como os principais julgamentos adotados para as estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021. **2 Estimativas críticas e riscos :** Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua performance. **2.1 Estimativas críticas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. ***Depreciação e amortização do ativo fixo:*** A depreciação/amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo. ***Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento:*** A provisão para perda/ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Empresa aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos. ***Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.*** Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como "custos de transação". Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Juliana Silva Gomes Madureira - CRC RJ 116377/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023
Mazars Auditores Independentes

"As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas da **Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/."

CNJ quer informações de processo sobre assassinato de Marielle

O corregedor-nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, determinou que a Justiça do Rio de Janeiro preste informações sobre o processo envolvendo a investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, no centro do Rio de Janeiro.

No despacho, Salomão concedeu prazo de cinco dias para ser informado sobre quando os acusados pelo crime serão julgados. "Passados cinco anos do crime, os motivos do atentado e os eventuais mandantes ainda permanecem indefinidos, tampouco os apontados executores foram julgados pelo tribunal do júri", afirmou.

O crime completou cinco anos na terça-feira (14), e ainda não houve conclusão sobre mandantes e motivações.

Até o momento, as investigações da Polícia Civil e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro apontaram o sargento reformado e expulso da Polícia Militar do Rio de Janeiro Ronnie Lessa como o autor dos disparos, com colaboração do ex-policial militar Élcio Queiroz.

Eles estão presos preventivamente desde 2019 e respondem por duplo homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, emboscada e recurso que dificultou a defesa da vítima) e pela tentativa de homicídio contra uma assessora de Marielle, que também estava no veículo e sobreviveu. (Agencia Brasil)

Suspeito de liderar ataques no RN é morto em confronto com a polícia

Um homem suspeito de comandar os ataques criminosos no Rio Grande do Norte foi morto em confronto com a polícia em João Pessoa (PB) na madrugada da quarta-feira (15). De acordo com a Polícia Civil do Rio Grande do Norte, o homem, de 29 anos, estava foragido e foi localizado em uma casa no bairro de Paratibe, na capital paraibana.

Ainda conforme a polícia, ele atirou nos policiais civis e foi atingido. O suspeito foi levado ao hospital, mas não resistiu aos ferimentos As investigações apontam que o homem foi responsável "por financiar e distribuir armas para o grupo que realizou os ataques". A polícia encontrou uma pistola e um carro com ele.

Mais três homens foram presos suspeitos de articularem os atentados em Caicó e na região desde a última segunda-feira (13). Com eles, foram encontrados armas, drogas e dinheiro. Um deles foi preso, em 2020, por participar de crime organizado no estado. Dois presos foram levados para um presídio federal.

Até o momento, 25 pessoas foram presas suspeitas de envolvimento com os ataques. A polícia apreendeu ainda armas, drogas, artefatos explosivos, veículos, dinheiro e munições.

Na noite da terça-feira (14), um preso foi transferido da penitenciária de Alcaçuz para um presídio federal. O preso é acusado de liderar uma facção criminosa e, conforme as investigações, estaria entre os mandantes dos ataques. O Ministério da Justiça e da Segurança Pública informou que outras transferências poderão ocorrer.

Força Nacional

Nas primeiras horas da quarta-feira, 100 agentes da Força Nacional chegaram ao Rio Grande do Norte para reforçar a segurança pública no estado após os ataques violentos. A expectativa é de que outros 100 agentes venham a reforçar a equipe nas próximas horas. Destes, 30 são do sistema prisional e ficarão encarregados de auxiliar os serviços na Penitenciária Federal em Mossoró, de onde estariam partindo as ordens para os ataques.

O envio da tropa foi autorizado pelo ministro Flávio Dino ao acatar pedido da governadora Fátima Bezerra.

Ataques

Desde o início da semana, criminosos atiraram e incendiaram prédios públicos, estabelecimentos comerciais e veículos em, pelo menos, 14 cidades do estado. Para autoridades estaduais, os ataques são uma retaliação do crime organizado a ações repressivas do governo, que resultaram em prisões nas últimas semanas. (Agencia Brasil)

STF derruba lei que obrigava sala de descanso para enfermeiros em SP

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou na quarta-feira (15) inconstitucional a lei do estado de São Paulo que obriga hospitais públicos e privados a disponibilizar uma sala de descanso para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

Por maioria de seis votos, os ministros entenderam que a norma, por tratar de direito trabalhista, só poderia ser aprovada pelo Congresso Nacional. De acordo com a Constituição, a matéria é de competência da União.

O julgamento tratou da constitucionalidade de lei sancionada em 3 de janeiro de 2020 pelo então governador Rodrigo Garcia. A norma determina a criação das salas de descompressão, que são espaços para os profissionais descansarem após a realização dos atendimentos de emergência.

O julgamento começou na quinta-feira (9) e foi retomado na sessão de quarta-feira . Prevaleceu o voto proferido na sessão anterior pelo ministro Alexandre de Moraes, que abriu a divergência em relação do voto do relator, Edson Fachin.

Moraes entendeu que a lei é inconstitucional, porque cabe ao Legislativo federal criar as regras nesse caso.

O entendimento foi seguido por André Mendonça, Nunes Marques, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e a presidente da Corte, Rosa Weber.

Fachin votou para manter a validade da lei. No entendimento do relator, a Assembleia Legislativa de São Paulo pode legislar sobre a matéria, pois a questão não trata de regime de trabalho. O ministro Luís Roberto Barroso também seguiu o posicionamento de Fachin.

Uma terceira corrente de votos foi formada durante o julgamento, mas também ficou vencida. Os ministros Ricardo Lewandowski, Luiz Fux e Cármen Lúcia entenderam que a lei só poderia ser aplicada aos hospitais públicos estaduais, excluindo hospitais públicos municipais e federais, além dos estabelecimentos privados.

Antes da decisão final do Supremo, em entrevista à Agência Brasil, o conselheiro federal Daniel Souza, integrante do Conselho Federal de Enfermagem, defendeu a adoção das salas de descompressão.

Ele ressaltou que os plantonistas de enfermagem passam, em média, 12 horas seguidas dentro de um mesmo hospital, e em alguns casos, por conta dos baixos salários, da falta de pessoal e da necessidade de serviço, os profissionais podem passar até 24 horas numa mesma unidade hospitalar.

Dados da entidade mostram ainda que a ausência de regulamentação da carga de trabalho máxima semanal abre espaço para o que eles chamam de duplo e até triplo vínculo – quando o trabalhador sai de um plantão e vai para outro. (Agencia Brasil)

Falta de cursos de qualificação afasta jovens do mercado de trabalho

A falta de cursos de qualificação profissional e técnica é um obstáculo para a inclusão de jovens no mercado de trabalho, na avaliação de organizações da sociedade civil que trabalham nessa área.

O estudo Futuro do Mundo do Trabalho para as Juventudes Brasileiras ouviu 34 entidades que atuam na inclusão produtiva de jovens. Para 67,6%, faltam oportunidades de qualificação e 58,8% acreditam que os cursos disponíveis não estão sintonizados com as vagas de trabalho existentes.

O estudo chama atenção ainda para a necessidade de promover formação em carreiras que tenham projeção de crescimento nos próximos anos. Como carreiras promissoras, a pesquisa destaca as ligadas à economia verde, que buscam preservar ou restaurar o meio ambiente, como as funções técnicas voltadas a energia eólica e solar.

Novas carreiras

A economia criativa, com atividades artísticas e culturais, é outro eixo apresentado pela pesquisa com potencial de crescimento no futuro. É destacada também a economia do cuidado, que abrange carreiras ligadas a saúde, como enfermagem, entre outros, incluindo de instrutores físicos a empregadas domésticas. A economia digital, com profissões ligadas ao processamento de dados, programação e inteligência artificial, é mais uma possibilidade apontada.

Para 76,4% das organizações ouvidas, no entanto, os jovens estão mal informados sobre essas possibilidades de carreira conectadas com as necessidades que estão surgindo.

"A maioria dos jovens hoje, principalmente os jovens vulnerabilizados, não conhece as carreiras de futuro. Não tem nos seus projetos de vida, nos seus sonhos, nas suas referências de bairro, pessoas que possam falar ou negócios que sejam profissões do futuro", diz a superintendente da Fundação Arymax, Vivianne Naigeborin, durante a apresentação do estudo.

Nesse cenário, 82,3% das organizações avaliam que as empresas não conseguem contratar jovens com a qualificação necessária para as vagas disponíveis. Vivianne lembra, porém, que os empreendedores também têm um papel fundamental para reverter esse quadro.

"Se as empresas não olharem para o percurso de formação, não abrirem os seus ambientes para que eles se tornem ambientes propícios de aprendizagem e de trabalho, e, principalmente, se elas não trabalharem um ambiente acolhedor, de permanência, de diversidade, a gente não vai conseguir completar esse percurso."

Investimentos e desigualdades

Investir na educação pública também é fundamental para reduzir as desigualdades e garantir o desenvolvimento econômico e social, ressalta a superintendente do Itaú Educação e Trabalho, Ana Inoue.

"A gente tem no ensino médio brasileiro, a gente tem 88% das matrículas na educação pública. Então, se a gente fizer uma política robusta de melhora da educação pública a gente vai conseguir beneficiar a maior parte dos alunos, da população e do futuro do país."

A partir da experiência em territórios vulnerabilizados, Inoue ressalta que é preciso que haja uma oferta ampla de ensino técnico e profissionalizante. Segundo ela, atualmente, muitos jovens em idade produtiva buscam dinheiro em atividades extremamente precárias que, sequer, chegam a ser catalogadas como trabalho nos dados oficiais.

"O pessoal da periferia vai fazer trabalhos que não estão catalogados mesmo. Na favela do Jaguaré [zona oeste paulistana], por exemplo, eles ficam em uma fila, colados no portão do Ceasa, por onde entram os caminhões, esperando os caminhões entrarem. São um monte de jovens, fortinhos, que vão descarregar caixas", exemplifica.

Inoue defende não só a ampliação da oferta de educação e formação, mas políticas afirmativas focadas em grupos mais vulnerabilizados, como a população negra, como forma de enfrentar as desigualdades estruturais.

"A desigualdade joga contra o desenvolvimento econômico e social, contra a saúde de todos nós e a saúde social. A gente vai ter uma sociedade em que as pessoas vão precisar blindar seu carro e andar com segurança, ou a gente vai querer uma sociedade onde todo mundo vai poder andar na rua e ser feliz?"

A pesquisa é uma parceria entre o Itaú Educação e Trabalho, a Fundação Arymax, a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Telefônica Vivo, o Instituto Veredas e o Instituto Cíclica. (Agencia Brasil)

Kartismo: GP Dia Internacional da Mulher reunirá várias categorias

Os líderes da AKSP depois de duas etapas são Douglas Pecoraro (Elite), Alexandre Porche (Graduados), Thiago Rocha (Light), Marcelo Carvalhaes (Sênior) e Natália Eufrásio (Mulheres em Ação Graduadas)

A terceira etapa do campeonato AKSP de kart amador vai comemorar o Mês das Mulheres fazendo uma bela festa no Kartódromo de Interlagos (SP/SP), na noite desta quinta-feira (16). A programação tem início oficial as 20h30, com o II GP Dia Internacional da Mulher, seguida das provas da Light, Sênior, Graduados e Elite.

Depois de duas etapas, e partindo para a metade do primeiro turno, os líderes na tabela de pontuação são Douglas Pecoraro (Elite), Alexandre Porche (Graduados), Thiago Rocha (Light), Marcelo Carvalhaes (Sênior) e Natália Eufrásio (Mulheres em Ação Graduadas).

A temporada 2023 já começou equilibrada. Na categoria Light, os dois primeiros colocados estão separados por apenas um ponto, já que Arthur Filipe venceu a abertura do campeonato e Thiago Rocha foi o vencedor da segunda etapa.

A Graduados tem a liderança de Alexandre Porche, vencedor da primeira rodada, com 15 pontos de folga sobre Gabriel Araújo, o vice-líder. Bruno Furlan foi o vencedor da última prova e figura em quinto na pontuação.

Entre os pilotos com mais de 50 anos de idade, vencedor da primeira corrida Marcelo Carvalhaes lidera com apenas sete pontos de vantagem sobre Jorge Roque. O atual bicampeão da Sênior Jorge Filipe venceu a segunda etapa e figura em terceiro no certame.

A Elite, no entanto, já começa com o domínio de Douglas Pecoraro, atual vice-campeão da categoria e que venceu as duas rodadas disputadas neste ano. Ele tem 15 pontos de dianteira sobre Gabriel Medina.

O mesmo acontece na classe feminina, onde Natália Eufrásio também venceu ambas as disputas e já abre 14 pontos sobre Eliane Belo de Oliveira.

A cada etapa a AKSP realiza uma ação social. Resultado da arrecadação de fundos no último encontro, agora será entregue para o Kartódromo de Interlagos uma cadeira de rodas em doação, visando atender acidentados e pessoas com alguma dificuldade motora. E no GP Dia Internacional da Mulher, serão arrecadadas doações para compor kit de higiene feminina, com shampoo, condicionador, desodorante, sabonete, hidratante, creme dental, escova de dentes, etc, que serão revertidos para o Selo Amor Espresso, que possibilita inserção no mercado de trabalho de mulheres em situação vulnerável, através de treinamento profissional para barista, com acompanhamento psicológico.

Foto/ Emerson Santos

A *terceira etapa da AKSP será o GP Dia Internacional da Mulher*

Diversos prêmios e brindes para pilotos

Os seis primeiros colocados de cada categoria serão premiados com troféus e kits Giovanna Baby, e o sétimo colocado de cada modalidade receberá um kit da Cervejaria Paulistânia.

Os vencedores da AKSP e Mulheres em Ação ganharão treino de kart F-4 em Interlagos com a LR Competições, voucher com desconto no restaurante Low BBQ, voucher com desconto em corte masculino na Barbearia e Tattoo Fireworks, voucher para aulas de violão online da MRC Produções e Cerveja Erdinger X. Todas as mulheres participantes também levarão pra casa flores da Floricultura Jardim dos Amores.

Nesta etapa será sorteado um par de luvas DKR personalizada e um conjunto com antepastos da DiAndreas.

No momento de descontração no pódio, o último colocado de cada bateria receberá o troféu Mão de Pau, acompanhado de voucher para aulas de violão on-line da MRC Produções. O Auto Posto Colônia oferecerá um galão de combustível para o Casal Gasolina.

Confira os dez primeiros na pontuação de cada categoria da AKSP após a segunda etapa:

Light: 1) Thiago Rocha de Paula, 41 pontos; 2) Arthur Filipe, 40; 3) Caio Leal, 29; 4) André Marinho, 28; 5) Edicarlos Tomiazzi, Ronaldo Christófano, Paulo Daniel Houpillard, 23; 8) Marcelo Costa, Diego Rocha, 22; 10) Paulo Cereigido, 20.

Graduados: 1) Alexandre Porche, 52 pontos; 2) Gabriel Araújo, 37; 3) Luis Blanes, 30; 4) Gabriel Urzedo Silva, 28; 5) Bruno Furlan, 25; 6) Giuliano Sciulli, 22; 7) Marco Verga, 19; 8) Luciano Bleker, Diego Andreis, 17; 10) Cláudio Braga, 16.

Elite: 1) Douglas Pecoraro, 54 pontos; 2) Gabriel Medina, 39; 3) Rodrigo Oliveira, 33; 4) Seong Lee, 28; 5) Henrique Morbi, Vinicius Casa, 22; 7) José de Jesus, 20; 8) Augusto Coutinho, Jorge Roque, 19; 10) George NG, 17.

Sênior: 1) Marcelo Carvalhaes, 49 pontos; 2) Jorge Roque, 42; 3) Jorge Filipe, 38; 4) Eduardo Abrantes, 36; 5) Gerson Roschel, 34; 6) Jorge Monari, 33; 7) Ricardo Corrêa, 31; 8) Seong Lee, 28; 9) Antônio Street, 24; 10) Luiz Antonio Gouvêa, 23.

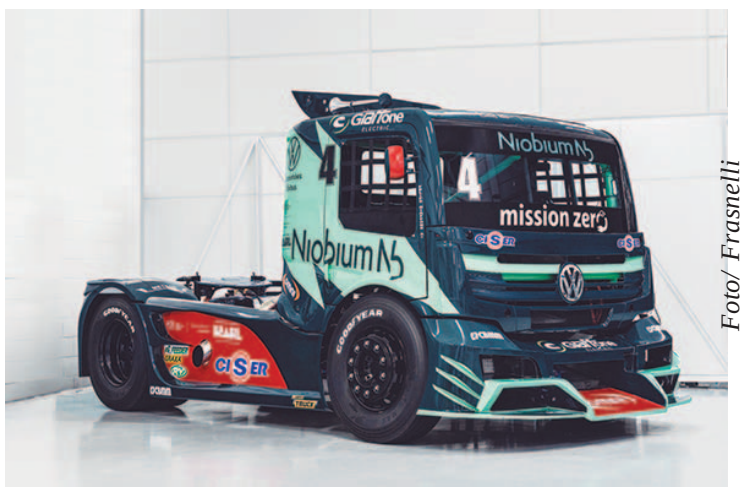
Mulheres em Ação Graduadas: 1) Natália Eufrásio (G), 52 pontos; 2) Rita Sanches (G), 26; 3) Lucimara Ido (G), 19.

Mulheres em Ação Novatas: 1) Eliane Belo (N), 38 pontos; 2) Carol Nunes, Priscila Otazú (N), 26 pontos.

O campeonato da Associação dos Kartistas de São Paulo (AKSP) tem o apoio de Antepastos DiAndreas, Auto Posto Colônia, Barbearia e Tattoo Fireworks, Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Cervejaria Paulistânia, Floricultura Jardim dos Amores, Giovanna Baby, LR Competições, Luvas e Macacões DKR, Mary Estética, MRC Produções, Phytoervas, Restaurante Low BBQ, Rolley Beach, SM Reparação de Veículos, Studio Divando, Studio 16 Hair e Beauty.

WhatsApp: 11-99681.3549; Curta: https://www.facebook.com/AKSP-Associação-dos-Kartistas-de-São-Paulo. Siga o Instagram @aksp.19

Primeiro caminhão de corrida híbrido elétrico do mundo estreia na Copa Truck


Foto/ Frasnelli

Felipe *Giaffone*

No próximo domingo (19), estreia nas pistas de Goiânia o primeiro caminhão de corrida com motores a combustão e elétrico do mundo, o VW Meteor Mission Zero. Com parceria de desenvolvimento da Volkswagen Caminhões e Ônibus com a CBMM, Ciser, Giaffone Electric e a R9 Competições, a iniciativa Mission Zero tem como propósito iniciar uma jornada em direção a zerar a emissão de carbono deste veículo, a partir de uma série contínua de inovações. O caminhão será pilotado por Felipe Giaffone na Copa Truck, um dos mais importantes circuitos de automobilismo do país.

A competição servirá como laboratório em que novas tecnologias serão exploradas e testadas em condições extremas, com foco em eficiência energética, segurança, otimização de peso e neutralização das emissões de carbono. O veículo foi pensado nos detalhes com um pacote de trem de força e demais componentes que levam à redução do consumo de combustível e das emissões.

A grande novidade é o conjunto de trem de força híbrido, com motor elétrico para auxílio do motor a diesel. A integração eletrônica do veículo utiliza de forma inteligente e sincronizada ambos os sistemas de tração (elétrica e combustão), junto com um sistema de regeneração de energia durante a frenagem, conhecido como Kers, para recarregar as baterias. Tudo isso projetado de acordo com os mais rigorosos padrões de segurança.

"A Volkswagen Caminhões e Ônibus demonstra, mais uma vez, seu pioneirismo no desenvolvimento de novas tecnologias, apoiando tecnicamente essa iniciativa que busca o avanço da categoria Copa Truck rumo à neutralização das emissões de carbono dos veículos, promovendo uma competição mais sustentável", explica Luciano Cafure, diretor de Marketing da Volkswagen Caminhões e Ônibus.

Em linha com essa tendência mundial de adoção de tecnologias mais sustentáveis e graças à parceria com a CBMM, a iniciativa também larga na frente com o uso de materiais avançados com Nióbio, o que confere mais resistência, leveza e segurança, tornando o caminhão ainda mais competitivo. Também faz parte da jornada tecnológica a possibilidade de adoção de materiais nanocristalinos (ligas que, com o Nióbio, adquirem um conjunto único de propriedades eletromagnéticas) aplicáveis à eletroeletrônica e em componentes para o carregamento com maior eficiência energética.

O caminhão inaugura uma nova era no cenário do automobilismo mundial, se lançando à frente de iniciativas semelhantes que ainda estão em discussão em outras pistas de corrida pelo mundo. "Acreditamos que essa é a oportunidade para levar a competição a um novo patamar de desempenho e sustentabilidade, sendo um importante passo para a indústria automotiva", destaca Jackson Dal Comuni, gerente de marketing da Ciser, maior fabricante de fixadores da América Latina.

Quem vai pisar fundo no acelerador para testar em condições extremas toda essa tecnologia também está motivado com a transformação que está em curso. "Estou muito feliz em participar deste projeto tão inovador e inspirador ao lado de parceiros incríveis: CBMM, Volkswagen Caminhões e Ônibus, Ciser, Giaffone Electric e a R9 Competições. Além da Omni Financeira, um parceiro que atua comigo em vários projetos. Este será um ano inesquecível e marca o começo de uma nova jornada de sustentabilidade no esporte a motor nacional", comenta Felipe Giaffone, piloto da equipe R9 Competições | Giaffone Racing.

André Baran confirma favoritismo e é campeão do Circuito Alto Giro de Beach Tennis

Dois torneios, dois títulos. O início da temporada de 2023 está sendo de muita comemoração para o catarinense André Baran, número 1 do Brasil e quinto do mundo. No domingo (12), jogando ao lado do também catarinense Daniel Schmitt – número cinco do ranking nacional -, Baran foi campeão do ITF BT 50 de Beach Tennis, terceira etapa do Circuito Alto Giro, disputado na Casa DiPraia Layback BH, em Belo Horizonte (MG).

Foi a primeira competição da ITF (International Tennis Federation) no ano. A final teve quadra lotada e muito apoio da torcida. Baran e Schmitt derrotaram Breno Lodi e Gabriel Santos por 6/4 e 6/1. Principais favoritos ao título, os catarinenses foram campeões sem perder nenhum set nos cinco jogos que disputaram.

"Jogamos um bom nível de Beach Tennis. Muito importante para a sequência que vai vir. Um agradecimento especial ao meu parceiro nesse torneio, que foi minha primeira dupla de ITF. E também à torcida, ao carinho de toda galera de BH. Foi demais", afirmou Baran, que conta com patrocínio da Havan, Praia Clube, Azambuja Mais, Qualicoco, Alto Giro, Herbalife, Grupo Urca e Ultragrip.

Antes, na semana anterior, Baran venceu o FMT 1000, torneio da Federação Mineira de Beach Tennis, disputado no Praia Clube, em Uberlândia, jogando ao lado de Felipe Roman.

Torneios no exterior - Após a competição na capital mineira, o catarinense segue para quatro competições no exterior neste mês de março e início de abril. Já viajou neste domingo para a disputa do Sand Series Reunion Classic, em Saint-Gilles, localizada na costa oeste da ilha de Reunião, com jogos de sexta-feira (17) a domingo (19). Na sequência, estará em Dubai, nos Emirados Árabes, onde compete no BT200 RAS Al Khaimah 1, de 23 a 25, e no BT200 RAS Al Khaimah 2, entre 27 e 29. Em Saint Gilles, o número 1 do Brasil jogará com seu parceiro habitual, o russo Nikita Burmakin, sexto colocado no ranking mundial, e os dois BT200 com o italiano Frederico Galeazzi. Depois, disputa um BT400, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, novamente ao lado de Nikita, de 1 a 3 de abril.

Pietro Fittipaldi encara maratona de corridas com WEC e IMSA em Sebring

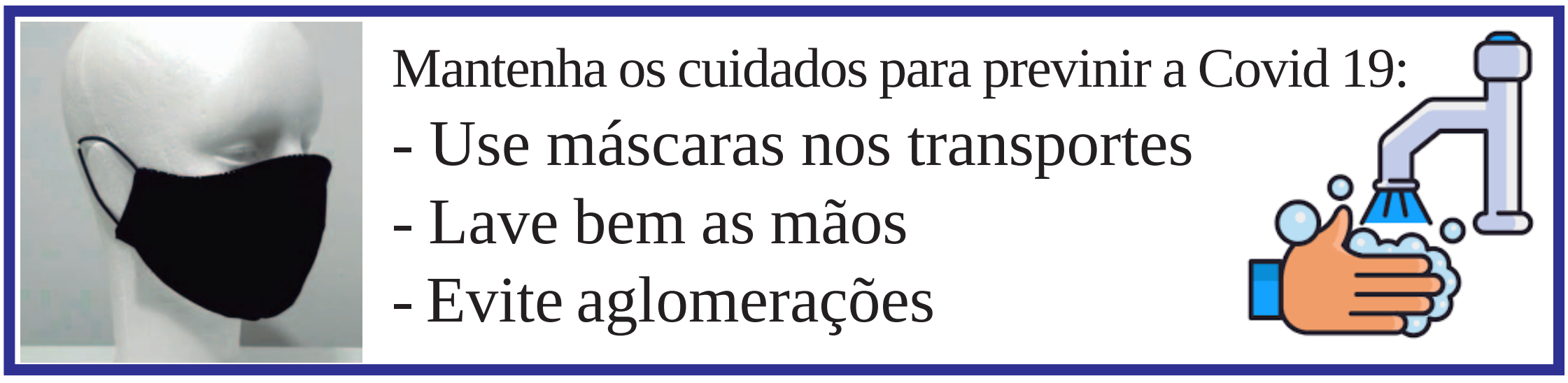
Foto/ JOTA Sport

Pietro *Fittipaldi*

O lugar que todo piloto gosta de estar é dentro do carro. E Pietro Fittipaldi terá a oportunidade de passar muito tempo pilotando neste final de semana, no circuito de Sebring, nos Estados Unidos. O brasileiro terá dois desafios de endurance, já que disputará a etapa de abertura do WEC, em uma prova de mil milhas ou oito horas de duração na sexta-feira. No dia seguinte, será a vez de alinhar para as 12 Horas de Sebring, segunda etapa da IMSA.

Pelo campeonato mundial, que terá a abertura das suas atividades na quarta-feira, Pietro defenderá a JOTA, equipe campeã do mundo na classe LMP2. Seus companheiros de equipe serão os dinamarqueses Oliver Rasmussen e David Heinemeier-Hansson, este último, com quem o brasileiro correu em 2022 no European Le Mans Series (ELMS).

Já pela categoria americana, o brasileiro fará sua segunda participação na temporada 2023. Depois de terminar as 24 Horas de Daytona na sexta colocação entre os competidores da classe LMP2, Pietro parte para mais uma corrida das mais tradicionais com a equipe Rick Ware, onde terá como companheiros Eric Lux e Devlin DeFrancesco.

"Será um dos finais de semanas mais intensos da minha vida, mas estou empolgado. Se considerarmos apenas as corridas, serão 20 horas preocupado apenas com pilotagem e estratégia para conseguir os melhores resultados possíveis. Sebring é uma das pistas mais importantes para o automobilismo mundial e mal vejo a hora para começar essa maratona, buscando bons resultados", disse Pietro Fittipaldi, que tem os patrocínios de Banco do Brasil, Eurofarma, Claro, Snapdragon, OakBerry, Baterias Moura, Stake e PLGG.

A quinta-feira contará com a classificação do Mundial de Endurance, além do início dos treinos da IMSA, que terá sua definição de grid na sexta-feira pela manhã, enquanto o WEC fará sua etapa de abertura a partir das 13h. Já no sábado, às 11h10, terá largada às 12 Horas de Sebring, pela IMSA.